

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 — Série VII — N.º 805  
1 de Junho de 1989  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

# Revisão constitucional é globalmente negativa



- A revisão da Constituição tem de ser encarada como globalmente negativa e atentatória de algumas das características fundamentais do regime democrático português.

- Além da supressão de objectivos programáticos, merecem especial destaque:
  - as alterações que favorecem a aceleração dos processos de reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e a restauração do capitalismo monopolista de Estado;
  - as alterações que visam favorecer a bipolarização e a governamentalização do sistema político;
  - as alterações ao estatuto da comunicação social que facilitam a sua instrumentalização pelo grande capital e pelas forças de direita;
  - as alterações ao estatuto constitucional do direito à saúde que afectam especialmente o princípio da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde.

- O Partido Socialista assume pesadas e indesculpáveis responsabilidades neste processo de revisão e nos seus perversos resultados. O PS sacrifica valores e conquistas históricas do 25 de Abril, confere ao Governo do PSD novos poderes e novos instrumentos de poder. É particularmente grave que o tenha feito num período em que o descontentamento e a luta contra a política do Governo de Cavaco Silva atinge vastíssima expressão de massas, numa movimentação que indica a redução da base de apoio do PSD e do Governo, confirma a força e as potencialidades da democracia e prenuncia a possibilidade de uma alternativa política à direita.

- A direita consegue com a revisão que conquistas democráticas consagradas na Constituição de 1976 (designadamente as nacionalizações e a reforma agrária) deixem de fazer parte irreversível do regime instaurado com o 25 de Abril. Consegue ferir gravemente essas conquistas e reduzir as suas garantias. Mas o texto da Constituição revista não as exclui do quadro constitucional.

- A preservação do texto da Constituição em relação a alterações mais profundas e gravosas ficou a dever-se à persistente, firme e corajosa luta dos trabalhadores e dos democratas (...), ao movimento da opinião pública em defesa da Constituição e à defesa activa da Constituição assumida pelo PCP.

- A Constituição revista, apesar de mutilada, não impede, nem no plano político, nem no plano jurídico (e por isso deverá ser invocada) tanto a continuação da luta em defesa das conquistas de Abril, como a luta por uma alternativa democrática e um Governo democrático que as inclua no seu programa. Uma democracia avançada no limiar do século XXI continua a ser a proposta e a perspectiva de luta que o PCP apresenta ao povo português.



## Campanha eleitoral chega a todo o país

Em Foco

### COMÍCIO Campo Pequeno Domingo, 17 horas

Intervenções

Álvaro Cunhal  
Carlos Carvalhas  
Maria Santos  
Blasco Hugo Fernandes  
Jorge Zacarias

## GREVE NA FUNÇÃO PÚBLICA

Pág. 8/Semana

## Dias de resistênciã e luta

Uma leitura mesmo superficial dos acontecimentos produzidos nos últimos dias revela que se acumulam e agravam na situação política nacional importantes factores de crise.

Duas características essenciais continuam a ganhar relevo: a deterioração política e moral do Governo PSD/Cavaco Silva com uma conseqüente e nítida redução da sua base de apoio e o alargamento e endurecimento das lutas do povo por reivindicações profundamente sentidas.

E no entrechoque assume cada vez maior relevo a questão de uma alternativa de poder; concretamente a substituição de uma equipa governante por outra, coloca-se e adquire carácter de necessidade objectiva na base do reconhecimento público da sua incapacidade política para gerir os negócios do País na linha dos interesses fundamentais do povo. É o caso precisamente do Governo de direita PSD/Cavaco cuja falência política se tornou notória.

Os acontecimentos das últimas semanas e dos últimos dias são conclusivos quanto a essa necessidade objectiva.

No momento actual não sofre contestação a conclusão política da deterioração moral e da inépcia do Governo cavaquista perante uma agudização dos problemas do povo e do País resultante da sua falência política e do carácter antipopular e antidemocrático da sua acção governativa.

Esta conclusão política assume todo o seu valor neste próprio dia em que vão tornar-se efectivas alterações globalmente negativas ao texto da Constituição da República atentatórias «de algumas características fundamentais do regime democrático português» — como é sublinhado na Resolução do Comité Central do PCP sobre a revisão da Constituição, aprovada na sua Reunião Plenária de anteontem e que neste número do «Avante!» publicamos — que fornecem ao Governo PSD/Cavaco novos instrumentos para a intensificação da sua ofensiva restauracionista dos monopólios e dos latifúndios.

Assume ainda tanto maior valor quanto estamos em plena pré-campanha para um acto eleitoral de transcendente importância para o nosso relacionamento internacional e a defesa da nossa identidade e independência no quadro da integração de Portugal na CEE — as eleições para o Parlamento Europeu em 18 de Junho — e nas condições em perspectiva do celebrado «desafio de 1992» com a criação do Mercado Único Europeu.

Agudização dos problemas nacionais sob a égide do Governo PSD/Cavaco Silva não é uma invenção dos comunistas, não resulta

do empolamento fictício das dificuldades actuais da conjuntura portuguesa pelo PCP e os seus aliados mais directos. É antes, sem contestação, uma realidade palpável dos dias actuais.

No plano institucional e político, nos planos económico e social, aumenta a instabilidade, adensam-se os perigos e ameaças contra o regime democrático e contra as conquistas democráticas fundamentais do povo, aumenta numa escala sem precedentes a insegurança dos que vivem do seu trabalho e trabalham para obter o pão de cada dia.

E, logicamente, neste contexto, alarga-se e torna-se mais profundo o descontentamento popular, cresce de amplitude e combatividade a resistência e a luta contra a política cavaquista, forças muito vastas de um desusado leque social movimentam-se e manifestam-se de maneira cada vez mais inequívoca e aberta contra as medidas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais de Cavaco e do seu Governo.

E é na base desta notável movimentação de massas e da sua conjugação com a acção porfiada e inteligente das forças democráticas mais conseqüentes no plano institucional, em particular do PCP e dos seus aliados da CDU, que se estão operando sensíveis e decisivos deslocamentos de forças num sentido desfavorável ao cavaquismo governante e estão amadurecendo as condições para uma alternativa democrática.

O impacto do vasto movimento popular de massas e o desusado leque social das forças que se movimentam, assim como o dinâmica acção das forças democráticas mais conseqüentes no plano institucional e os seus resultados, são indicadores do verdadeiro estado de coisas na sociedade portuguesa dos dias actuais e elementos motores de uma nova arrumação de forças geradora de soluções políticas que se tornam imperiosas.

Nestes dias após a greve nacional dos jovens estudantes do Secundário sucede-lhe a greve nacional de 3 dias dos professores participada a quase 100%, com novas greves em perspectiva no mês que hoje começa. Há três dias também, a greve de zelo dos trabalhadores das Alfândegas e ontem a da Função Pública contra a grelha salarial que o Governo lhes pretende impor — dos trabalhadores da Função Pública agora ameaçados na sua futura situação de reformas pelo projecto de lei do Governo cavaquista que estabelece o pagamento de apenas 80% de pensões que há longos

anos têm sido pagas na totalidade dos vencimentos da grelha salarial.

Greves, desfiles e acções de vários tipos e de notável originalidade dão o quadro actual da movimentação do mundo do trabalho em inúmeras empresas públicas e privadas contra a política laboral do Governo e contra o agravamento da exploração patronal, num influxo do processo de luta que o recente 6.º Congresso da CGTP-Intersindical Nacional está a alargar e a impulsionar.

Classes e camadas da pequena e média burguesia rural e urbana, agentes da PSP e outras forças militarizadas, trabalhadores judiciais e da saúde, protestam em termos nalguns casos de grande combatividade contra uma política governante que os afecta nos seus interesses vitais e nos seus direitos dos cidadãos.

No quadro institucional deve salientar-se a interpelação de anteontem do PCP ao Governo sobre o estado de preparação do País para enfrentar 1992 e, pela sua natureza e repercussões, a batalha parlamentar que hoje chega ao fim da Lei de Revisão Constitucional que serve o PSD e a direita e que vai passar na Assembleia da República graças ao acordo do PS e que assume por esse facto pesadas e indesculpáveis responsabilidades perante o povo e o país.

Na interpelação ao Governo sobre a preparação do País para o embate de 1992 o PCP através do seu grupo Parlamentar, chama a atenção para os sérios problemas, dificuldades e riscos da concretização do Mercado Interno susceptíveis de repercutir gravemente nas principais esferas da vida nacional e no futuro do País, na sua estrutura produtiva, no seu desenvolvimento económico e social.

Os deputados do PCP puseram em destaque as condições subalternas e desfavoráveis em que Portugal irá suportar as conseqüências negativas do «desafio de 1992»: «um menor grau de desenvolvimento económico e social, elevados níveis de inflação, de taxas de juro, de défices comercial e orçamental, um sistema financeiro pouco evoluído e mal dimensionado e os mais baixos salários e poder de compra de toda a comunidade.»

O debate pôs em destaque a impreparação do Governo para um transe que com uma política mais atinente e patriótica poderia representar um factor de modernização e desenvolvimento da nossa economia e da nossa situação social.

Nas vésperas das eleições para o Parlamento

# Resumo

24

Quarta-feira

O Governo decide rever o estatuto dos quadros superiores da função pública, alterando as competências, as responsabilidades, os direitos e a área de recrutamento; «esquece no entanto os trabalhadores dos ministérios e da administração local» — comenta a federação sindical (FNSTFP), que anuncia para 31 de Maio uma paralisação ■ «A factura começa a pagar-se a partir de 1993» — admite o PR, Mário Soares, no primeiro «almoço TSF» ■ Mais duas revistas surgem nas bancas: «Face» e «Vida Mundial» ■ Na AR realiza-se, por iniciativa do PRD, uma inter-pelação ao Governo sobre política de saúde ■ Câmaras de maioria socialista envolveram-se na «montagem propagandística» do PSD — comenta a DORP do PCP a propósito da visita de Cavaco Silva à região do Vale do Sousa ■ A greve de três dias dos professores, iniciada segunda-feira, foi a maior paralisação que os docentes efectuaram depois do 25 de Abril — afirma a FENPROF, contabilizando em cerca de 130 mil os professores que aderiram ■ Mais de 90 por cento dos trabalhadores da Fosfoeira Portuguesa (Espinho) aderiram às paralisações de duas horas diárias naquela empresa, onde pela primeira vez é utilizada a greve ■ Em Janeiro de 1989 o défice da balança comercial portuguesa era de 63,7 milhões de contos, revela o INE ■ No Parlamento Europeu são aprovadas emendas a uma directiva do Conselho que exigem uma mais rigorosa garantia da difusão de uma maioria de obras europeias no projecto da «Televisão sem fronteiras».

25

Quinta-feira

O Parlamento Europeu, cuja sessão de Maio termina amanhã, volta a condenar a invasão de Timor-Leste pela Indonésia ■ Começa em Mértola um encontro internacional sobre o rio Guadiana ■ Inicia-se em Moscovo a primeira reunião do Congresso dos Deputados do Povo; Mikhail Gorbatchov é eleito presidente do Soviete Supremo.

26

Sexta-feira

Os trabalhadores das alfândegas aderem a quase cem por cento à primeira greve de sempre no sector; a paralisação efectua-se contra a tabela salarial imposta pelo Governo e vai prolongar-se durante mais quinze dias sob a forma de recusa às horas extras ■ A Associação da Imprensa Diária decide aumentar a partir de 1 de Junho os preços dos jornais diários para 60 escudos ■ A Cimeira Árabe, reunida em Casablanca, decide formar um Conselho de chefes de

Estado (Marrocos, Argélia e Arábia Saudita) para encontrar uma solução de paz para a crise no Líbano.

27

Sábado

O descontentamento relativamente às condições de vida e a crítica ao Primeiro-Ministro sobressaem numa sondagem "o diário"/Consulmark/Intersimet publicada no «Fim-de-semana» ■ O salário mínimo nacional foi estabelecido há 15 anos; desde então o seu valor foi multiplicado por 9, enquanto os preços ao consumidor são agora 13 vezes maiores que em Maio de 1974 ■ Populares interrompem a circulação ferroviária em Nelas, protestando assim contra a decisão da CP de mudar o terminal de passageiros da estação local para a de Mungalde ■ Culminando um ano de investigações, a PJ apreende 850 quilos de haxixe e detém seis pessoas em Lisboa e Portimão ■ Um seminário sobre o impacto ambiental decorrente da integração de Portugal na CEE reúne no Porto representantes dos «Verdes» de vários países europeus.

28

Domingo

O Parlamento Europeu Alternativo, reunido em Lisboa por iniciativa do MDM, condena a violência contra as mulheres ■ Comentando a recente visita ao Norte do ministro Mira Amaral, a federação sindical dos têxteis reafirma a sua exigência de um Plano de Reestruturação para o sector e acusa o Governo de não responder aos problemas que o têxtil atravessa ■ Termina em Valongo o 1.º Encontro Nacional de Associações de Municípios ■ O secretário de Estado Albino Soares admite que a venda do «Diário de Notícias» pode estar para breve ■ Acaba em festa no Jardim da Estrela o festival lisboeta «Jazz na cidade» ■ O Belenenses ganha a Taça de Portugal em futebol, derrotando no Estádio Nacional o Benfica por 2-1.

29

Segunda-feira

Por iniciativa do PCP, o Governo responde na AR a uma interpelação sobre a preparação para o choque da implementação do Mercado Único Europeu ■ Por todo o país a agricultura é seriamente prejudicada pelas fortes chuvas dos últimos dias ■



Mário Soares inicia um período de Presidência aberta na RA dos Açores ■ Dirigentes sindicais denunciam o clima de repressão que se vive no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa ■ A polémica em torno da modernização dos nucleares tácticos domina a cimeira da NATO, reunida em Bruxelas ■ Centenas de soldados israelitas isolam a faixa sul do Líbano, ocupada, e efectuam uma série de buscas e prisões ■ Um porta-voz das forças armadas afegãs informa que quase 300 pessoas morreram nos combates do fim-de-semana em torno das cidades de Khost e Jalalabad ■ O CC do POSH reúne em Budapeste para preparar a Conferência extraordinária do partido marcada para o próximo Outono.

30

Terça-feira

Fortes críticas ao acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD são ouvidas frente à Assembleia da República, durante o plenário das organizações representativas de trabalhadores (ORT's) do distrito de Lisboa, promovido pela USL. ■ Na Região Autónoma dos Açores prossegue mais uma «Presidência Aberta». Mário Soares desloca-se à ilha de S. Jorge. ■ «Não pretendendo pôr em causa o normal encerramento do ano lectivo», os professores «não hesitarão em fazê-lo caso a isso sejam obrigados», afirma o Secretariado Nacional da FENPROF. ■ Ao Procurador-Geral da República e ao Provedor de Justiça chegam queixas contra o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, apresentadas por estruturas representativas dos trabalhadores da Reforma Agrária. «Documentos indiciadores da prática de crime» fazem parte do completo dossier entregue. ■ «Bichas» nas principais fronteiras (Vilar Formoso, Valença, Caia) são o reflexo da greve de zelo dos funcionários das alfândegas. ■ Centenas de prisões na Argentina sucedem-se após a vaga de pilhagens a dezenas de estabelecimentos comerciais. ■ M. Gorbatchov apresenta durante o Congresso dos Deputados do Povo um relatório sobre a situação do País.

Europeu o PCP deu com a sua iniciativa parlamentar um contributo de enorme validade para uma justa visão e um necessário enfrentamento das consequências negativas da nossa inserção no Mercado Interno e das preocupações nacionais manifestadas já por sectores muito vastos da sociedade portuguesa face à incúria e impreparação do Governo.

Naturalmente, a discussão a marchas forçadas acordada entre o PSD e o PS e a votação que hoje tornará efectiva a Lei de Revisão Constitucional ocupam um lugar de destaque no contencioso político da hora actual.

A Resolução de anteontem do Comité Central do PCP, que decidiu mandar o seu Grupo Parlamentar para votar contra a Lei de Revisão Constitucional, salienta o trabalho altamente positivo dos deputados comunistas que conseguiram diminuir os efeitos negativos e deram provas de grande combatividade política e sagacidade jurídica numa complexa batalha em defesa da democracia portuguesa e das suas conquistas.

A Constituição de 1976, revista em 1982, não representando «um obstáculo intransponível à ofensiva contra as conquistas de Abril — como se diz na Resolução do CC — (...) foi em todo o caso um importante factor de contenção um poderoso esteio da resistência e da luta dos trabalhadores e das massas populares».

As alterações agora introduzidas pela Lei de Revisão Constitucional consideradas pelo CC do PCP como «globalmente negativas», possibilitadas pela condenável colaboração que o PS deu à direita — sem a qual a direita seria derrotada — enfraquecem e mutilam a Constituição da República. Mas não impedem que a luta do povo português, das forças democráticas e do nosso Partido continuem a desenvolver-se no quadro constitucional.

O apelo final da Resolução «aos trabalhadores e às forças democráticas para que convirjam e se unam na sua acção, cerrem fileiras e intensifiquem a luta contra o Governo e a política de direita em defesa das conquistas de Abril e por uma alternativa democrática» exprime a confiança dos comunistas portugueses na capacidade do movimento popular e democrático português e nos destinos da democracia em Portugal.

É uma conclusão necessária para o enfrentamento vitorioso das grandes batalhas políticas de 1989.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

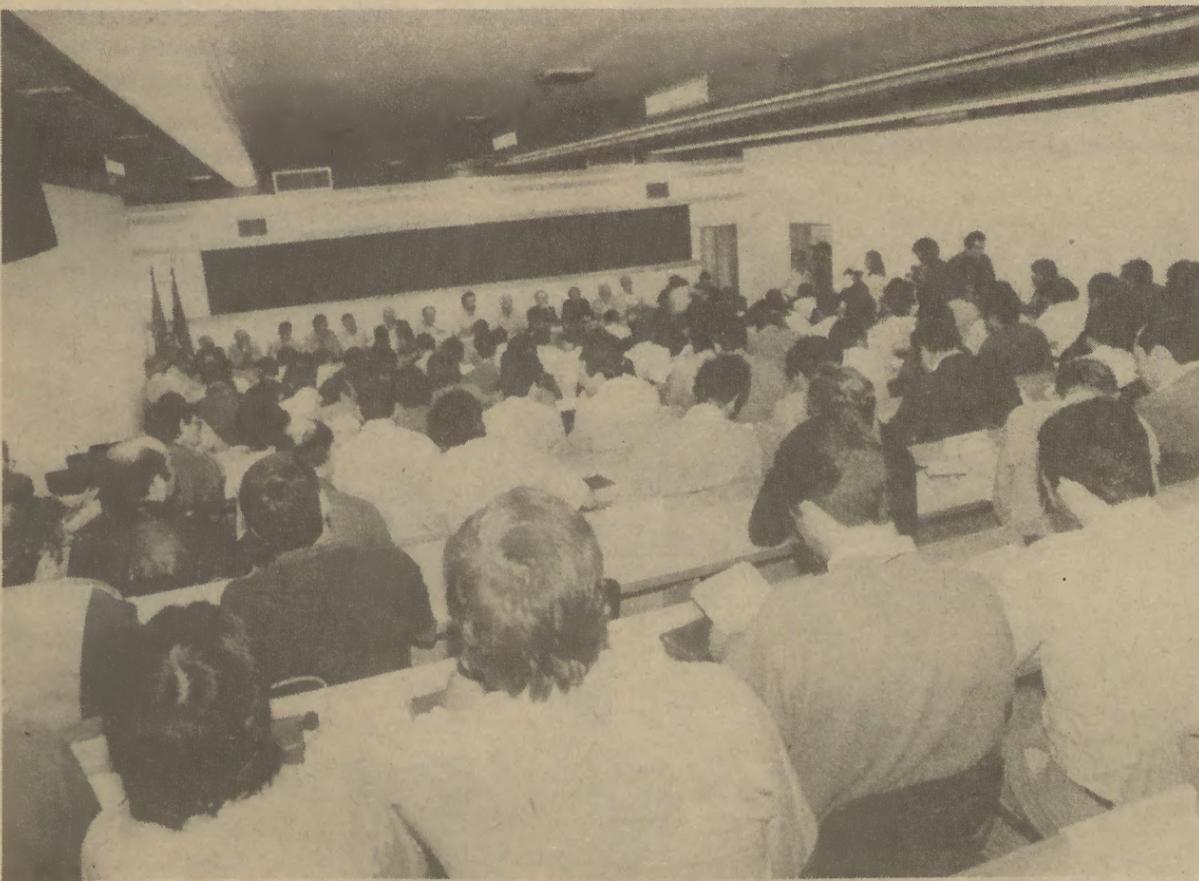
PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

## PCP votará na Assembleia da República contra a lei de revisão constitucional

### Resolução do Comité Central do PCP sobre a revisão da Constituição

O Comité Central do PCP apreciou a revisão da Constituição em fase de conclusão na Assembleia da República, tendo em vista caracterizar o seu significado e alcance no quadro da ofensiva da direita contra as conquistas de Abril, bem como os novos condicionamentos e perspectivas que se colocam à luta dos trabalhadores e das forças democráticas.



Reunião do Comité Central na passada terça-feira no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes

O Comité Central do PCP salienta que a revisão da Constituição e o texto da Constituição revista não podem ser examinados e avaliados de forma intemporal. Nesse exame a avaliação tem necessariamente de se ter em conta, por um lado, a Revolução de Abril e as suas conquistas consagradas como parte integrante do regime democrático na Constituição elaborada e aprovada pela Assembleia da República em 1976; e, por outro lado, o avanço do processo contra-revolucionário, os objectivos tácticos e estratégicos da direita de restauração do capitalismo monopolista de Estado e do poder dos grandes capitalistas e agrários e as dificuldades com que tem deparado para a sua completa concretização.

É inquestionável que a Constituição não representou por si só um obstáculo intransponível à ofensiva contra as conquistas de Abril, como se tem verificado nos últimos 13 anos ao longo dos quais sucessivos governos entraram abertamente pelo caminho da actuação inconstitucional. Mas foi em todo o caso um importante factor de contenção e um poderoso esteio da resistência e da luta dos trabalhadores e das massas populares.

Com a presente revisão da Constituição o Governo e as forças da direita procuram cobertura para as suas actuações inconstitucionais passadas e em curso e visam justificar o prosseguimento e intensificação das suas ofensivas contra as grandes conquistas democráticas do Povo português.

DIALÉCTICA DA REVOLUÇÃO  
E DA CONTRA-REVOLUÇÃO

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições  
Avante!



## O nuclearómano

Cavaco Silva, ao partir no domingo a caminho de Bruxelas para participar na 9.ª reunião cimeira da NATO, desconhecia ainda as novas vontades do governo norte-americano em matéria de desarmamento as quais, de um dia para o outro, provocaram uma reviravolta na postura de tacanha inflexibilidade assumida até ali pela NATO (sob a batuta dos EUA, evidentemente) face às propostas sucessivamente inovadoras da União Soviética na questão da redução dos mísseis de curto alcance.

Daí o Primeiro-Ministro português, ao entrar para o avião com aquele inconfundível ar de chefe de turma em dia de reunião de alunos, haver definido a «posição de Portugal» com um vigor já em desuso até nas Montanhas Rochosas.

Portugal — diz ele — é da opinião ser indispensável o reforço dos dois «pilares» da NATO (americano e europeu) e da ligação entre eles. «Consideramos que faz parte do reforço dessa ligação e dos dois pilares a presença de tropas americanas na Europa», enfatizou.

Naturalmente não podia adivinhar que horas depois o presidente norte-americano George Bush ia propor exactamente uma redução de 20% nas forças de combate norte-americanas estacionadas na Europa, bem como reduções na aviação de combate a helicópteros militares de ambos os blocos.

Sem aviso prévio ao Primeiro-Ministro português e ao seu fraquinho pela construção civil, o pilar, em vez de se reforçar, adelgçou-se. É o que dá querer mostrar obra com pedra alheia.

Mas disse mais, o bélico chefe do Governo português. Garantiu que Portugal é dos países da NATO que considera as forças nucleares o único meio de dissuasão eficaz de eventuais conflitos à escala mundial. Recusa-se, mesmo, a aceitar a desnuclearização dos países europeus!

Ignorava, é claro, que também horas depois George Bush cederia repentinamente às pressões crescentes da maioria dos seus aliados europeus, aceitando que a NATO deverá tornar-se disponível para negociar reduções dos mísseis nucleares de curto alcance com o Pacto de Varsóvia.

Em contrapartida os norte-americanos e restantes parceiros da NATO ficaram a saber, de fonte limpa, que Portugal recusa essa coisa da desnuclearização da Europa. Uma tão importante oposição será, com certeza, devidamente ponderada pela NATO. Talvez ela (com grande alívio para os outros países que a integram), vá ao ponto de avançar propostas interessantes ao Executivo de Cavaco Silva.

Por exemplo a de pôr em Portugal os mísseis todos da NATO, já que ninguém os quer e o construtor da piscina de S. Bento gosta tanto deles.

O Governo, claro, tomara de imediato medidas. Quatro mísseis seriam logo instalados no quintal da vivenda Mariani, ao lado do canteiro das fúcias — assim satisfazendo as obsessões de segurança do proprietário.

O sr. Costa Freire, empreendedor, fundaria dezassete empresas (que se associariam a vinte e duas ligadas ao arquitecto Taveira) para promover a substituição das parabólicas por mísseis de médio-alcance nos empreendimentos imobiliários do eng. Abecasis.

Com ar blasé André Gonçalves Pereira informaria que não estava interessado. «Só quererei uma meia dúzia daqueles dos submarinos para o meu iate», declararia em entrevista de fundo à «Máxima».

O dr. Cadilhe encomendaria à Guarda Fiscal (por motivos de segurança, já se vê), o transporte de catorze «terra-terra» para as Amoreiras. Para instalação, compraria um apartamento de 18 divisões que seria declarado como paiol para efeitos de siza.

A revista «Olá» teria novos enfoques dos *habitués* das suas páginas: «Xaxão Meireles ao lado do seu novo «terra-ar»»; «Tatão Tentúgal instala dois *Cruise* na copa».

Quando se tem como primeiro-ministro estratégias deste jaez — tudo pode acontecer.

■ H.C.

# Resolução do Comité Central do PCP sobre a revisão da Constituição

## II

O Comité Central do PCP salienta que, estando já concluídos os debates e quase concluídas as votações, a revisão da Constituição tem que ser caracterizada como globalmente negativa e atentatória de algumas das características fundamentais do regime democrático português.

Com efeito, o sentido essencial da revisão não deve ser avaliado pelas partes da Constituição que não foram alteradas nem pelas pontuais modificações de carácter positivo, mas sim pelo conjunto de alterações que inequivocamente vão ao encontro dos objectivos reaccionários e das grandes exigências das forças da direita e do grande capital, do PSD e do Governo Cavaco Silva nos planos político, económico e social. A direita obtém, através da revisão, novos instrumentos e pretextos para prosseguir as suas ofensivas antidemocráticas.

Nesse sentido, além da supressão de objectivos programáticos, merecem especial destaque:

— As alterações que favorecem a aceleração dos processos de reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e a restauração do capitalismo monopolista de Estado, nomeadamente, a eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e a concessão ao Governo de vastos poderes para reprivatizar sem regras nem princípios — o que abre as portas a um maior domínio da economia portuguesa pelo capital estrangeiro —, a eliminação da referência constitucional à Reforma Agrária e o debilitamento do quadro de garantias de que disfrutava — o que não deixará de ser invocado, embora ilegítima e abusivamente, para retirar valor à manutenção no texto constitucional do princípio da eliminação dos latifúndios como incumbência do Estado e em vez disso procurar cobertura para a política governamental que procede à sua reconstituição através do esbulho das terras aos

trabalhadores e agricultores, visando a destruição da Reforma Agrária;

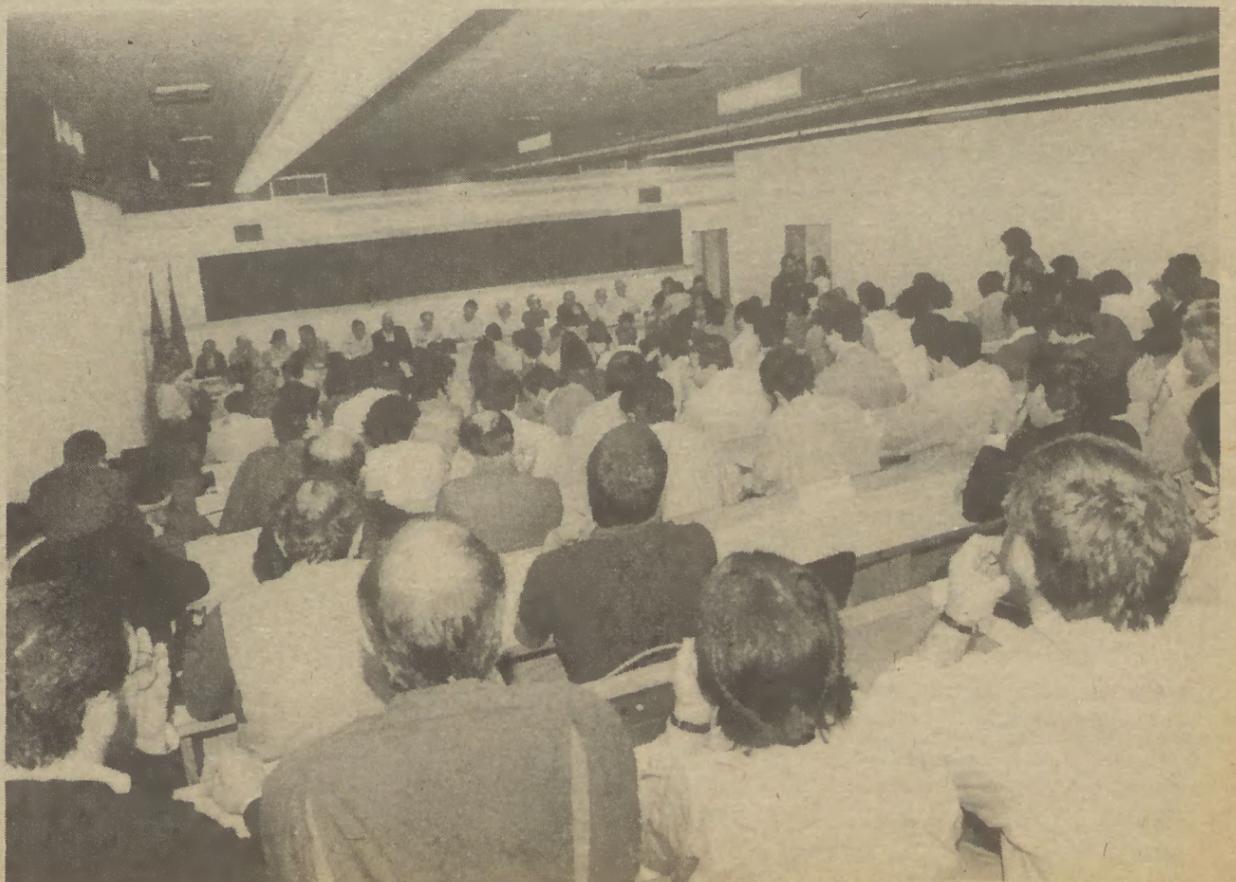
— As alterações que visam favorecer a bipolarização e a governamentalização do sistema político, nomeadamente, a redução do número de deputados, a modificação da legislação eleitoral com a consequente adulteração do sistema de representação proporcional, a redução de poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação ao Governo e a manutenção de dispositivos que têm servido de pretexto para o bloqueamento da regionalização;

— As alterações ao estatuto da comunicação social que facilitam a sua instrumentalização pelo grande capital e pelas forças da direita através, nomeadamente, da abertura da televisão ao capital privado sem quaisquer regras ou garantias e na exclusiva dependência do Governo e da sua maioria parlamentar, da consolidação da escandalosa atribuição das frequências de rádio, da redução dos tempos de antena, da admissão da eliminação total do sector público da imprensa escrita, do leilão das empresas públicas de comunicação social, da substituição do Conselho de Comunicação Social por uma Alta Autoridade para a Comunicação Social, com tal composição que permite o controlo do Governo sobre as suas decisões;

— As alterações ao estatuto constitucional do direito à saúde que afectam especialmente o princípio da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde facilitam o campo de manobra à ofensiva que o Governo contra ele desenvolve e se traduzirão em novas dificuldades no acesso dos portugueses à saúde.

Estas alterações constituem graves mutilações, amputações e desfigurações de traços característicos essenciais e distintivos do regime democrático português instaurado e instituído com a Revolução de Abril.

Contrariando a propaganda que o PS e outros



# Resolução do Comité Central do PCP sobre a revisão da Constituição

## IV

sectores políticos já desenvolvem no sentido de diminuir e até apagar a importância e alcance negativo destas alterações que dentro de poucos dias serão votadas na Assembleia da República, o Comité Central do PCP chama a atenção de todos os democratas e do povo português para a sua extrema gravidade.

Nas condições concretas da actual situação nacional, tais alterações não abrem caminho a uma política de liberdade, bem-estar, progresso, desenvolvimento e independência nacional, antes propiciam o prosseguimento e intensificação da política de direita contra interesses vitais do povo português e de Portugal.

## III

**O Partido Socialista assume pesadas e indesculpáveis responsabilidades neste processo de revisão e nos seus perversos resultados**, uma vez que sem o concurso do PS, o PSD, não dispondo na Assembleia da República de dois terços dos deputados necessários para proceder à revisão, não poderia alterar uma palavra que fosse no texto constitucional.

Qualquer das alterações referidas só é possível porque o PS as acordou com o PSD e com o Governo e as votou na Assembleia da República.

No seu acordo global de revisão com o PSD, o PS sacrifica valores e conquistas históricas do 25 de Abril, confere ao Governo do PSD novos poderes e novos instrumentos de poder, indo ao ponto de desistir de propostas positivas do seu próprio e de outros projectos nas áreas de comunicação social, do estatuto do Presidente da República, dos poderes de fiscalização da Assembleia da República e da regionalização.

Reveste grave significado que o PS tenha aceitado consumir o seu acordo de revisão com o PSD através de um processo de trabalhos acelerados no plenário da Assembleia da República, onde os direitos dos deputados, os tempos de intervenção e as condições de debate sofreram limitações e entorses antidemocráticas sem precedentes e que tenha ignorado os apelos que lhe foram dirigidos dos mais diversos sectores do campo democrático, incluindo de destacadas personalidades socialistas, para suspender a revisão e reconsiderar as péssimas soluções acordadas com o PSD.

O PS contribui dessa forma para que os aspectos mais desastrosos e escandalosos da acção governativa fossem poupados à fiscalização da Assembleia da República e comprometeu-se e colaborou com o PSD nesta revisão nas vésperas das eleições para o Parlamento Europeu. É particularmente grave que o tenha feito num período em que o descontentamento e a luta contra a política do Governo de Cavaco Silva atinge vastíssima expressão de massas, numa movimentação que indica a redução da base de apoio do PSD e do Governo, confirma a força e as potencialidades da democracia e prenuncia a possibilidade de uma alternativa à política de direita.

Pelas graves alterações introduzidas na Constituição e pela situação política concreta em que a revisão se situa, o PS dá um novo alento ao PSD e ao Governo de Cavaco Silva e novos instrumentos para continuarem e intensificarem as suas ofensivas antidemocráticas no preciso momento em que se reduz a sua base de apoio e avolumam factores de crise.

Ao mesmo tempo que aponta os gravíssimos aspectos da revisão da Constituição e as indeclináveis responsabilidades do PS, **o Comité Central sublinha, que apesar das graves mutilações assinadas**, destacadas figuras da direita já proclamam a necessidade de proceder ulteriormente a uma nova revisão, o que além do mais leva a admitir que a direita não tardará a recorrer a interpretações tendenciosas do texto que agora aprova.

A eliminação de actuais limites materiais de revisão abrindo caminho ao abandono de princípios protegidos pelo actual artigo 290.º (mesmo sem considerar o debatido problema do seu desrespeito na actual revisão) facilita ulteriores revisões favoráveis à direita.

A direita consegue com a revisão que conquistas democráticas consagradas na Constituição de 1976 (designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária) deixem de fazer parte irreversível do regime instaurado com a Revolução de Abril. Consegue ferir gravemente essas conquistas e reduzir as suas garantias. Mas o texto da Constituição revista não as exclui do quadro constitucional.

A preservação do texto da Constituição em relação a alterações ainda mais profundas e gravosas ficou a dever-se à persistente, firme e corajosa luta dos trabalhadores e dos democratas contra as ofensivas da direita, à defesa no concreto das conquistas democráticas do povo português, ao movimento da opinião pública em defesa da Constituição e à defesa activa da Constituição assumida pelo PCP, que através da sua acção política geral e da acção desenvolvida pelos deputados comunistas na Assembleia da República denunciou e desmascarou a cada momento os propósitos subversivos do PSD e as posições de colaboração do PS com a direita, combateu norma a norma a concretização do acor-

do PSD-PS e lutou através de propostas construtivas pelo melhoramento de algumas disposições.

A revisão que dentro de dias será aprovada na Assembleia da República com os votos da direita e do PS mutila a Constituição, desfigura traços essenciais do regime criado pela Revolução de Abril e abre novas possibilidades às ofensivas do Governo. Mas o Comité Central considera necessário e oportuno sublinhar que a Constituição revista apesar de mutilada, não impede, nem no plano político nem no plano jurídico (e por isso deverá ser invocada) tanto a continuação da luta em defesa das conquistas de Abril como a luta por uma alternativa democrática e um Governo democrático que as inclua no seu programa. Uma democracia avançada no limiar do século XXI continua a ser a proposta e a perspectiva de luta que o PCP apresenta ao povo português.

## V

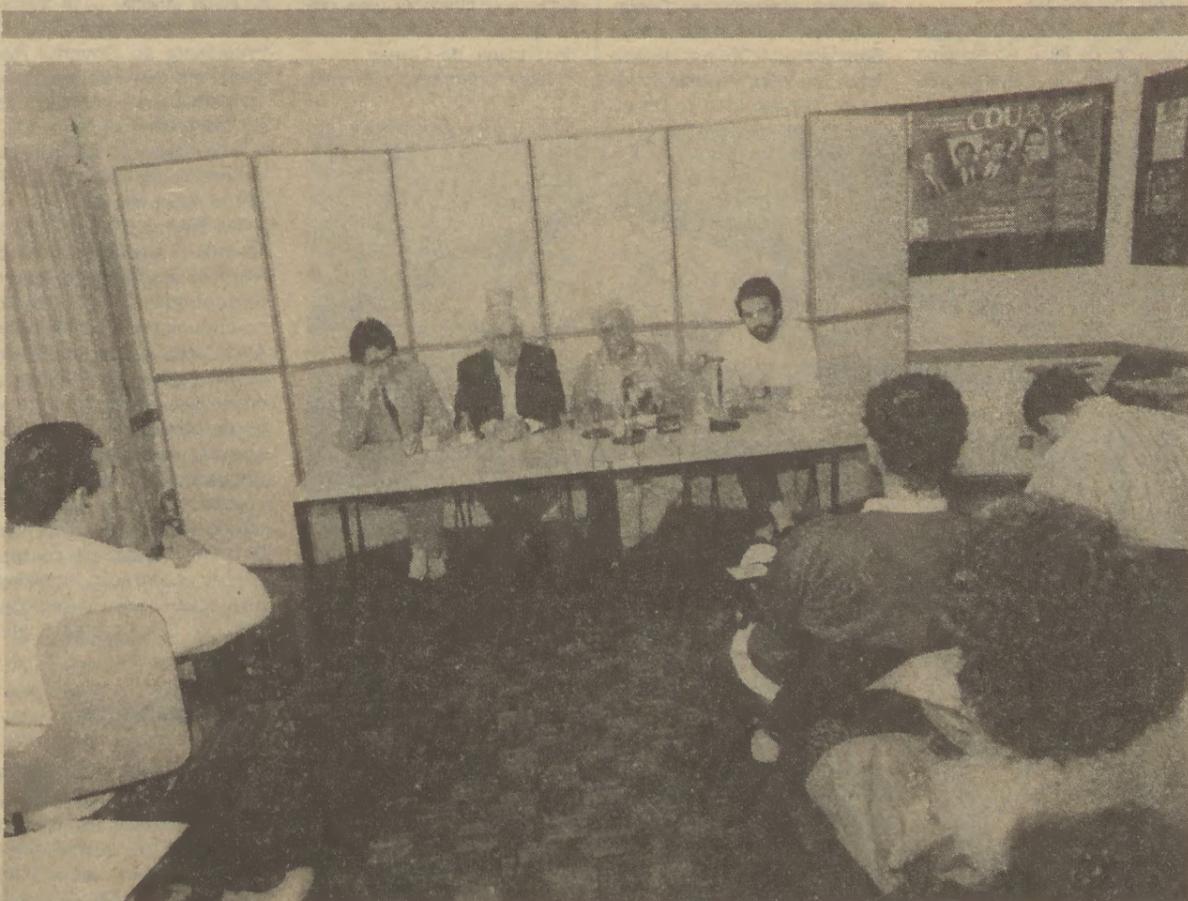
Em conformidade com o severo juízo que formula sobre a revisão da Constituição e com a apreciação da situação por ela criada o Comité Central do PCP delibera:

- **Dar orientação ao Grupo Parlamentar do PCP para votar contra a lei de revisão da Constituição** quando esta for submetida a votação final global no próximo dia 1 de Junho;

- **Apelar aos trabalhadores e às forças democráticas para que convirjam e se unam na sua acção, cerrem fileiras e intensifiquem a luta contra o Governo e a política de direita, em defesa das conquistas de Abril e por uma alternativa democrática de Governo que as inscreva no seu programa.**

Lisboa, 30 de Maio de 1989

O COMITÉ CENTRAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Após a reunião do Comité Central da passada terça-feira, realizou-se na CT da Soeiro Pereira Gomes uma conferência de imprensa para transmitir à comunicação social as conclusões da reunião cujo único ponto da ordem de trabalhos foi a revisão constitucional. Além do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, estiveram na mesa os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar comunista, Luís Sá, membro da Comissão Política do CC, e Vítor Dias, membro do Comité Central e responsável do Gabinete de Imprensa do CC do PCP

Assembleia da República

## Revisão constitucional

# Contra Abril e a Constituição

## PS dá novas armas ao cavaquismo

Com a votação final global e respectivas votações a decorrerem durante a sessão plenária de hoje chega ao seu epílogo o processo de revisão da Lei Fundamental do País.

Para trás, fica um longo período de debates que se prolongou por mais de quinze meses, desenvolvendo-se numa primeira fase na análise em sede da Comissão de Revisão dos diferentes projectos, e, posteriormente, na subida a Plenário (processo agora concluído) para apreciação e votação, artigo a artigo, das propostas de alteração.

Um prolongado e aturado trabalho, pois, que conheceu no entanto na sua recta final, importa repeti-lo, uma acentuada degradação pouco compatível com a dignidade e a importância de que se deveria revestir um debate desta natureza.

### Cilindrar o debate

Como se não bastasse o esquema de funcionamento em marcha forçada imposto pelo PSD e pelo PS no início da discussão em Plenário — em resultado de um regimento «rolha» cerceador de direitos e apostando em despachar a todo o custo a revisão —, a verdade é que na última fase de todo este processo tudo se complicou ainda mais.

Se os debates nos moldes adoptados já corriam céleres e densos, tornando árdua a percepção de quem tinha de os acompanhar, na última semana — por imposição do novo calendário fixado pelos dois partidos signatários do acordo de revisão —, então, foi um verdadeiro pandemónio, com a confusão a instalar-se e a tornar o discurso numa massa espessa muitas vezes ininteligível.

Em bom rigor, do que se tratou foi de levar ao extremo o processo de cilindramento

do debate, numa tentativa de reduzir — com custos que não podem ter deixado de atingir o prestígio da Assembleia da República — as possibilidades de expressão de críticas ao acordo PS/PSD.

Prescindindo de usar os seus tempos regimentais, restringindo as suas intervenções a curtas pré-declarações de voto sobre dezenas de artigos, o PS e o PSD revelaram com efeito a sua disponibilidade de recurso a todos os expedientes para executar até ao fim o seu pacto.

### A resignação do PS

Particularmente chocante, neste contexto, voltou a ser o lamentável espectáculo de cedência e resignação evidenciado pela bancada socialista.

Bem insistiu o Grupo Parlamentar comunista em confrontar o PS com as suas responsabilidades, trazendo nomeadamente à colação as contradições daquele partido, visíveis com particular nitidez na diferença que separa as suas posições actuais das anteriormente defendidas.

O deputado comunista José Magalhães chegou mesmo a evocar as declarações críticas de Jorge Sampaio ao PSD e o anúncio feito por Vítor Constâncio de

que às vezes lhe apetecia deslocar-se ao Parlamento para responder aos que criticam a revisão que o seu partido acordou com Cavaco Silva.

Todo este esforço por parte do PCP foi, porém, em vão. Sem resposta ficou designadamente o repto lançado pela bancada comunista para que os responsáveis do PS viessem a terreiro explicar por que insistem em conceder ao PSD perigosos instrumentos para a realização dos seus objectivos estratégicos de destruição das conquistas de Abril.

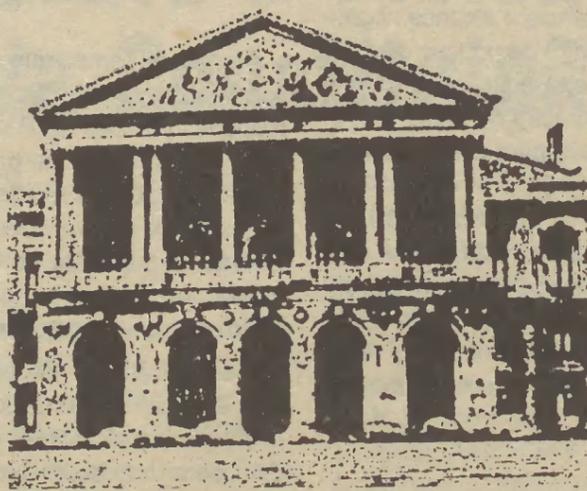
Em vez de argumentos, assistiu-se à já habitual fuga para a frente, procedimento que culminaria neste últimos dias, com a votação consecutiva de muitas centenas de propostas de alteração sem qualquer conexão entre o processo de votação e os debates.

### A governamentalização dos Tribunais

Debates que, nos dias que antecederam o término dos trabalhos de revisão, conheceram ainda alguns momentos particularmente significativos. Um deles, foi desde logo a controvérsia estabelecida em torno das tentativas do PSD de governamentalizar os Tribunais.

Pela sua parte, o PS ficou-se pelo acostumado recurso aos lamentos. Foi concretamente o que fez Almeida Santos, incomodado que se mostrou por o seu partido não ter conseguido uma definição constitucional mais clara quanto às competências do Tribunal de Contas.

Num quadrante diferente,



Octávio Teixeira, em nome do PCP, tratou de descrever a ofensiva do ministro Miguel Cadilhe tendente a furtar à fiscalização do Tribunal de Contas as finanças públicas, lembrando a propósito que o PSD e o Governo desejam restringir as competências daquele Tribunal, desiderato para que uma vez mais contaram com a complacência do PS.

Também as Regiões Autónomas, mais concretamente a questão que se refere às atribuições do Ministro da República, despoletaram acesa polémica entre a bancada comunista e a do PSD.

Tudo começou com uma denúncia feita pelo PCP quanto à actuação do PSD/Madeira e em especial do seu líder, Alberto João Jardim, pela sua conduta qualificada de asfixiante para a vida democrática regional.

Depois de citar vários exemplos comprovativos da acusação, que viriam a suscitar uma onda de protesto na bancada laranja, José Magalhães recordou afirmações do Presidente do Governo Regional em que este acusa os «parlamentares partidocratas do Continente de colonialistas» e assevera que os madeirenses «foram marginalizados nesta revisão».

Na mesma ocasião, foi salientado o empenhamento do PCP na introdução de aperfeiçoamentos ao Estatuto constitucional das Regiões Autónomas que na sequência de uma proposta do projecto comunista adquirirão o poder de desenvolverem leis de bases em matéria de Saúde, Segurança Social, ambiente e outros domínios fundamentais. O PCP apoiou igualmente a possibilidade de concessão de autorização legislativa às Regiões e de novos poderes em outras áreas relevantes.

### Regionalização

Tema quente e de grande actualidade, as regiões administrativas foram também um dos pólos de controvérsia dos debates da semana finda. Em causa, o «princípio da simultaneidade» acordado entre o PSD e o PS na Comissão de Revisão. Com a imposição desta regra, do ponto de vista dos parlamentares comunistas, o que se visa no fundo é adiar a efecti-

va institucionalização do processo de regionalização.

Decaindo da sua posição inicial, também neste domínio o PS veio dar cobertura às pretensões do PSD.

João Amaral não deixou passar este facto em claro e pôs a nu o carácter duplice da bancada socialista. Como é possível, questionou o deputado comunista, que o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, vá ao Algarve dizer que outros impedem a constituição da região do Algarve e na Assembleia o mesmo PS venha dar a mão ao PSD para que o Processo continue a marcar passo?

### Debilitar a Constituição

Os princípios fundamentais da Constituição, incluindo a suspensão da menção constitucional à transição para o socialismo e à sociedade sem classes e, bem assim, o debate sobre os limites materiais da revisão, constituíram por fim as questões que dominaram a última fase dos trabalhos do processo de revisão.

Ponta final em que voltou a subir à tona a postura de cedência e resignação da bancada socialista perante os designios do PSD — uma constante que ficará a assinalar aquele que foi um dos aspectos mais marcantes do contributo do PS para esta revisão —, comportamento simultaneamente revelador do seu posicionamento perante a vida política portuguesa.

Quais são os valores e as referências do PS, interrogou a propósito o líder parlamentar comunista Carlos Brito, face ao que considerou a impermanência de um partido que «tanto muda e tanto revê?»

Oportuna, a observação do dirigente comunista tem tanto mais pertinência quanto é sabido que todas as alterações operadas pelo PS, na maior parte dos casos dando o dito por não dito, foram num sentido tendente a debilitar o conteúdo progressista da Constituição, levando a água ao moinho do cavaquismo, que do acordo retirou os benefícios, transferindo para o PS os seus custos.

A esta atitude do seu partido não terá porventura voltado a ser alheia a posição que

de novo assumiu, agora sobre estas matérias, o deputado Manuel Alegre, desta feita acompanhado pelo seu companheiro de bancada Raul Rego, não se coibindo ambos de tecerem sérias reservas e críticas às mudanças registadas.

«Mudaram as circunstâncias, mudaram as vontades — afirmou Manuel Alegre — e esta nova redacção representa um recuo e uma regressão. O socialismo é uma matriz histórica e como tal devia continuar no texto constitucional».

### Esvaziar limites materiais

Em graves responsabilidades incorreu igualmente o Partido Socialista ao aceitar rever o próprio artigo 290.º, eliminando a alusão dele constante à apropriação colectiva dos principais meios de produção e criando um grave precedente para as pretensões que o PSD não esconde de total esvaziamento futuro dos limites materiais da Constituição.

Pronunciando-se firmemente contra o recurso a tal expediente, o PCP considerou perigosa e incoerente a atitude do PS. A revisão não dá lugar a outra Constituição, não mergulha Portugal numa IV República, foi sublinhado por José Magalhães, mas concede ao cavaquismo poderosos instrumentos para desenvolver a sua ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, contra direitos sociais de grande importância, contra o pluralismo na Comunicação Social e contra a própria genuidade dos actos eleitorais.

### A hipocrisia do CDS

Uma ofensiva orientada de modo geral contra as conquistas de Abril constitucionalmente consagradas que seguramente não se refreará, ao contrário do que o PS diz julgar e dar como certo quando afirma que esta revisão representará o fim da chamada querela constitucional.

Não deixa de ser significativo, aliás, que o PSD pela voz da sua deputada Assunção Esteves tenha afirmado taxativamente que «o modelo proposto neste momento seja ultrapassável por um modelo melhor» ou que o CDS, por intermédio de Nogueira e Brito, numa alusão às alterações ao artigo 290.º, tenha dito que estas «não são de somenos importância» e que o artigo em causa «evolui por pequenos passos que são sempre bem vindos».

Classificando de «hipócrita» esta atitude do CDS, Carlos Brito salientou a propósito que «estamos contra esta revisão mas estamos a favor da Constituição, ao contrário do CDS que está a favor da revisão mas continua a ter reservas à Constituição».



Assembleia da República

# Contra a vontade do País PSD e Governo não querem Regionalização

Foi um debate oportuno o que se realizou terça-feira em torno dos cinco projectos dos partidos da oposição (o PSD não agendou o seu pelas razões que o leitor perceberá mais à frente) que definem a Lei Quadro das Regiões Administrativas.

Oportuno, desde logo, porque permitiu clarificar uma questão central que se refere a este processo constitucionalmente consagrado há 14 anos mas até ao momento sempre adiado: todo o País deseja a Regionalização (e aqui incluem-se a totalidade dos partidos da oposição e os directamente interessados — as autarquias) e só o PSD e o Governo a não querem.

Tanto que não a querem que foi do Governo que partiu a mais recente iniciativa (a proposta de realização de um novo debate sobre esta questão), que conduzirá inevitavelmente ao novo adiamento da institucionalização do processo de regionalização.

Com esta manobra dilatória, como lhe chamou Ilda Figueiredo, o Governo e a sua maioria não escondem assim que uma das razões centrais que os levaram a desencadear esta manobra é, para lá da sua aversão ao processo de regionalização e à descentralização, o de impedir a gestão democrática dos fundos comunitários. «O PSD não quer largar mão dos milhões de contos que estão previstos no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)», alertou Ilda Figueiredo.

À luz desta proposição se compreende melhor, pois, o adiamento agora proposto pelo Governo, sob o pretexto de um novo debate que de todo em todo se afigura desnecessário, uma vez que o processo de regionalização se arrasta há demasiados anos, com sucessivos debates, o último dos quais, recorde-se, incluiu uma consulta pública às autarquias, cujos resultados, pelo apoio massivo que recolheu das 165 assembleias municipais que se pronunciaram (60 por cento do seu total e representando 80 por cento dos eleitores do Continente), constituíram uma esmagadora vitória da regionalização.

Ora é este resultado que o Governo escamoteia e procura esconder por forma a evitar os custos que decorrem

da sua postura adversa a um processo que é fundamental para o reforço da democracia, para a participação dos cidadãos, para corrigir as assimetrias e para preparar o País para o embate de 1992.

A forma como o PSD se posicionou no debate — escolhendo para seu representante o deputado Silva Marques, conhecido entre outras facetas por ser um opositor à Regionalização — não deixa também de constituir, como frisou Ilda Figueiredo, um aspecto sintomático do posicionamento da maioria laranja relativamente a esta problemática.

Uma conduta que foi alvo das mais cerradas críticas por parte da Oposição. José Sócrates (PS), sem aludir à incoerência em que incorreu o seu partido quando consagrou com o PSD na revisão constitucional o princípio da simultaneidade para a criação das regiões, não deixou no entanto de acusar o Governo de «fechar as portas ao futuro», sublinhando que «os cidadãos querem ser agentes de desenvolvimento e não apenas espectadores».

Narana Coissoró, do CDS, reclamou da maioria um assomo de coragem para «vir dizer ao País que com este Governo não há regionaliza-

ção até 1992», enquanto Eduardo Pereira (PS), aludindo à intervenção de Silva Marques, a considerava «prejudicial para o respeito pelas instituições democráticas», acusando ainda o seu autor de ter prestado «mau serviço ao desenvolvimento, à Regionalização, à democracia e ao País».

Também Carlos Lilaia, referindo-se ao acolhimento dispensado pela bancada da PSD ao discurso do seu deputado, acentuou que «os que o aplaudiram «andaram de mala aviada pelo País a enaltecer as virtudes da Regionalização».

Particularmente dura foi ainda Helena Roseta ao considerar uma «farsa» discutir a distribuição dos fundos comunitários sem poderes regionais eleitos e ao observar que o que está em causa é o facto de o Governo não querer partilhar o Poder.

Aquela deputada independente chamou também a atenção para a responsabilidade histórica que assume o PSD ao vir dizer que ainda não é tempo para levar a cabo a Regionalização, lembrando a propósito que já Salazar dizia o mesmo quando afirmava que o povo não estava preparado para a democracia.

# Polícias devem gozar de todos os direitos, liberdades e garantias

## • Defende projecto do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na última semana na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei sobre a garantia do direito de constituição de associações sindicais pelos profissionais da PSP.

Correspondendo às aspirações destes profissionais e da sua pró-sindical, esta iniciativa dos parlamentares comunistas parte da consideração básica de que os agentes policiais gozam de todos os direitos, liberdades e garantias de que gozam os demais cidadãos.

No plano estatutário, quer isto dizer que o regime dos seus direitos e deveres deve ser fundamentalmente o regime geral dos funcionários e agentes do Estado, tal como decorre do respectivo Estatuto Disciplinar.

Neste quadro, como trataram de salientar em conferência de imprensa os deputados comunistas João Amaral, José Manuel Maia e José Manuel Mendes, a especialidade do regime deve restringir-se ao estritamente necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionais protegidos.

Essas adaptações do regime, observou João Amaral, devem respeitar os apertados limites impostos pelo artigo 18.º da Constituição e devem visar o exclusivo fim de responder a especiais exigências impostas pela imprescindibilidade da garantia da segurança e ordem pública.

Referenciando-as, o mesmo deputado citou dois casos: o primeiro, é o exercício do direito à greve — exercício «legítimo», precisou —, mas em que existe a obrigação de serem assegurados os serviços mínimos imprescindíveis para o fim referido; o segundo, refere-se ao uso do uniforme, o qual só deve ser restringido nas actividades públicas que não sejam do âmbito sindical específico.

No articulado do projecto, um destaque ainda para a amnistia nele prevista para todas as infracções de natureza disciplinar ou criminal imputadas aos profissionais da PSP por motivo de actividade reivindicativa relacionada com associativismo sindical.

### Polícia civilista

Importa por outro lado re-

ferir, como consta da nota preambular do projecto, que todo este é conformado por uma concepção civilista e não militarizada da PSP, concepção esta que o PCP de há onze anos a esta parte vem defendendo e que decorre da própria Constituição e das exigências da vida democrática.

Com esta iniciativa legislativa, o PCP consubstancia assim as suas posições em defesa dos direitos fundamentais dos profissionais da PSP, incluindo o direito de constituição de associações sindicais, posição em que aliás foi pioneiro.

Com efeito, recorde-se, já em 1982 o PCP apresentara na Assembleia da República um projecto de lei no qual se estabelecia a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviço nas forças policiais.

Na altura, o PCP acolhia deste modo a reivindicação dos profissionais da PSP de constituírem uma associação de natureza sindical e dava simultaneamente expressão em Portugal ao movimento internacional de reconhecimento do direito de associação profissional dos membros das forças policiais, que tinham tido a sua então mais

recente expressão na aprovação em 8 de Maio de 1979 pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa da Resolução n.º 690 relativa à Declaração sobre a Polícia.

Objecto de análise pelos deputados comunistas foram também as duas iniciativas sobre a matéria do associativismo dos profissionais da PSP (uma do Governo e a outra do PS) apresentadas publicamente já na sequência dos lamentáveis incidentes de 21 de Abril último.

«Totalmente inaceitável e inconstitucional» assim foi qualificada a proposta governamental, a qual se resume, na perspectiva do PCP, na negação da liberdade sindical e na restrição e mesmo negação dos direitos de manifestação, reunião, expressão, petição e greve.

Quanto ao projecto do PS, foi salientado que embora constitua «uma clara mudança na posição negadora da liberdade sindical» que aquele partido assumira no passado (o que é positivo), o facto é que, como foi salientado, ainda assim contém limitações de certos direitos e a negação de outros em termos que não correspondem às exigências constitucionais (e isto é negativo).

PCP

## Nota do Executivo da Comissão Política

# Nova manobra dilatória do Governo quanto à regionalização

1. A deliberação do Conselho de Ministros de propor à Assembleia da República «a realização a curto prazo de um debate sobre a regionalização do continente» representa o reconhecimento pelo próprio Governo da impopularidade da sua orientação nesta matéria e uma manobra dilatória, em período de pré-campanha eleitoral, para ocultar atrás do anúncio de mais um debate a intenção do PSD de manter o bloqueamento do processo de criação das Regiões Administrativas e o incumprimento da Constituição nesta área.

Com efeito, em fins de Janeiro, nas jornadas parlamentares do PSD, Cavaco Silva invocou uma pretensa incompatibilidade entre a regionalização e a necessidade de enfrentar o «mercado único» de 1992. Depois disso, sucessivas declarações de deputados e dirigentes do PSD corroboraram a intenção de protelar indefinidamente a regionalização. Apesar de, entre muitas outras manifestações, a consulta às Assembleias Municipais sobre os projectos de lei dos partidos, concluída nos primeiros meses do ano, ter sido reveladora do apoio dos representantes da grande maioria da população do País (77,25 por cento) a esta reforma democrática, o PSD continuou a afirmar a falta de adesão popular ao objectivo da regionalização. Não deixa assim de ser revelador que o Governo venha agora anunciar a proposta de um debate sobre a regionalização.

2. Esta deliberação do Conselho de Ministros tem um significado especial não apenas por ter sido tomada no período pré-eleitoral, mas também por coincidir com o processo de revisão constitucional (que não resolveu qualquer dos alegados problemas que o PSD e o PS afirmavam que a Constituição colocava à regionalização, depois de se terem aliado para a adiar, com o pretexto da prévia necessidade de revisão constitucional). Merece ser salientado que o Governo só adiantou a proposta do presente debate uma semana antes do debate na generalidade na Assembleia da República dos projectos de lei-quadro da regionalização apresentados por partidos da oposição, incluindo pelo PCP, previsto para o próximo dia 30 de Maio e que já foram objecto de consulta e debate

nas Assembleias Municipais do Continente.

A esta luz, a proposta de debate na Assembleia República apresenta-se como uma grosseira operação que não cumprirá o objectivo de esconder a orientação centralista e autoritária do Governo PSD.

3. Neste processo não podem ser ocultadas as responsabilidades do PS, quer por ter estabelecido sucessivas alianças com a direita para travar a regionalização, quer por não ter feito incluir no vergonhoso acordo de revisão constitucional com o PSD normas constantes do seu próprio projecto de revisão que pudessem fazer avançar o processo (prazo máximo para aprovação da lei de regionalização, não simultaneidade da criação das regiões em lei, etc.). As posições do PS representam assim uma manobra de diversão para ocultar a sua colaboração no bloqueamento da regionalização.

4. A proposta de um novo debate tem objectivos claramente dilatórios, representa uma operação hipócrita e meramente propagandística e não se destina a incentivar o avanço da regionalização, mas exactamente a cobrir o seu bloqueamento. Convicto, entretanto, de que a regionalização é favorável ao reforço da democracia e da participação dos cidadãos, ao desenvolvimento regional, à reforma democrática da autonomia municipal (ameaçada pelas ingerências do Governo e das comissões de coordenação regional), o PCP empenhar-se-á em intervir activamente no debate que vier a ser aprovado na sequência da deliberação do Conselho de Ministros. E apela ao incremento de um amplo movimento de opinião a favor da instituição das Regiões Administrativas, que venha a assegurar finalmente a criação de estruturas resultantes do voto popular entre os municípios e a administração.

26 de Maio de 1989

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## Interpelação do PCP comprova

# Governo não tem estratégia nacional capaz de preparar a economia para 92

A ausência de uma estratégia nacional capaz de preparar a economia e a sociedade portuguesas para o embate do Mercado Único em 1992 constitui uma das mais importantes conclusões a tirar da interpelação ao Governo que ocupou na íntegra a sessão plenária da última segunda-feira.

A esta ilação chegaram unanimemente os partidos da oposição na sequência de um debate que veio simultaneamente pôr a nu a forma displicente e demagógica como o Executivo continua a «iludir os riscos e dificuldades» — as palavras são de Octávio Teixeira — que o nosso País vai seguramente enfrentar a curto prazo.

Mas para lá de pôr de acordo a totalidade dos partidos da oposição quanto à absoluta e inadiável necessidade de implementar essa estratégia nacional — sem a qual, conforme foi insistentemente salientado, o País corre o risco de vir a sofrer todos os aspectos negativos desse Mercado sem dele retirar as suas eventuais potencialidades — esta oportuna interpelação do PCP veio também trazer para primeiro plano a falência da política económica e social do Governo. Os seus resultados mais recentes constituem disso mesmo uma prova irrefutável, facto assinalado por Carlos Carvalhas que, a propósito, recordou o acentuar das desigualdades e o agravamento das principais fragilidades da economia, na base das quais se alarga, em vez de diminuir, o fosso que nos separa dos restantes países comunitários.

## Acentuar das debilidades

O diagnóstico feito pela oposição, designadamente pelo PCP, a este respeito, não

deixou margem para dúvidas. Isso mesmo ficou patente, desde logo, com a intervenção inicial do cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, discurso em que procedeu a uma exaustiva e objectiva análise da evolução económica e social portuguesas e da acção governativa.

Aquele deputado comunista acusou nomeadamente o Governo de não ter atenuado as debilidades da economia portuguesa (inversamente, acentuou-se o peso de uma especialização produtiva desvalorizada, com a diminuição da competitividade da economia) e de ter continuado a estimular as aplicações especulativas em detrimento do investimento produtivo.

«O Governo tem desbaratado verbas significativas dos fundos estruturais e dos fundos específicos para a economia portuguesa, permitindo objectivamente o alastrar da fraude e da corrupção» precisou o dirigente comunista, antes de pôr em relevo a perda do controlo da inflação, circunstância que em sua opinião tem conduzido ao aumento das taxas de juro do crédito, à penalização das

pequenas empresas e das poupanças depositadas e ao aumento das pressões para a desvalorização mais acentuada do escudo.

Sem que o Governo ou a maioria que os sustenta dessem sinais de ser capazes de o rebater convenientemente, Carlos Carvalhas chamou ainda a atenção da Câmara para o agravamento incontrolado do défice da balança comercial (com especial incidência nos bens de consumo) e para o aumento das desigualdades e da injustiça social, com a diminuição dos salários reais e da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional, o aumento da carga fiscal, a diminuição do poder de compra dos pensionistas e reformados, as dificuldades no acesso à habitação e o aumento da precariedade do emprego.

## Auto-suficiência do Governo

Ao olhar atento dos deputados comunistas que inter-

vieram no debate (para lá dos já citados, Rogério Brito, Jerónimo de Sousa, Lino de Carvalho e Luís Roque) não escapou por outro lado a inexistência de qualquer análise global, regional ou sectorial feita pelo Executivo ao impacto do Mercado Único sobre a nossa economia, e, bem assim, a sua atitude de se apresentar sozinho nas instâncias comunitárias, sem consultar os partidos e os parceiros sociais, alinhando normalmente com os países mais ricos e privilegiando as liberalizações a todo o custo em prejuízo da defesa da economia nacional e da coesão económica.

A auto-suficiência evidenciada pelo Governo nas questões respeitantes à integração europeia seria, aliás, um dos aspectos mais verberados pelos partidos da oposição, sendo frequentemente citado durante o debate, como exemplo comprovativo deste procedimento, o caso do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), elaborado

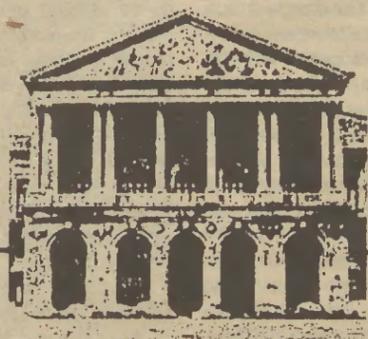
no mais completo segredo dos gabinetes, sem consulta aos sindicatos, às autarquias ou aos agentes económicos.

Nota de realce, a este respeito, constitui entretanto a resposta dada pelo ministro Valente de Oliveira às acusações que lhe foram feitas, quando este afirma sem reboço que não tinha sido bem assim, que o Governo procedera a uma ampla consulta dos parceiros sociais, quando toda a gente — empresários (o próprio Rocha de Matos, presidente da AIP, o afirmou), sindicalistas e autarcas — garante precisamente o contrário.

Esta falta de rigor, por um lado, e o passar ao lado das questões concretas coloca-

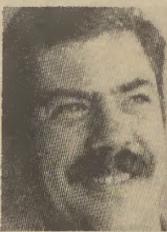
das pelos partidos da oposição, por outro, constitui de resto a tónica que caracterizou a postura dos membros do Governo presentes no debate.

Ao desviarem-se ostensivamente das questões em aberto no debate, ao não responderem às perguntas concretas e aos reptos que lhes foram dirigidos, ao embrulharem os seus discursos em generalidades e superficialidades, os ministros presentes (Valente de Oliveira e Mira Amaral) acabaram, com efeito, sem o desejarem, por vir dar razão a quantos, de todos os quadrantes da oposição, fizeram ouvir a sua censura à via de desenvolvimento escolhida pelo Governo.



## Rogério de Brito:

### • Como têm sido utilizados os fundos da CEE para a agricultura



«Secundarizando e penalizando o agricultor autónomo e a exploração agrícola familiar, subvalorizando o peso económico e social na sociedade e no mercado da agricultura a tempo parcial, o Governo nega os devidos apoios técnico-económicos a mais de 80% de explorações economicamente viáveis ou potencialmente viáveis, que detêm cerca de 40% da SAV, cerca de 70% da área regada, mais de 60% dos efectivos pecuários e para cima de 60% do VAB gerado pelo sector no continente. No que respeita ao regulamento, (CEE 797), destinado ao investimento nas explorações agrícolas constata-se que:

«— Nas regiões da Beira Interior, Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes a percentagem de recusa de projectos são, respectivamente, de 35%, 37% e 44%, o que representa mais do dobro da percentagem registada no Ribatejo e Oeste e Alentejo.

«— As pequenas explorações agrícolas, de economia complementar e dimensão, em regra, inferior a 4 ha, só captaram, até Dezembro de 1988, cerca de 2,8% dos financiamentos aprovados.

«— O Ribatejo e Oeste e o Alentejo absorvem mais de 50% dos financiamentos, enquanto que Trás-os-Montes e Beira Litoral beneficiam de menos de 10% cada, e a Beira Interior de 5%.

«Em relação ao regulamento (CEE) 355, destinado ao investimento nas áreas de comercialização e transformação de produtos agrícolas constata-se que:

«— As cooperativas absorvem apenas cerca de 30% dos fundos, o que significa um baixo reforço de capacidade de intervenção das organizações dos produtores.

«— A concentração de 56% dos apoios financeiros no Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, enquanto que, por exemplo, Trás-os-Montes e Beira Interior não beneficiam de mais de 17%, põe ainda em relevo o desequilíbrio na distribuição espacial do investimento.

«— 42% nas regiões do Ribatejo e Oeste e Beira Litoral (só o Ribatejo e o Oeste têm 26%), o que traduz que o grau de organização dos produtores é bastante débil nas regiões interiores e que tal situação tenderá a agravar-se se não forem criadas instrumentos e meios de apoio e da dinamização das cooperativas e das infra-estruturas básicas de organização e valorização da produção ao nível da concentração, preparação e escoamento dos produtos agrícolas.

«No que respeita à realização dos Programas Integrados de Desenvolvimento Regional, os atrasos são inadmissíveis e condicionam fortemente o desenvolvimento do sector e a implementação das políticas.

«Em relação aos sub-programas que deveriam ter ficado concluídos em 1988, registaram-se graus de realização da ordem dos 50% para Trás-os-Montes, 20% para a Cova da

Beira, 25% para o Baixo Mondego e 7% para o Nordeste Algarvio.

«Ainda no que respeita aos apoios às explorações agrícolas pasme-se que o MAPA divulga, com o despudor dos inconscientes do significado dos seus actos, que 5948 produtores de ovinos e caprinos não receberam 1,14 milhões de contos de prémios a que tinham direito por não terem preenchido devidamente os papéis.

«Os produtores de azeite ainda não receberam os prémios a que têm direito, relativo às campanhas de 87 e 88, por negligência ou incapacidade dos serviços oficiais, correspondentes a mais de 50 000\$00 por tonelada de azeitona.

«Em relação aos prejuízos provocados pelas intempéries no ano passado, para lá das evidentes insuficiências da linha de crédito o Governo transformou 3,76 milhões de contos aprovados pela CEE para minorar aqueles prejuízos, em complemento das indemnizações compensatórias, sem ter em conta a diversidade das situações e sem ter em conta que são muitos os que vítimas das intempéries e mais necessitados não recebem as referidas indemnizações.»

## Jerónimo de Sousa:

### • O emprego



«O Governo de Cavaco Silva alinhado à direita, sem soluções globais ou de fundo, tenta aplicar a nível nacional algumas das piores receitas dos partidários do Mercado Único:

«Precarização no emprego, "moderação salarial", redução dos níveis de intervenção e participação dos trabalhadores e das suas organizações e redução das prestações sociais, são os fios condutores da política governamental que conduzem inevitavelmente ao agravamento das desigualdades sociais, aos fenómenos da marginalização e do individualismo.

«E no entanto a Constituição da República no plano dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, porque é solidária, moderna e progressista poderia e deveria constituir um insubstituível instrumento para dar corpo a uma verdadeira dimensão social, dar sentido e expressão à igualização no progresso inscrita no artigo 117.º do Tratado de Roma, retomada pelo artigo 118.º-A do Acto Único.

«Os números frios das estatísticas referem 600 mil contratados a prazo, 70% dos jovens trabalhadores têm hoje um vínculo contratual precário. Sem número e sem estatística existem hoje milhares de crianças que não terão tempo de ser meninos, trabalhando nas obras da construção civil, na têxtil subsidiária da multinacional ou na indústria do calçado, milhares de homens e mulheres sujeitos ao trabalho clandestino, à peça, à hora, à tarefa, ao domicílio, ao "recibo verde", sem protecção nem estatuto social, com medo ou sem possibilidade de exercerem as liberdades sindicais.»

## Octávio Teixeira:

### • O que a interpelação comprovou



«A interpelação ao Governo sobre o estado da preparação do País para enfrentar o já próximo embate de 1992 confirmou-se necessária e oportuna.

«O debate travado durante o dia de hoje, possibilitado pela interpelação que o PCP promoveu, mostrou-se concludente sobre quatro aspectos.

«Em 1.º lugar, o debate veio reafirmar que uma estratégia nacional para enfrentar o Mercado Único é absolutamente necessária e inadiável, sob risco de Portugal vir a ser fortemente atingido por todos os aspectos negativos da criação desse Mercado e não aproveitar nenhuma das suas eventuais potencialidades.

«Em 2.º lugar, o debate que hoje se travou deixou bem claro que o Governo não só não tem assumido uma política activa de preparação do País para enfrentar 1992, como continua, de forma demagógica, a iludir os riscos e dificuldades que Portugal vai enfrentar a curto prazo e a semear as ilusões da "terra prometida".

«Em 3.º lugar, a interpelação ao Governo desencadeada pelo PCP permitiu concluir que os resultados mais recentes da política económico-social e da acção governativas, inversamente ao que é exigível, afasta cada vez mais a economia e a sociedade portuguesas da convergência necessária para enfrentar 1992 com a possível e desejável minimização dos riscos.

«Em 4.º lugar, foi possível extrair dos debates travados um significativo consenso de condenação ao Governo pela passividade irresponsável com que Cavaco Silva e o PSD encararam o que já foi chamado de "verdadeiro vendaval na economia e sociedade portuguesas" que a criação do Mercado Único significará.»

Assembleia da República

## Carlos Carvalhas:

### • Porquê da interpelação



«Com esta interpelação queremos confrontar o Governo com métodos, propostas e ideias sobre a preparação do País para enfrentar 1992 e interpretar as manifestações de inquietação e de dúvidas expressas publicamente por sectores empresariais, sindicais, autarquias, técnicos de diversos quadrantes, sobre o modo como o Governo português está a encarar os assuntos comunitários e as consequências do Mercado Único».

### • O que o Governo fez e não fez

«A análise objectiva da evolução económica e social portuguesa e da acção do Governo mostra que se têm acentuado as fraquezas nacionais para enfrentar 1992 e sustenta um amplo rol de acusações directas ao Governo de Cavaco Silva e do PSD à sua Política.

«1.ª – Não se atenuaram as debilidades da economia portuguesa e, inversamente tem-se acentuado o peso de uma especialização produtiva desvalorizada, com a diminuição da competitividade da economia, e das exportações que têm perdido quotas de mercado.

«2.ª As aplicações especulativas têm-se sobreposto ao investimento produtivo, dando origem ao parasitismo financeiro e à criação das rápidas fortunas, em detrimento da esfera produtiva.

«3.ª O Governo tem desbaratado verbas significativas dos fundos estruturais e dos fundos específicos para a economia portuguesa, permitindo objectivamente o alastrar da fraude e da corrupção.

4.ª «O Governo perdeu o controlo da inflação, cujo nível se afasta aceleradamente da média comunitária o que, em conjugação com a permanente e brutal redução do crédito interno disponível para a esfera produtiva, tem conduzido ao aumento das taxas de juro do crédito, à penalização das pequenas empresas e das poupanças depositadas e ao aumento das pressões para a desvalorização mais acentuada do escudo, alargando as divergências nominais monetárias e cambiais com os restantes países da CEE.

5.ª Agravou-se incontroladamente o défice da balança comercial com especial incidência nos bens de consumo, e a economia portuguesa regressou ao ciclo dos défices da balança de transacções correntes, aumentando os riscos decorrentes de uma completa liberalização dos movimentos de capitais, mercadorias e serviços.

«6.ª Aumentaram as desigualdades e a injustiça sociais – com a diminuição dos salários reais e da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional, o aumento da carga fiscal, a diminuição do poder de compra dos pensionistas e reformados, as dificuldades concretas no acesso à habitação, o aumento da precariedade do emprego – agudizando a tensão e a conflitualidade na sociedade portuguesa.

«7.ª O Governo não promoveu qualquer análise global, regional ou sectorial do impacto do Mercado Único sobre a nossa economia, análises que necessariamente têm de ser a base para uma estratégia nacional e participada para enfrentar 1992.

8.ª Nas instâncias comunitárias o Governo apresenta-se sozinho, sem a consulta aos partidos e aos parceiros sociais e alinha normalmente com os países mais ricos, privilegia as liberalizações a todo o vapor em detrimento da defesa da economia nacional e da coesão económica e subalterniza a dimensão social do Mercado Único.

«Em suma, senhores deputados, o Governo inunda os portugueses com *slogans* mas não se vê que prepare o País para enfrentar 1992. É a realidade que o demonstra.»

### • Queremos com esta interpelação

Queremos com esta interpelação contribuir para:

«1 — Que o Governo deixe de encarar as relações com a CEE como uma simples coutada do PSD; que informe como é seu dever a Assembleia da República, que dialogue com os parceiros sociais de modo a potenciar o poder negocial de Portugal e a exercer as relações com a Comunidade de forma fundamentada e sustentada.

«2 — Que o Governo passe dos *slogans* à análise concreta da situação económica, financeira e social e às respostas concretas de modo a atenuar as dificuldades da economia e a fomentar as suas potencialidades.

«3 — Que o Governo abra os ouvidos às críticas, olhe para as injustiças sociais, atente nas respostas dos outros partidos políticos e abandone a sua posição arrogante e sobranceira, de quem julga possuir o saber universal e a exclusividade da interpretação do interesse nacional.»

# Comunistas presos na Turquia



Antes de partir para a Turquia, onde se deslocou na passada semana integrado na delegação parlamentar que participou numa reunião da Assembleia do Atlântico Norte, o deputado comunista João Amaral requereu às autoridades nacionais turcas, por intermédio da sua embaixada em Lisboa, a possibilidade de visitar na prisão os dirigentes comunistas Hayder Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia e Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia.

Estes dirigentes comunistas, recorde-se, foram condenados ao abrigo dos artigos 141 e 142 do Código Penal turco, artigos que decalcando o Código Penal fascista de Mussolini atentam contra os Direitos Humanos internacionalmente garantidos, particularmente com a negação da liberdade de expressão, de organização e de propaganda de opiniões políticas.

No próximo número daremos conta do resultado das diligências encetadas pelo deputado do PCP.

## Saúde e Segurança Social Um diagnóstico preocupante!

A ausência de uma vontade política capaz de superar os níveis de precariedade que caracterizam a intervenção do Estado na generalidade dos sectores sociais continua a ser o aspecto mais marcante na acção do Executivo em matéria de Saúde e Segurança Social. A esta conclusão chegou o deputado do PRD, Hermínio Martinho, no final da interpelação ao Governo levada a cabo pelo seu partido numa das sessões plenárias da passada semana.

Opinião partilhada pelos restantes partidos da oposição parlamentar que cuidaram de confrontar o Governo ao longo do debate, através de uma análise circunstanciada às várias questões em jogo, com os aspectos concretos da sua política neste domínio.

Nisto se diferenciaram aliás da bancada da maioria e do Governo, este apostado por intermédio de Leonor Beleza e Silva Peneda em refugiar-se sistematicamente em questões gerais (sempre com



o que julgam ser as virtudes da sua actuação a servir de pano de fundo), aquela, dando cobertura de forma acrítica e venerada à acção dos dois ministérios.

Com tal atitude só conseguiram mesmo foi evidenciar quão largo e fundo é o fosso que separa neste Governo a realidade dos seus actos e das suas palavras.

É que, como salientou logo

no início do debate a deputada Isabel Espada, o balanço da política governamental no plano da Saúde revela-se «francamente negativo», considerando-o mesmo um factor de alto risco para a saúde dos portugueses».

Após um diagnóstico exaustivo da situação, para o qual contribuíram vários parlamentares da oposição, acabaria por ser o próprio debate

a comprovar a validade e a justeza desta tese.

Ilda Figueiredo, em nome da bancada comunista, lembrou por exemplo o encerramento já decretado dos infantários/jardins de infância que funcionam junto de instituições dependentes do Ministério da Saúde, os maus cuidados de saúde e a actual situação sanitária do País (recorde-se o surto de sarampo que grossou este ano), as longas listas de espera nos centros de Saúde e nos hospitais, a redução do número de valências, a má gestão em muitas unidades hospitalares, etc.

Um quadro que, afinal, bem pode pedir meças àquele que hoje caracteriza a Segurança Social, onde se acentuam as disparidades – pese embora os discursos recheados de referências à coesão económica e social – e a distância que nos separa dos restantes países da CEE.

A esta situação aludiu também Ilda Figueiredo, sublinhando nomeadamente que o nosso País é o que menos dispense com a Segurança Social, facto que o coloca quase sempre em último lugar, quer nas condições para a prestação, quer ao nível de cada um dos beneficiários.

«O montante mínimo da pensão do regime geral é de longe o mais baixo. A idade de reforma, exceptuando a Dinamarca, é a mais elevada. O subsídio de doença calculado com base nas remunerações mensais é também o mais baixo. O mesmo sucede com os subsídios de nascimento e aleitação», observou a propósito a deputada comunista.

## Novo direito para os militares

O Grupo Parlamentar do PCP elaborou um projecto de lei que consagra o direito de queixa dos militares ao Provedor de Justiça.

Entregue na Mesa da Assembleia da República na passada semana esta iniciativa legislativa do PCP prevê designadamente um vasto leque de matérias que podem ser objecto de queixa ao Provedor (abrangendo todas as constantes do artigo 33.º, número 2 da Lei de Defesa Nacional e as que constem ou devam constar do processo individual do militar).

O Pleno exercido por parte do Provedor de Justiça das competências e poderes que legalmente lhe são reconhecidos, constitui outra das normas previstas no articulado do projecto comunista.

Injustificadamente bloqueado por força de um dispositivo da Lei de Defesa Nacional que inviabilizava na prática o recurso ao Provedor, este novo direito a conceder aos militares vem assim colmatar uma lacuna existente e reforçar positivamente a malha existente dos direitos e liberdades dos cidadãos.

## Revolução e contra-revolução na Alemanha

Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado. O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios tácticos da luta revolucionária do proletariado.

edições Avante!



## Trabalhadores

# Greve na Função Pública

Considerada inaceitável, a proposta do Governo é um desafio à dignidade e aos direitos dos trabalhadores do Estado. Os sindicatos recusam o regime remuneratório e as escalas salariais

Depois da greve nacional e intersectorial marcada para ontem, dia 31, com plénários em Lisboa e no Porto, os sindicatos dos trabalhadores da Função Pública, e designadamente a Federação (FNSFP), mantém anunciada nova greve para a primeira quinzena deste mês, «caso o Governo não dê satisfação às exigências sindicais». Ainda sem conhecer os resultados da forma de luta de ontem, na altura em que o «Avante!» entra na máquina, podemos adiantar no entanto que os mais de 300 000 trabalhadores da FP, afectados pela grelha salarial que recusam, devem, de uma forma ou doutra, ter aderido aos apelos sindicais nos diversos sectores da Administração Central, Local e Regional, bem como no sector dos Impostos, Segurança Social, Alfândegas e em variados serviços públicos duramente afectados pelo novo sistema retributivo, tornado público pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SEMA) e apoiado pela propaganda oficial.

Como sucedeu com os



(De uma folha sindical intitulada «Se a proposta do Governo fosse aplicada»: STFPSA)

professores a semana passada, e como deve continuar a acontecer, pois foram entretanto anunciadas novas formas de luta, os trabalhadores da Função Pública submetidos, aliás, ao mesmo esque-

ma remuneratório anunciado pela SEMA em 4 de Maio findo, desencadearam um amplo movimento de protesto que tem mobilizado, com a participação activa dos delegados sindicais, centenas de

milhares de trabalhadores nos diversos locais de trabalho da FP por todo o País.

A repercussão do protesto e do anúncio de formas de luta tem tido alguma expressão pública, incluso da parte dos enfermeiros e dos trabalhadores alfandegários, designadamente no aeroporto de Lisboa.

Na portagem da Ponte 25 de Abril, por exemplo, os trabalhadores, além da adesão à greve marcada para ontem, anunciaram uma paralisação em 30 de Maio. No seu caso, além da grelha da SEMA, está em causa o pagamento de horas extraordinárias e de subsídios de almoço.

Recorde-se que a estas greves e plénários aderem sindicatos não filiados na CGTP, assinalando assim a amplitude da recusa, que leva à participação de organizações e de trabalhadores e trabalhadoras pouco afeitos ao protesto através da greve.

Depois das expectativas criadas pelo próprio Governo à volta da chamada modernização administrativa, é natural que assim suceda, visto que os sindicatos não têm

poupado esforços para resolver os conflitos pela via do diálogo e da negociação, sem resultados visíveis até agora.

O recurso à greve tornou-se assim indispensável, para que sejam salvaguardados alguns objectivos de base que o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores já divulgou publicamente e que estão na base da movimentação grevista, a saber:

- Aumento do vencimento-base (salário mínimo da Função Pública) para 40 mil escudos;
- Revalorização salarial de todas as categorias profissionais em pelo menos 20 por cento;
- Tornar atractivas as carreiras profissionais, conforme compromissos assumidos pelo Governo;
- Na transição, salvaguardar a antiguidade e a experiência profissional.

Cabe ao Governo responder.

A greve nacional de ontem foi marcada para um período de 24 horas.

## Ensino

## Apelo à unidade em 14 e 15 de Junho

No âmbito das entrevistas solicitadas a todos os partidos com representação parlamentar, uma delegação da Fenprof, chefiada por António Teodoro, foi recebida em 22 do corrente pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. O secretariado nacional da Federação Nacional dos Professores, emitindo depois do encontro um comunicado, refere o seu apelo ao PCP para que «contribua, através dos professores seus militantes, para o reforço da acção e da unidade de todos os docentes».

Lê-se ainda no comunicado, subscrito por Vasco Graça, do secretariado nacional, que «o dr. Álvaro Cunhal saudou a luta de todos os professores, considerando significativo que ela ocorra de forma tão unida num sector onde, certamente, existem conhecidas diferenças de opiniões políticas, tal como aliás está a suceder em muitos outros sectores, como por exemplo na saúde, na agricultura e na função pública».

A Fenprof emita entretanto outro comunicado com a análise das «grandes jornadas de luta levadas a efeito pelos professores durante o mês de Maio» e apelando à participação em unidade nas próximas acções já anunciadas, designadamente para os dias 14 e 15 do corrente e para o final do ano lectivo.

Recorde-se que o último período de greve foi um êxito sem precedentes, com a adesão em massa dos professores.



Delegação de professores (Fenprof) recebida pelo camarada Álvaro Cunhal

## Sumário sindical

**Fapel/Portucel** — Ao protestar contra a tentativa da Fapel de impor no sector «o pacote laboral do Governo PSD» e ao dirigir-se aos trabalhadores da Portucel, EP, a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa afirma, quanto ao primeiro caso, que manterá a sua proposta de aumentos salariais de 14 por cento, aproximadamente, e que as reivindicações na Portucel «vão manter-se», depois das greves de Fevereiro.

**Segurança** — Continua anunciado pela Festru para 2 e 3 do corrente, no Hotel Roma, em Lisboa, um seminário sobre segurança rodoviária. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos conta com a participação de pelo menos 150 pessoas.

**Teatro** — Segundo o gabinete de Imprensa da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), o grupo «Teatro da Meia-Lua» de Sintra, com o «Auto da Índia», de Gil Vicente, e com a peça infantil «O Príncipezinho», de Saint-Exupéry, bem como o grupo «Passagem de Nível» da Amadora, com o espectáculo «A Educanda de Odvelas», de Júlio Dinis, foram os apurados pelo júri, no que respeita ao distrito de Lisboa, para passarem à final do VI Festival de Teatro de Amadores da CGTP-IN, a efectuar em Évora, entre 7 e 16 de Julho de 1989.

**Chiado** — Ao referir-se a um diploma que o Sindicato (CESL) afirma desconhecer, o que parece acontecer também com a própria Direcção Geral da Segurança Social, o CES protestava recentemente, mobilizando os trabalhadores atingidos, contra «a situação de desemprego», com a qual o Governo pretende «brindar» os trabalhadores atingidos pelo incêndio do Chiado em Agosto do ano passado. O diploma teria sido aprovado pelo Governo em 30 de Março findo.

**Tomé Feteira** — Os 400 trabalhadores desta conhecida empresa de Vieira de Leiria não recebem a tempo os seus salários desde o princípio do ano corrente. Em 22 de Maio findo, paralisaram o trabalho e concentraram-se junto ao edifício da administração. O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria responsabiliza os patrões pela situação criada e pelo que venha a suceder.

**Santa Maria** — Foi considerada procedente pela Procuradoria Geral da República a queixa apresentada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa, contra o director do Hospital de Santa Maria, professor Carneiro de

Moura, que, segundo o Sindicato, acumula «ilegalmente diversas funções incompatíveis com o seu estatuto». A Procuradoria interveio no sentido de ser considerado nulo o acto de nomeação do director do Hospital para director do Serviço de Medicina II.

**Eleições** — Em 14 e 15 do corrente serão eleitos os novos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro. Com sede em Coimbra, o STFPZC anuncia que se apresentou ao acto eleitoral apenas uma lista de 99 trabalhadores das diversas carreiras e categorias profissionais. Os concorrentes são representativos de todos os sectores e distritos da área do Sindicato, a saber: Coimbra, Aveiro, Guarda, Leiria e Viseu.

**Algarve** — Depois de obtidos 10 por cento de aumentos salariais para todos os trabalhadores abrangidos pela revisão negociada pela Feshot (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal), a comunicação social foi informada pela mesma organização sindical de que, «embora o resultado obtido tenha sido substancialmente superior, quer à contraproposta inicial do patronato, quer aos limites desejados pelo Governo PSD», mais uma vez «importantes reivindicações sindicais ficaram por satisfazer». Depreende-se da nota divulgada pela Feshot que as negociações de revisão contratual não permitiram reduzir para 40 horas o período máximo de trabalho semanal, nem obter os dois dias de descanso por semana para os trabalhadores de hotelaria e similares do Algarve.

**IROMA** — Ao anunciar a suspensão da greve de 15 de Maio dos trabalhadores do IROMA — organização do Governo que superintende nos matadouros — a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusa o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação de «estar a gerar o caos nos serviços», com a atitude de intimidar os trabalhadores, ameaçando-os inclusive com processos disciplinares. Recorde-se, entre outras anomalias, que ocorreu recentemente um surto de brucelose no matadouro de Beja e que, segundo o presidente do IROMA, «os trabalhadores doentes não terão, obrigatoriamente — diz a Federação — contraído a doença no matadouro, mas sim através da ingestão de leite ou queijo fresco». Entretanto, era deslocado de Beja para o matadouro de Lisboa o gado doente.

**Bancários** — O suplemento do órgão do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, distribuído recentemente, inclui o

programa da VII Quinzena Cultural Bancária, que decorrerá entre 6 e 20 de Novembro do ano corrente. Entre outras iniciativas, a Quinzena inclui um concurso de fotografia e outro de cartazes.

**Mulheres** — Sessenta por cento das trabalhadoras são mães em Portugal, recorda em edição recente o CESL-Mulher, boletim do Sindicato do Comércio Escritórios e Serviços de Lisboa, ao referir-se, entre outra matéria de interesse, à conferência que o dr. Peter Moss efectuou recentemente em Lisboa. Moss é o coordenador da Rede Europeia de Acolhimento de Crianças, organização dependente da CEE.

**CTT** — Os trabalhadores dos CTT deram recentemente, nas eleições para a comissão e as subcomissões de trabalhadores, a maioria dos votos a uma lista de unidade. Às eleições efectuadas em perto de 3000 locais de trabalho concorreram quatro listas, recolhendo a lista A seis dos onze mandatos, com 6519 votos. Votaram, nas CTs e Sub-CTs, 45 por cento dos 29 000 trabalhadores permanentes da empresa.

**Trabalho barato** — A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa acusa a associação patronal (APIGTP) de romper as negociações directas da revisão salarial, por querer «trabalho extraordinário mais barato», obrigando assim a Federação a requerer a conciliação ao Ministério do Emprego e Segurança Social.

### Médicos em Moscovo

A convite do Sindicato dos Médicos Soviéticos, deslocou-se em 5 do corrente a Moscovo uma delegação da Fenname — Federação Nacional dos Médicos. Em nota à Imprensa de 29 de Maio findo, a comissão executiva da Federação portuguesa diz que o objectivo da visita é «proceder a uma ampla troca de opiniões sobre múltiplos aspectos» relacionados com o sector profissional e estabele-

cer «relações de cooperação regulares».

De acordo com a mesma nota do dia 29, a delegação portuguesa é constituída pelos drs. Fernando Gomes, presidente da Fenname, e Salvador Noronha, membro da comissão executiva.

A delegação dos médicos portugueses deve demorar-se na União Soviética até ao próximo dia 12.

## Sindicato e patronais contra hipers

Ao referir-se à opinião dos comerciantes e dos trabalhadores acerca de uma decisão da Assembleia Municipal de Torres Vedras, o CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa — afirma que a proposta do PS apresentada àquela Assembleia «reflete apenas as pressões do proprietário do Centro Comercial Barão». Ao mesmo tempo, o Movimento dos Pequenos e Médios Empresários (PME) do Montijo faz uma série de propostas à respectiva Câmara perante «a iminência de autorização de instalação e licenciamento de obras de uma grande superfície comercial no concelho do Montijo».

O Núcleo do Concelho do Montijo das PME chama todos os interessados a unirem-se «em torno da defesa dos seus justos e legítimos direitos e interesses, no quadro da relações comerciais do Concelho».

O Núcleo dirige-se principalmente ao «pequeno comércio retalhista de carácter alimentar», um dos primeiros prejudicados com a instalação do hipermercado no Montijo.

### Proposta no Montijo

As PME do Montijo, integradas no respectivo Movimento do Distrito de Setúbal fazem as seguintes propostas à Câmara Municipal:

- O licenciamento de tal empreendimento e respectivas obras deverá ficar sujeito às posições consensuais mínimas comuns dos pequenos e médios empresá-

rios do Concelho, do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio (CES-Sul) e da Junta e Assembleia de Freguesia para que aponta a instalação;

Além do Sindicato, foram solicitados para intervir no processo os representantes da Associação dos Comerciantes do Montijo-Alcochete

recer escrito.

O mesmo sucedeu, adianta o CESL, com a Associação dos Comerciantes do Oeste.

Ambas as organizações estão naturalmente abertas ao diálogo, como reafirma, aliás, a direcção do CESL.

### Mais gravemente que no todo nacional

## Preços disparam em Lisboa

Num aviso aos trabalhadores, a União dos Sindicatos de Lisboa alerta publicamente para os preços que «estão a disparar em flecha, duma forma mais grave que no todo nacional».

Por seu turno, o CESL, ao manifestar-se contra o projecto da Assembleia Municipal de Torres Vedras, afirma que o mesmo está «ferido de ilegalidade», nomeadamente porque não foi ele próprio ouvido, nem emitiu qualquer pa-

recer escrito.

O mesmo sucedeu, adianta o CESL, com a Associação dos Comerciantes do Oeste.

Ambas as organizações estão naturalmente abertas ao diálogo, como reafirma, aliás, a direcção do CESL.

recer escrito.

O mesmo sucedeu, adianta o CESL, com a Associação dos Comerciantes do Oeste.

Ambas as organizações estão naturalmente abertas ao diálogo, como reafirma, aliás, a direcção do CESL.

recer escrito.

O mesmo sucedeu, adianta o CESL, com a Associação dos Comerciantes do Oeste.

Ambas as organizações estão naturalmente abertas ao diálogo, como reafirma, aliás, a direcção do CESL.

## Farsa no Totta

Reunido recentemente em Lisboa, o Organismo de Direcção dos Bancários (PCP) aprovou, entre outras conclusões importantes, a de que a privatização do Banco Totta & Açores se baseou numa subavaliação de 20 milhões de contos, o que permite classificar esse processo «como uma farsa».

Opondo-se naturalmente à «brutal ofensiva do Governo de Cavaco Silva contra a nacionalização da banca e os direitos dos trabalhadores», aquele Organismo de Direcção explica que «as chamadas avaliações dos bancos» estão a ser feitas de tal modo que, no caso citado, «os potenciais compradores iriam (ou irão) conseguir realizar o investimento em apenas dois anos».

De facto, acrescenta o Organismo, aquela subavaliação corresponde apenas ao «cash-flow» dos anos de 1987 e 1988.

A par de diversas considerações de ordem geral, entre as quais se destacam os objectivos essenciais da reprivatização dos bancos — «a transferência para os grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros do valioso património e do capital das empresas mais rentáveis» — aquele Organismo de Direcção sublinha vários factores que vão agravar-se com a reprivatização ou desnacionalização bancária, designadamente o crédito à habitação e as dificuldades na obtenção do crédito em geral.

Quanto aos direitos alcançados pelos trabalhadores

bancários, muitos deles serão inevitavelmente postos em causa com o processo de reprivatização, com «maior insegurança nos postos de trabalho, repressão e autoritarismo, ritmos de trabalho desumanos e não existência de regalias sociais».

O Organismo chama a atenção para o que se verificava antes do 25 de Abril, e apela a todos os bancários para «a necessidade de continuar a luta contra a política antipatriótica de Cavaco Silva», porque, designadamente, «os direitos e regalias dos bancários estão estreitamente ligados à nacionalização da banca, à sua defesa e, simultaneamente, à defesa da estabilidade de emprego dos bancários».

## ORTs frente à Assembleia

Promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa, organização intermédia da CGTP, decorreu anteontem em Lisboa, frente à Assembleia da República, um plenário das Organizações Representati-

vas (ORTs) dos Trabalhadores do distrito. Foi a primeira vez que se efectuou uma iniciativa deste tipo sobre a revisão da Constituição.

Gracieta Cruz, membro da comissão executiva da

USL/CGTP, disse à Imprensa que, no momento em que aquela revisão chega ao fim, os trabalhadores têm novamente «uma palavra a dizer», porque «a Constituição da República Portuguesa consagra direitos, liberdades e garantias pelos quais nunca deixámos nem deixaremos de nos bater».

### Revisão globalmente negativa

Aquele elemento da direcção da USL considerou que «o acordo celebrado entre as direcções do PSD e do PS comporta uma revisão globalmente negativa e comprometedora do nosso futuro colectivo».

Mais adiantou Gracieta Cruz que a iniciativa sindical diante da Assembleia da República mereceu a adesão participada de «várias personalidades da vida nacional».

A USL destacava, no dia da concentração-plenário a «presença activa e solidária» dessas personalidades. O objectivo do plenário, público foi principalmente o de alertar mais uma vez a população para o caso e «reclamar dos deputados o respeito pela matriz e substância do actual texto constitucional», acrescentou Gracieta Cruz.

Segundo o gabinete de Imprensa da USL, foram convidados a participar no plenário das ORTs do distrito de Lisboa «todos os grupos parlamentares e personalidades do Forum da Defesa da Constituição».

De acordo com a mesma fonte, em nota do dia 30, tinham na altura manifestado o seu apoio à iniciativa Alice Vieira, dr. António Galhardos, Baptista-Bastos, Cecília Nelo, eng. Feliciano David, Fernando Lapa, Inês Fontinha, João Botelho, José Cardoso Pires, Luís Villas-Bôas, Rui Grácio e São José Lapa.

## Poder Local

## CORUCHE

## O sobreiro em debate

Promovido pela Câmara Municipal, decorreu no passado sábado em Coruche, Distrito de Santarém, no Centro de Cultura Local, um debate sobre o sobreiro que contou com a participação de especialistas, investigadores e industriais, autarcas dos Distritos de maior densidade suberícola, representantes de associações agrícolas e industriais e de forças políticas.

A assistência seguiu interessadamente as várias comunicações debatendo os problemas que se colocam a toda a actividade suberícola, equacionada em três vertentes fundamentais: a situação geral do montado de sobreiro no País e no Concelho; a economia da cortiça e a sua importância a nível nacional e local; que orientações para a floresta no Concelho e no País.

Os intervenientes foram unânimes:

1 — Em realçar a existência de legislação adequada à protecção do montado de so-

bro, ressaltando que o mesmo não acontece com a sua aplicação prática.

2 — Em considerar escasso o apoio técnico à condução dos montados.

3 — Em constatar que a situação do montado nacional é preocupante, embora não seja ainda calamitosa. A situação preocupante é especialmente devida à intromissão de espécies de crescimento rápido (nomeadamente o eucalipto) que podem subverter o ecossistema dos montados de sobreiro.

Daí o Encontro (que se designou «Coruche — o So-



O sobreiro esteve em discussão num Encontro em Coruche, que mobilizou muitos técnicos, especialistas, industriais e pessoas ligadas ao sector

breiro em Debate») ter preconizado algumas medidas a tomar pelas entidades responsáveis, nomeadamente:

O racional ordenamento florestal do território.

Sensibilização de proprietários e organismos responsáveis para o cumprimento escrupuloso das normas legislativas em vigor.

Estímulo ao investimento em repovoamentos florestais racionais e à expansão, aumento, defesa e protecção do montado de sobreiro.

Respeito pelos agro-bio-sistemas tradicionais e naturais e pelas espécies ecológi-

camente certas e os rendimentos comprovados.

Sensibilização dos organismos responsáveis para a realização de acções de formação destinadas a munir os profissionais (descortecedores) de conhecimentos técnicos que evitem, pela sua acção menos cuidada, podas violentas e descorticeamentos exagerados e a propagação de doenças, pragas, etc.

Realização de ordenamento florestal em função do homem no respeito dos valores permanentes do ordenamento do território: o ar, a água, o coberto vegetal.

## CDU na Covilhã é esperança renovada

Com a presença de cerca de 150 pessoas e vários órgãos da Imprensa Regional, realizou-se no passado fim-de-semana, na Covilhã, um jantar-convívio da CDU, que teve lugar no Grupo Desportivo da Mata. Segundo nota da organização, a iniciativa reuniu numerosas pessoas sem filiação partidária e apoiantes da CDU, verificando-se uma grande confiança na possibilidade desta coligação poder conquistar a presidência da Câmara Municipal da Covilhã nas eleições de Dezembro próximo.

O cabeça de lista da CDU à Câmara, engenheiro António Teles André, fez uma circunstanciada intervenção onde denunciou a desastrosa gestão PSD e a sua sistemática obstrução às propostas construtivas avançadas pela CDU, que, como sublinhou a dado passo, é «portadora de

um projecto realista, flexível, moderno e consensual para o desenvolvimento do Concelho» e «surge cada vez mais, não apenas como a única alternativa autárquica credível e a inspirar confiança mas, o que não é menos importante, como esperança renovada».

Ilustrando os diversos es-

cândalos onde a gestão PSD se tem atolado, o orador citou um caso de flagrante aproveitamento dos cargos públicos em proveito próprio, ilegal e ilegítimo. «Refiro-me — disse — ao processo de fornecimento de bens e serviços da Firma Nevauto (de que o actual presidente da Câmara é proprietário), à Câmara, no valor de alguns milhares de contos, através de requisições assinadas pelo próprio.

Entretanto, o inquérito/sindicância, para apuramento de responsabilidades, prejuízos e eventuais punições dos implicados (esta prática leva à perda de mandato), proposta pela CDU, após ter dado a conhecer publicamente a situação, e solicitado, por deliberação da Câmara, ao Governo, ainda não foi iniciado. E já lá vai mais de um ano.

Aqui, se denuncia esta atitude, tão inaceitável quanto suspeita e se exige ao Governo a abertura imediata do Inquérito, a sua rápida conclusão e divulgação, antes das próximas eleições autárquicas.

Está também em causa a dignidade das Instituições e do regime democrático», frisou o candidato da CDU, que mais adiante referiu outro exemplo da má gestão PSD, neste caso em relação aos Transportes Escolares (cujo pelouro era da CDU e a quem foi retirado há três anos, mergulhando progressivamente na anarquia depois disso):

«Quanto aos Transportes Escolares — recordou — reduziram-se drasticamente os benefícios e gastou-se mais dinheiro. A centenas de alunos foram retirados os passes para um número ilimitado de viagens, válidos para todos os dias — importante

vantagem económica e social — e substituídos por simples bilhetes para 2 viagens por dia. Paralelamente deixaram de beneficiar dos TE muitos alunos, incluindo crianças, nomeadamente: os residentes na Meia-Légua que frequentam as Escolas da Covilhã e do Tortosendo; os alunos que vão do Canhoso para o Teixoso; os que se deslocam da Ponte Pedrinha para o Tortosendo.

Quando nos retiraram o Pelouro, após uma gestão de 3 anos lectivos, deixámos um saldo positivo de cerca de 6000 contos, com todas as facturas pagas.

O descontentamento, hoje já público, de alunos e pais é grande e justificado.»

Relativamente à Acção Social Escolar «basta referir que as verbas atribuídas às crianças das Escolas Primárias e Telescola, mais carenciadas, nunca foram aumentadas e já lá vão dois anos. Simultaneamente, foi feita uma grande redução no número de alunos abrangidos».

Após enumerar um extenso conjunto de outros exemplos da má gestão PSD (dívidas astronómicas à EDP, irracionalidade na gestão urbanística, o escândalo do complexo desportivo, o aumento das assimetrias entre o campo e a cidade, a falta de planeamento municipal, etc.), o candidato da CDU à Câmara da Covilhã recordou que é possível mudar todo este estado de coisas, o que está «ao alcance daqueles que aqui vivem e amam esta terra»: basta reforçar a votação na CDU, entregando-lhe a gestão do município com a certeza de que ela será feita na base do trabalho, da honestidade e da competência, nacionalmente reconhecidos, aliás.

## Terra

Alerta às instituições  
Reforma Agrária  
leva crimes do MAP  
ao Provedor de Justiça  
e à Procuradoria-  
-Geral da República

• 7 de Junho é dia de luta

As organizações da Reforma Agrária entregaram anteontem na Provedoria de Justiça e na Procuradoria Geral da República uma queixa contra Álvaro Barreto e «um vasto dossier» comprovando acusações de prática de crime pelo ministro da Agricultura.

Numa conferência de imprensa na Casa do Alentejo, representantes da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas (FENCA), da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, dos secretariats e uniões de UCPs/Cooperativas e dos sindicatos dos trabalhadores da agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, informaram que se vai realizar no dia 7 de Junho uma jornada de luta e protesto em todos os distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária. Esta jornada culmina com uma concentração regional a partir das 15 horas, na Praça do Giraldo, em Évora.

Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, também presente na conferência de imprensa, anunciou que a CME convidou todas as câmaras do distrito para um encontro, também a 7 de Junho, em que serão debatidas, nomeadamente, as consequências da ofensiva contra a Reforma Agrária no desenvolvimento e na fixação das populações.

Cinco acusações  
para muitos crimes

Na sequência das inúmeras denúncias públicas que têm feito, as organizações da Reforma Agrária — revelou Lino de Carvalho na exposição que apresentou aos jornalistas — apresentaram na Provedoria de Justiça e na Procuradoria Geral da República queixas contra Álvaro Barreto com cinco acusações concretas: desrespeito dos mecanismos de suspensão provisória previstos na Lei de Processo dos Tribunais Administrativos; não notificação das UCPs/Cooperativas (ou notificação em cima do acto) para, de má-fé, impedi-las de recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo; prática contumaz de não cumprimento dos acordos de suspensão emitidos pelo STA; não explicação dos cálculos concretos que dão origem às novas pontuações das herdades e que fazem com que estas deixem de ser expropriáveis; abuso de poder e falta de isenção administrativa.

As organizações da Reforma Agrária requereram ao Provedor de Justiça que, no âmbito das suas competências, intervenha junto do ministro da Agricultura, do Presidente da República, do presidente da Assembleia da República e do ministro da Justiça com vista a que possa funcionar normalmente o mecanismo da suspensão provisória e que seja garantido «que actuações como a do ministro Álvaro Barreto não possam verificar-se sem possibilidade de imediato procedimento criminal».

Foi ainda requerido ao Procurador Geral da República que, à semelhança do que já fez o STA, peça ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do artigo 50 da Lei 109/88 (que pretende retirar às cooperativas a possibilidade de requerer a suspensão da executividade dos actos do Ministério da Agricultura).



Os trabalhadores da Reforma Agrária prosseguem com determinação e coragem a luta em defesa das UCPs cooperativas, pelo desenvolvimento do Alentejo e do Ribatejo, contra as ilegalidades do MAP e do Governo (na foto, marcha da Reforma Agrária em Junho de 1988)



Quem responde pelos atentados urbanísticos frequentemente cometidos na cidade de Coimbra? Como se compreende que grande parte dos vereadores mantenha as costas voltadas para os munícipes, os serviços e os técnicos? Como se denota o papel positivo da intervenção CDU neste Município, cujo concelho alberga mais de 145 mil residentes? Para estas e outras questões se avançam respostas e comentários numa entrevista realizada pelo «Avante!» na capital do Mondego, em que participaram Santos Cardoso, candidato à presidência da Câmara, Beatriz Rosa, vereadora, e Jorge Monteiro, eleito na AM. Atenção, pois, à próxima edição do «Avante!»

Poder Local

# 5.ªs jornadas movimentam 6000 atletas

## Marinha Grande capital do vidro ... e do desporto!

### Um belo exemplo também no campo da medicina desportiva

Envolvendo cerca de 6000 atletas de todas as idades, prosseguem com vivo entusiasmo no concelho da Marinha Grande as 5.ªs Jornadas Desportivas, iniciativa do Município local.

Iniciadas em Março, embora as principais actividades do programa tenham arrancado em 6 de Maio, prolongando-se até meados deste mês, as Jornadas englobam 23 modalidades, numa dinâmica sem paralelo na região (e em muitas outras regiões do País), para a qual contribui o conjunto das colectividades populares de cultura, desporto e recreio, as escolas e diversas instituições do laborioso concelho leiriense.

À frente de um secretariado permanente constituído por apenas 9 elementos encontramos o vereador responsável pelo pelouro do desporto, camarada José Luís de Sousa que falou ao «Avante!» sobre estas Jornadas, salientando a entusiástica participação da juventude e das crianças, o apoio das escolas e dos professores e também o alcance de algumas acções inseridas nesta di-

namização desportiva, caso das inspecções médicas proporcionadas a muitas crianças do concelho. São entre os dias 4 e 11 de Abril, na sede do «Coração da Noite» e no Centro de Saúde de Vieira de Leiria, tiveram as suas inspecções médico-desportivas cerca de 450 crianças das escolas primárias que participam nas 5.ªs Jornadas.

O jornal das Jornadas Desportivas, especialmente editado pela CM da Marinha, comenta assim a realização destas inspecções médicas:

*É um procedimento já habitual na organização desta iniciativa e que tem provado a sua utilidade. Este ano foram detectados 23 casos de crianças com problemas físicos e que, apesar de poderem continuar a participar nas JD, irão ter um acompanhamento especial.*

Entretanto, a Câmara Municipal deliberou exarar



**EXAME MÉDICO**

NOME	SEXO: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	PROG. N.º
NATALIDADE	MODALIDADE/S	DATA NASC.
ESTADO	CLUBE/S	
PROFISSÃO	DISTRITO	
CONCELHO		

EXAME BIOMÉTRICO	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
PESO					
ESTATURA					
ENVERGADURA					
PER. TORAX. MÁXIMO					
PER. TORAX. MÍNIMO					
PERIM. ABDOMINAL					

EXAME NEUROLÓGICO	
NORMAL	
PERDAS DE CONSC.	
VERTIGENS	
TREMORES	
CIFALALIAS	
TRAILLAMENTO CRAN.	

APARELHO RESPIRATÓRIO	
M.V.M.	
RUIDOS ADVENTÍCIOS	
APNEIA (SEGUNDOS)	

ÍNDICE DE RUFFIER	
PULSO: REPOUSO	
PULSO: APÓS ESFORÇO	
PULSO: 1h. APÓS	
T.C. RUFFIER	

ANAMNESE - ANT. PESSOAS	
SARAMPO	3.14 PALUÍDISMO
PAROTIDITE	3.15 EPILEPSIA
RUÍDOA	3.16 DIABETES
VARICELA	3.17 VACINAS ACTUAIS
TOSSE CONVUL.	3.18 BEMISTES
ESCARLATINA	3.19 DITIS
DIFTERIA	3.20 HÁBITOS TABAG.
FEBRE REUMÁT.	3.21 HÁBITOS ALIC.
FEBRE TIFOIDE	3.22 OPERAÇÕES*
HEPATITE (400)	3.23 CARDIOPATIAS*
MENINGITE	3.24
TUBERCULOSE	3.25
ASMA	3.26

APARELHO CÁRDIO-VASCULAR	
SOPROS	
DISRITMIAS	
RUIDOS CÁRDIACOS N.	
DESD. FIXO DO 2.º S.	
ENTRABOS	

TA MÁXIMA	
TA MÍNIMA	

RESULTADO E ORIENTAÇÃO DESPORTIVA		
Data	Núm.º	Resultado

ASSINATURA DO MÉDICO

Inspeções médicas no âmbito das 5.ªs Jornadas Desportivas: uma acção de grande alcance

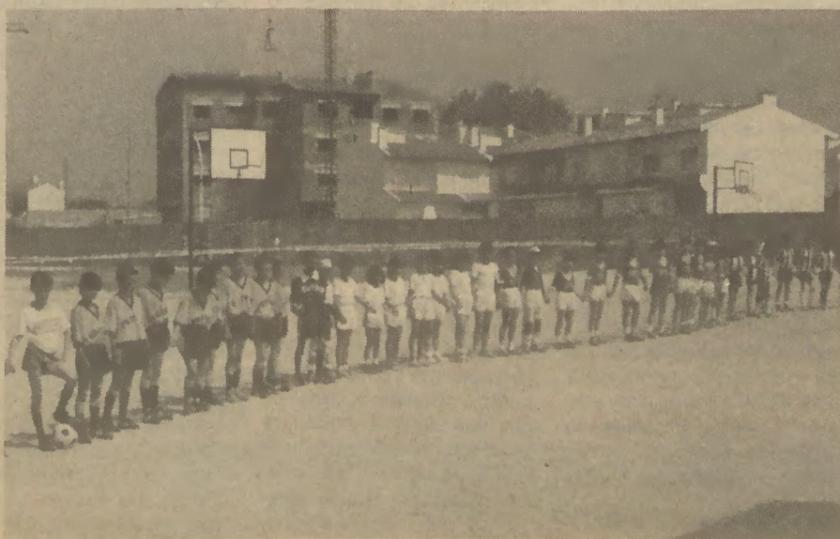
em acta um voto de agradecimento aos serviços médicos «Coração da Noite» e aos médicos dos Serviços de Saúde de Vieira de Leiria que inspecionaram gratuitamente as crianças referidas.

#### Inovações

Andebol, atletismo, bicross, chiniquilho, ciclismo, ciclismo, ciclismo, damas, futebol, ginástica desportiva, hóquei em patins, judo, natação, patinagem artística, ténis, ténis de mesa, tiro aos pratos, voleibol, pesca desportiva, snooker, xadrez, badmington e basquetebol são as modalidades em foco nestas 5.ªs Jornadas, que, para além de três estreias (ciclismo, bicross e snooker), apresenta inovações como os cursos de iniciação ao xadrez nas colectividades, o concurso de pesca desportiva para camadas juvenis, o torneio de ténis aberto aos alunos das escolas preparatórias, o torneio de futebol de sete para os do secundário e com finais a partir da Praça Stephens, no coração da cidade.



José Luís de Sousa, o vereador do desporto da Câmara Municipal da Marinha Grande



Futebol, uma modalidade sempre em foco nas Jornadas Desportivas

## MADEIRA

# Para onde vai a economia da Região?

## Agrava-se o problema da monstruosa dívida regional

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 1989 foi tema em destaque numa recente reunião da DORAM ( direcção do Partido no arquipélago), realizada no Funchal. «Mesmo não tomando em conta os encargos correntes da dívida (22 055 000 contos) a situação financeira da Região seria extremamente grave», referem os comunistas madeirenses, que acrescentam:

As receitas correntes, que totalizam 32 858 400 contos, são manifestamente insuficientes para cobrir as despesas correntes que atingem a quantia de 35 560 815 contos. Isto é: a Madeira já não gera receitas próprias para pagar sequer as despesas do seu dia-a-dia.

Mas, apesar desta situação, o Governo Regional intensifica a sua política indiscriminada de subsídios a interesses privados, que normalmente se limitam a beneficiar duas ou três famílias.

Em 1989 estes subsídios ultrapassam os 3 milhões de contos, o que representa 9,2 % das receitas correntes e 27,3 % das receitas de capital.

#### Saco azul

Além disso, o Governo Regional cria um «saco azul» de mais de 5 milhões de contos para gastar sem controlo, o que se explica pelo facto de estarmos em ano de eleições e a demagogia custar cada vez mais caro.

Mesmo mantendo o critério de não considerar a amortização da dívida (18 262 000 contos), verifica-se que no Orçamento de 1989, para uma receita de capital de 11 031 325 contos corresponde uma despesa de 18 987 820 contos, ou seja, mesmo que a monstruosa dívida deixasse de existir, o Governo Regional encarregar-se-ia de criá-la novamente.

#### E os sectores produtivos?

Mais adiante a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP, esclarece:

Por outro lado, o total da receita prevista no Orçamento é de 43 889 725 contos enquanto que os encargos da dívida (amortização e juros) são de 40 317 000 contos, o que representa 91,8 % do total das receitas próprias da Região.

Nesta situação o Orçamento para 1989, relativamente aos sectores produtivos, apresenta uma baixa significativa como é o caso da agricultura, de 18,2 % para 14,5 % em 1989, das pescas, de 2 para 1,5 % e da indústria, de 3,6 para 2,7 %.

Nos sectores sociais a redução atinge todos os sectores (saúde, educação, segurança social). É, no entanto, na habitação que o corte no investimento é mais significativo, passando de 10 % para 5,9 % em 1989.

Na verdade, o Governo Regional para o sector da habitação afecta apenas 725 000 contos enquanto que destina 8 milhões de contos de saco azul e subsídios, para beneficiar os grandes capitalistas, o que demonstra o total desrespeito e desinteresse pela resolução de um problema que aflije largos sectores da população da Madeira.

O Orçamento em discussão na Assembleia Regional demonstra claramente que a Região em nada tem sido beneficiada com a maioria do PSD no Governo e na Assembleia da República. «Demonstra também que o PSD Regional ao contrário do que tinha apregoado apenas agravou ainda mais a monstruosa dívida regional, sem que existam perspectivas seguras para a sua resolução e sem que o PSD apesar da maioria na Assembleia da República de que beneficia tivesse sido capaz de definir critérios para o financiamento da Região.

#### Encontrar uma solução

Por isso, o Orçamento agora apresentado constitui uma clara demonstração da necessidade de se encontrar uma solução para a dívida regional.

Porque a presente proposta de Orçamento também demonstra claramente a necessidade de mudar radicalmente a política regional, resultando bem claro que o Governo Regional continua a distribuir como lhe apetece os dinheiros públicos, favorecendo os grandes capitalistas.

E, da análise deste Orçamento, também se conclui que com a actual política, mesmo que a dívida actual desaparecesse, o Governo Regional do PSD rapidamente endividaria de novo a Região.

PCP

# PCP saúda calorosamente a poderosa luta dos professores

No ano lectivo em curso, e através de sucessivas medidas tornadas públicas ou concretizadas, as orientações do Governo tocam as raízes do intolerável — sublinha o organismo de direcção dos professores de Lisboa do PCP em breve nota divulgada à imprensa, na qual «saúda calorosamente a poderosa luta dos professores», que, «de Norte a Sul do País recusam firmemente aceitar, como o Governo pretenderia, tornar-se os quadros mais mal tratados, mal pagos e desvalorizados de toda a Função Pública».

Vejamos algumas das passagens mais significativas da nota divulgada pelo gabinete de imprensa da Direcção Regional de Lisboa (DORL):

O PCP tem acompanhado com crescente preocupação o desenvolvimento da política do Governo PSD/Cavaco Silva para o sector da educação e do ensino.

Com manifesta clareza se identifica uma orientação que

afronta e defrauda os legítimos interesses, direitos e aspirações dos jovens, dos docentes, da esmagadora maioria das famílias.

Ao contrário do que demagogicamente afirmou e prometeu, o Governo nem atribui real prioridade, nem muito menos privilegia, a formação dos futuros cidadãos e trabalhadores do nosso país.

Tal como em toda a sua

política, os resultados reais da acção do governo manifestam uma gritante incapacidade de enfrentar e superar a situação de atraso económico, social, cultural, científico e tecnológico, com que Portugal se encontra.

## Governo incapaz

Agrava-se a política de cortes orçamentais; agrava-se brutal, injustificada e arbitrariamente os critérios selectivos de acesso ao Ensino Superior; frustram-se as expectativas em relação ao acesso dos jovens a formas credíveis e adequadas de formação profissional; não é dado cumprimento às medidas necessárias de concretização da Lei de Bases do Sistema

Educativo, enquanto são tomadas medidas que contrariam aspectos fundamentais da letra e do espírito dessa lei, designadamente no que diz respeito à gestão democrática das escolas e ao acesso ao Ensino Superior.

É protelada e recusada pelo Governo a negociação dos estatutos das carreiras docentes, enquanto procura consumir a imposição de modelos profundamente desvalorizadores e burocratizados.

O Governo é incapaz de compreender, na sua política de educação como na sua política geral, que o progresso é indissociável do exercício pleno da democracia dos direitos e das liberdades de entre as quais podem justamente destacar-se a liberda-

de de ensinar e aprender, a liberdade de desenvolver a acção pedagógica num clima individual e colectivamente estimulante e criador, o direito a uma profissão digna e socialmente valorizada, pelas quais os professores vêm há longos anos lutando.

O PCP saúda calorosa e solidariamente a poderosa luta dos professores que, de Norte a Sul do País, recusam firmemente aceitar, como o Governo pretenderia, tornar-se os quadros mais mal tratados, mal pagos e desvalorizados de toda a Função Pública.

A extraordinária expressão de massas da sua luta e a combativa unidade que os professores manifestam constituem um dos mais vigorosos momentos históricos da

sua afirmação enquanto classe profissional. Há, por isso, **todas as razões para confiar e para prosseguir a luta com determinação.**

O adversário dos professores, dos estudantes, de todos os que desejam um Portugal de democracia e progresso é um Governo e é uma política.

O PCP está certo de que os professores, como todos os outros trabalhadores, saberão, não apenas através da luta no plano social, mas no exercício lúcido e consciente dos seus direitos civis, condenar, nos actos eleitorais que se aproximam, este Governo e esta política e contribuir para que Portugal empreenda finalmente um caminho de progresso, democracia, desenvolvimento e liberdade.

## PORTO

# Plenário da DORP: as respostas e as soluções que melhor sirvam a região

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP reuniu na semana passada em plenário, tendo debatido profundamente algumas das mais importantes questões para o progresso da região e o bem-estar das populações, problemas que se acentuam na mesma medida em que se acentuam os traços negativos da política do Governo PSD. Os atrasos no processo da regionalização, a situação das estradas e auto-estradas, as medidas indispensáveis para o desenvolvimento da região do Porto na perspecti-

va do Mercado Único, estiveram no eixo das atenções da DORP, procurando através do debate colectivo encontrar as respostas e as soluções que melhor servem a região e os seus residentes.

## Três resoluções

Esta produtiva discussão saldou-se pela aprovação de três importantes e inovadoras resoluções: a 1.ª, relativa à reclamação e delimitação

concreta da Região Administrativa com centro no Porto; a 2.ª, relativa aos problemas das infra-estruturas rodoviárias que servem a área do Porto e a implantação de um sistema de portagem livre; a 3.ª, relativa à preparação da região do Porto para o embaite comunitário de 1992. Estes documentos serão agora discutidos — como propostas programáticas e de trabalho — pela Coordenadora Distrital da CDU.

A privatização de 49% das acções da Unicer, o recente ultimato da EDP à Câmara

Municipal do Porto, a retirada à EDP da distribuição de gás e a sua entrega à Petroquímica, e os atrasos na construção da rede de auto-estradas foram questões que o DORP analisou com cuidado.

As cedências do PS às pretensões do PSD, não só no que diz respeito à revisão constitucional, mas também na aliança para as eleições autárquicas e mesmo em atitudes concretas de autarcas do PS da região — foram também objecto de análise e de tomada de posição da reunião plenária.

Em vésperas de mais uma importante campanha eleitoral, e com todo o Partido já mergulhado numa intensa e dinâmica política de massas, o plenário da DORP ocupou parte importante dos seus trabalhos com a discussão das eleições para o PE — o ambiente eleitoral, o combate a tendências abstencionistas, o tipo de acções e de campanha, as formas de chegar ao eleitorado, as principais iniciativas da CDU que ocorrerão no distrito.

O plenário da DORP apelou à participação na Jornada

Nacional de Propaganda da CDU nestes dias 1, 2, 3 e 4 de Junho. Foi divulgado que o camarada **Álvaro Cunhal** estará presente na Festa da CDU, no Porto, no próximo dia 10 de Junho.

Em conferência de imprensa realizada no dia seguinte ao da reunião, **Emídio Ribeiro**, membro do Comité Central e do Secretariado e Comissão Executiva da DORP, expôs com mais pormenor as posições do Partido relativamente aos temas e assuntos debatidos no Plenário da DORP.



# O que está em jogo no ataque à banca nacionalizada

Um violento estrangulamento da economia nacional — esta pode ser a consequência provocada pelo conjunto das últimas medidas do Governo Cavaco/Cadilhe para o sector da banca. O alerta vem do organismo de direcção dos bancários comunistas de Lisboa, que chama a atenção da opinião pública para as seguintes questões:

## O escândalo do Totta...

As pretendidas privatizações da banca pública têm como objectivos essenciais a transferência para os grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros do valioso património e capital das empresas mais rentáveis que se encontram em melhor situação económica, e a retirada de direitos e regalias dos trabalhadores bancários, no sentido de fazer regressar o sector à situação laboral existente antes do 25 de Abril.

Apontam-se como exemplos paradigmáticos os casos da **União de Bancos Portu-**

**gueses**, com a retirada de diversas regalias e a tentativa de abertura do **Banco Totta & Açores** aos sábados, que a luta decidida e imediata da classe impediu.

Por outro lado, as chamadas avaliações dos bancos que o Governo quer privatizar estão a ser feitas de tal modo, que, no caso **Banco Totta & Açores**, os potenciais compradores iriam conseguir realizar o investimento em apenas 2 anos.

De facto, este banco foi (sub)avaliado em **20 milhões de contos**, verba idêntica ao *cash-flow* dos anos de 1987 e 1988, o que permite classi-

ficar este processo como uma farsa.

## PME's: o alvo

As últimas medidas do Governo Cavaco Silva para a Banca — maiores limitações dos «plafonds» de crédito, dificuldades na obtenção de crédito, designadamente à habitação, aumento substancial das reservas obrigatórias de caixa, obrigando os bancos a imobilizar mais cerca de 700 milhões de contos — vão provocar um violento estrangulamento da economia nacional e atingir, de forma catastrófica, sobretudo às pequenas e médias empresas, e agravam a situação de instabilidade entretanto criada nos bancos nacionalizados, pondo em causa a segurança de emprego dos bancários.

A venda do chamado crédito mal parado da Banca, defendida pelo desacreditado ministro das Finanças, destina-se também a favorecer, e

duplamente, os grandes grupos capitalistas, porque não só lhes prepara a entrega, nas melhores condições, dos bancos nacionalizados, como também lhes vem permitir arrecadar alguns milhões, através da sua participação na própria operação de venda.

É perante estes factores e o cada vez maior desgaste do Governo de Cavaco que o Partido Socialista aceita aliar-se com o PSD para a revisão da Constituição da República, no sentido de permitir a privatização da banca nacionalizada e outros sectores básicos da nossa economia, com a consequente retirada da intervenção democrática dos trabalhadores nas empresas, pondo em causa os postos de trabalho e outros direitos e regalias.

## CPP: que se passa?

Este comportamento claudicante do Partido Socialista está a ter reflexos cada vez

mais negativos no sector bancário. No **Crédito Predial Português**, os membros da tendência socialista na Comissão de Trabalhadores subjugam-se às pressões do respectivo Conselho de Gestão, e entram em conclusão com este órgão, para afastar os membros eleitos na lista unitária da actividade a tempo inteiro na CNT.

Sintomaticamente, estas atitudes ocorrem, em simultâneo, com o aparecimento de notícias, em órgãos de comunicação social, de que o CPP está a ser avaliado, para efeitos de privatização.

Muitos bancários trabalharam antes do 25 de Abril, em bancos privados, e sabem o que isso significa — maior segurança dos postos de trabalho, repressão e autoritarismo, ritmos de trabalho desumanos, não existência de regalias sociais.

E também sabem que, para enfrentar o Mercado

Único de 1993, se torna imprescindível reforçar a nossa economia e o sector bancário nacionalizado.

Por tudo isto e em **coerência com os princípios que sempre nos nortearam**, o organismo de direcção dos Bancários de Lisboa do PCP defende o reforço dos bancos nacionalizados e a sua colocação ao serviço do desenvolvimento económico do País, e alerta todos os bancários para a necessidade da continuação da luta contra a política antipatriótica de Cavaco Silva e o acordo PS/PSD de revisão da Constituição da República.

Porque os direitos e regalias dos bancários estão estreitamente ligados à nacionalização da Banca, a sua defesa é, simultaneamente, a defesa da estabilidade de emprego dos bancários e da economia portuguesa — conclui aquele organismo do PCP.

Nacional

## Pioneiros de Portugal em acção

# 0 1 de Junho, as crianças e os jornalistas

O diálogo entre crianças e jornalistas foi o ponto saliente de uma interessante iniciativa promovida anteontem na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa, pelos Pioneiros de Portugal, no âmbito das comemorações do 1 de Junho — Dia Mundial da Criança. Os Pioneiros e as outras crianças presentes neste encontro apresentaram as suas perguntas aos jornalistas e deixaram também os seus apelos: é que, através da Comunicação Social, se pode divulgar os direitos da criança ao longo do ano e não só a 1 de Junho.

«Pedimos para que dêem grande destaque a todas as notícias que falem de crianças, para que divulguem todas as situações onde os direitos da criança não estejam

a ser cumpridos, mas divulguem também as nossas alegrias» — o apelo acrescenta ainda: «Pedimos para fazerem entrevistas às crianças, sobre a sua vida, sobre o

que pensam, fazem, desejam e sonham».

No encontro da Sociedade Portuguesa de Autores os Pioneiros de Portugal lembraram ainda alguns aspectos da história do 1 de Junho. E disseram:

«Como todos já devem saber, o 1 de Junho surgiu em 1950 por iniciativa da Federação Democrática Internacional de Mulheres, porque depois da 2.ª Guerra Mundial, muitas crianças ficaram numa situação triste.

«O lema deste primeiro 1 de Junho foi:

«Manteiga — canhões, não!»

«Escolas e hospitais — tanques, não!»

«Passados 9 anos a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

«Nesta Declaração estão «cuidados» muito importantes para tornar possível que todas as crianças sejam felizes.

«Infelizmente nem todas as crianças têm os cuidados que lhes são necessários.»

### O direito a ser feliz

Para os Pioneiros de Portugal, as crianças portuguesas têm os seus direitos assegurados num texto muito importante para o nosso país, que é a Constituição da República.

«Mesmo assim, há muitas crianças que não são felizes.

Para nós, Pioneiros de Portugal, ter o direito a ser feliz é:

- Ter alimentação;
- Ter roupa quente no Inverno e fresca no Verão;
- Ter remédios e hospitais para se curarem quando estão doentes;
- Ter um pai e uma mãe carinhosos e que dêem protecção;
- É não ser discriminado pela sua cor, sexo ou nacionalidade;
- Ter habitação;
- Ter brinquedos;
- Ter escolas;
- Fazer desporto;
- É ter coisas para fazer, quando não há nada para fazer.

Será que custa muito dar isto às crianças?..»

### Exposição

Também nas instalações da SPA os Pioneiros organizaram uma exposição constituída por desenhos e textos sobre os direitos das crianças. Os 450 trabalhos, que estiveram patentes nos dois últimos dias de Maio, resultaram dum concurso levado às escolas primárias da região de Lisboa.



### Apelo

No encontro de anteontem, na SPA, os Pioneiros de Portugal solicitam aos jornalistas a divulgação do seguinte Apelo:

A ti: que és criança como nós.  
Aos jovens: nossos amigos mais crescidos.  
Aos adultos: nossos pais, professores e amigos.  
Que cada um, em cada momento de cada dia do ano, faça coisas pelos Direitos da Criança.

- |                  |                            |
|------------------|----------------------------|
| Pela alegria     | Contra a tristeza          |
| Pela paz         | Contra a guerra            |
| Pela alimentação | Contra a fome              |
| Pela saúde       | Contra a doença            |
| Pelo Amor        | Contra o ódio              |
| Pela educação    | Contra a ignorância        |
| Pelo jogo        | Contra o trabalho infantil |

Assim responderão ao lema dos Pioneiros de Portugal deste ano:  
Deixem-nos brincar! Queremos crescer!

Os Pioneiros de Portugal  
Lisboa, 1 de Junho de 1989



## DIALÉCTICA DA REVOLUÇÃO



### E DA CONTRA-REVOLUÇÃO

No presente livro estuda-se a análise, feita por Marx, Engels, Lênine e pelos partidos comunistas, dos mais importantes aspectos da luta entre as forças da revolução e da contra-revolução. A par disso, mostra-se a base social da contra-revolução em diferentes situações históricas, analisam-se a sua natureza e a sua tática, esclarecem-se as condições da luta com êxito contra ela.

## Comissão do PCP comenta declarações do PM

# Deficientes prejudicados com política cavaquista

A comissão de apoio ao Comité Central do PCP para os problemas dos deficientes, a propósito de recentes declarações do primeiro-ministro — «o Governo quer fazer-se porta-voz daqueles que não reivindicam, não fazem manifestações de rua ou não têm possibilidade de colocarem nos jornais os seus anseios» —, considera que tais afirmações põem em evidência o desconhecimento da situação dos deficientes em Portugal.

«Um Governo que pratica uma política ruína para as classes trabalhadoras, um Governo que faz demagogia com promessas eleicoeirias, que não cumpre, não pode nunca ser porta-voz dos deficientes. Sempre que o PSD

esteve no Governo os deficientes viram restringidos os seus direitos» — refere o comunicado da comissão.

Adianta ainda aquele organismo que «o actual Governo é o pior que governou Portugal desde o 25 de Abril, porque não respeita a Constituição e acordos assinados internacionalmente e revoga leis internas favoráveis aos deficientes. Os deficientes sentem a inflação, as pensões de miséria, a degradação da saúde, da segurança social, do emprego, da educação, do trabalho, etc. Os deficientes viram revogado o Decreto 43/82 sobre barreiras arquitectónicas e não o viram substituído por qualquer outro. Não basta aprovar leis, é preciso cumpri-las e é preci-

so que as leis não sejam contrariadas por outras».

«Os deficientes sabem bem o que querem, porque sentem na carne a falta de implementação de políticas que lhes resolvam os problemas, reivindicam e reivindicam, organizados nas suas associações e manifestam disposição de denunciar por todos os meios a demagogia do Governo PSD/Cavaco Silva. Se o Governo quiser ouvir as suas reivindicações seguramente que em muito mudará a sua política e o senhor primeiro-ministro não se arvorará em ilegítimo tutor daqueles que tenta prejudicar com a sua política ruína e desastrosa» — conclui o documento da comissão do PCP de apoio aos deficientes.



PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORANEO

333 pp.  
cod. 63.012  
900\$00

edições Avante!

DA a distribuição

Internacional

## URSS

# Congresso do Povo reúne pela primeira vez

«O diálogo entre o partido e os trabalhadores não é uma manifestação de fraqueza nem a transformação do partido num clube de discussões. Se é fraqueza manter diálogo com todos as camadas da sociedade, não sei então o que é coragem. É preciso mobilizar as pessoas, convencê-las a levarem adiante a *perestroika* e remodelar a sociedade no interesse do indivíduo e de todo o povo. Não devemos agir segundo o esquema: permitir ou proibir, deixar ou não deixar. Tudo isso pertence ao passado. São saudades dos métodos autoritários! A força e a coragem consistem na capacidade de conduzir as pessoas, e de uni-las convencendo com a força da lógica, firmeza dos princípios partidários e fidelidade aos ideais do socialismo. Tentem fazê-lo com diálogo!».

São palavras de Mikhail Gorbachov, retiradas da declaração final no plenário do CC do PCUS de 25 de Abril, e que nos parecem particularmente actuais agora, no momento em que se reuniu o Congresso de Deputados do Povo da URSS, pela primeira vez, em Moscovo.

Palavras tanto mais oportunas quanto, em torno dos debates do Congresso, se in-

tenta fabricar ideias que conduziram à conclusão de que o socialismo e democracia se-

riam incompatíveis. Quando é exactamente de decisivos aprofundamentos da democracia, que os necessários progressos na evolução do socialismo terão de se almentar.

## Os trabalhos do Congresso

Oitenta e oito por cento dos deputados, representantes de 65 nacionalidades, participam pela primeira vez nos trabalhos de um órgão superior do poder. Este um dos dados divulgados por Boris Guidaspov, presidente da Comissão de verificação dos poderes.

Do número total de deputados, 87% são membros ou candidatos a membros do PCUS (1957). As mulheres

ocupam 352 lugares, os intelectuais e cientistas representam 27,45, os operários e camponeses 23,7 e outros trabalhadores agrícolas 18,9%.

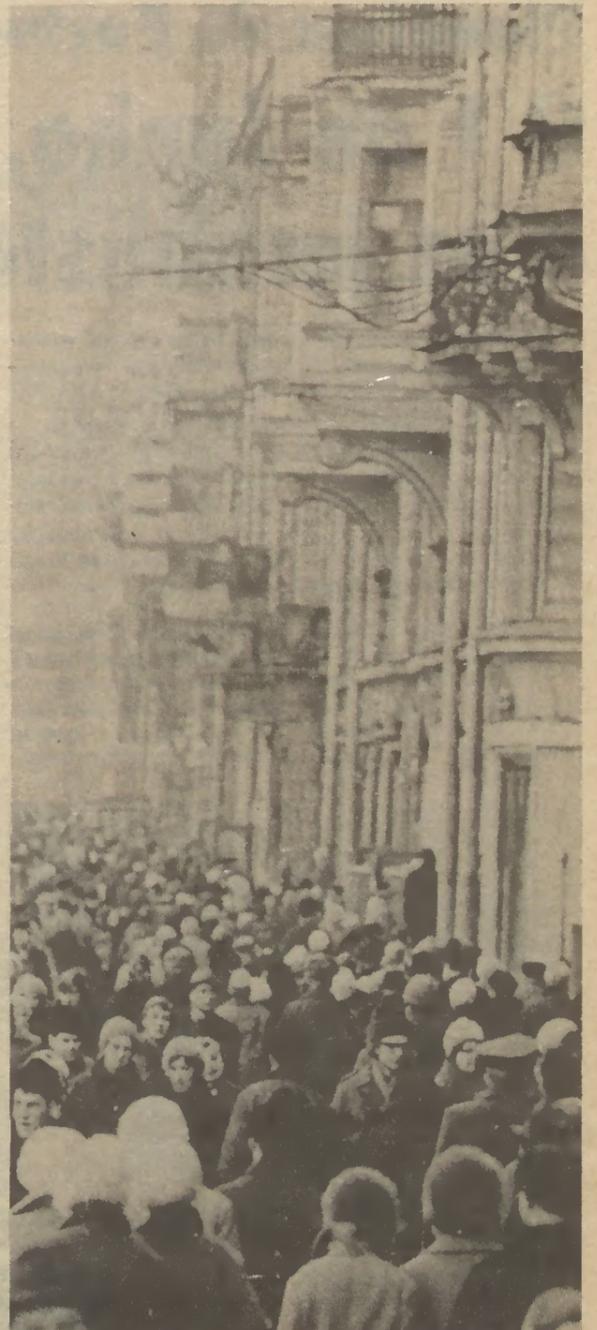
Um dado significativo de algumas das preocupações presentes no povo soviético. Segundo os primeiros cálculos, o número de deputados ecologistas no Congresso deverá ascender a cerca de 300, ou seja 15% do total, o que significa, comparativamente a outros países, o triplo da representação normal dos Verdes. 30 a 40 por cento dos programas dos deputados contêm prioridades ecológicas, elevando-se esta taxa a 70 por cento no caso das Repúblicas bálticas. Há propostas concretas e exigências para reorientar ecológicamente a economia, que partem nomeadamente de dirigentes de empresas industriais que apostam também na autogestão como meio de redução do perigo ecológico.

O Congresso, logo nas suas primeiras sessões, testemunhou de um enorme empenhamento político, com debates particularmente vivos, e a expressão das mais diversas opiniões, naturalmente também de algumas que não irão ao encontro da resolução dos problemas do povo soviético.

Debates que — note-se — têm vindo a ser transmitidos pela televisão soviética, e amplamente cobertos pela imprensa.

A agenda de trabalhos, aprovada com 379 votos contra, englobou: a eleição da comissão de verificação de mandatos; eleição do presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS; eleição do Soviete Supremo; as principais metas da política externa da URSS; programa de acção do governo; aprovação do presidente do Conselho de Ministros; eleição do comité constitucional; aprovação do comité de controlo popular e outros cargos superiores. E ainda outros temas de debate.

Na presidência do Congresso, eleito por unanimidade após intenso debate, entraram o secretário-geral do CC do PCUS, Gorbachov, membros do Bureau Político



Os problemas das grandes massas urbanas e rurais serão resolvidos, abrindo as portas e estimulando o empenhamento de todos

## Congresso e Soviete Supremo Que poderes?

Dia 25 de Maio, reuniram-se pela primeira vez, em Moscovo, os 2250 membros do Congresso de deputados do povo da URSS. A maioria dos deputados havia sido eleita em 26 de Março, num processo que culminou meses de debates, e que assumiu um carácter inédito.

O Congresso do Povo é o novo órgão supremo do poder estatal na União Soviética e os deputados agora eleitos deverão materializar as alterações ao sistema de administração estatal, traçadas pela 19.ª Conferência do PCUS (Julho de 1988) e juridicamente reforçadas a nível parlamentar em Dezembro último.

De acordo com a nova estrutura do poder, o Congresso é o órgão de decisão superior, reunindo uma vez por ano para resolver as mais importantes questões da vida do país.

São prerrogativas exclusivas do Congresso a aprovação da Constituição da URSS, a introdução de emendas à lei fundamental, a tomada de decisões sobre a estrutura nacional e estatal do país, incluindo a definição das fronteiras e das suas eventuais alterações ao nível das Repúblicas federadas.

Segundo a Constituição, uma das funções do Congresso é eleger o Soviete Supremo da URSS, o seu presidente, definido como «o mais alto responsável do Estado soviético, que representa a URSS no interior do país e nas relações internacionais», e o primeiro vice-presidente, a comissão de mandatos e o comité de vigilância constitucional.

Cabe-lhe ainda ratificar os presidentes do Conselho de ministros da URSS (por proposta do presidente do Soviete Supremo), do comité do

controlo popular e do supremo tribunal, e as nomeações do promotor-geral e do árbitro principal de Estado da URSS.

O Congresso tem também o direito de revogar actos legislativos aprovados pelo Soviete Supremo e decidir sobre a realização de referendos.

Os deputados devem analisar todas as questões fundamentais da política externa e interna do país.

As suas resoluções são aprovadas por maioria simples de votos do total de deputados.

O Soviete Supremo, é um órgão permanente de poder. Reúne durante 6 a 8 meses ao longo do ano. É composto por duas câmaras, o soviete das nacionalidades e o soviete da União, de 271 membros cada uma.

Na primeira câmara, os seus membros são eleitos entre os deputados pelas circunscrições nacionais territoriais, à razão de 11 por cada República autónoma, 2 por cada região autónoma e um por distrito autónomo. Os membros do Soviete da União são escolhidos entre os deputados eleitos pelas circunscrições territoriais, à razão de 1 por cerca de 710 mil eleitores.

Os 542 membros das duas câmaras são renovados anualmente em 20%. Em ambas as câmaras, parte dos lugares está reservada aos deputados pelas organizações sociais.

O Soviete Supremo marca as eleições e aprova a composição da comissão eleitoral central, nomeia o presidente do Conselho de ministros e, sob proposta deste, aprova a composição do governo e cria ou suprime ministérios e comités de Estado.

Elege o comité de controlo popular da URSS e o Supremo Tribunal, designa os procuradores do ministério público e o Colégio de juizes de arbitragem estatal. Garante a unidade de controlo legislativo em todo o território da URSS e estabelece as bases da legislação.

O Soviete Supremo tem o direito à iniciativa legislativa sobre as relações de propriedade, a organização da administração da economia nacional e construção de obras para fins socioculturais, o sistema orçamental e financeiro, a protecção do meio ambiente e o aproveitamento dos recursos naturais, assim como o regulamento do exercício dos direitos constitucionais, das liberdades e deveres dos cidadãos.

O novo órgão incumbido de apresentar para estudo do Congresso os projectos dos planos estatais e programas nacionais mais importantes, aprovar os planos estatais de desenvolvimento económico e social e o orçamento, fiscalizar o seu cumprimento e introduzir-lhe modificações. Compete-lhe ainda ratificar e denunciar os tratados internacionais. São de sua prerrogativa uma série de questões militares fundamentais.

O Soviete Supremo tem ainda o direito de anular os decretos do seu Presidium e as disposições do seu presidente e do Conselho de ministros.



A mais ampla participação popular, é o objectivo das reformas democráticas de que o funcionamento do Congresso do Povo é um momento particularmente importante

do CC do PCUS, Anatoli Lukianov, primeiro vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo, Vladimir Orlov, presidente da Comissão eleitoral central da URSS e um representante de cada República federada.

Entre os temas que provocaram mais polémica, conta-se o da eventual profissionalização dos deputados, tendo-se optado pela exoneração temporária das funções profissionais dos deputados, enquanto durarem as sessões do Soviete Supremo.

Grande polémica suscitou também a derrota de Boris Eltsine que, no entanto, após desistência a seu favor de um dos onze eleitos pela Federação Russa, acabou por entrar para o Soviete Supremo.

Gorbachov foi eleito presidente do Soviete Supremo com 95% dos votos. Anatoli Lukianov, membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS, foi eleito vice-presidente do Soviete Supremo.

## Reforço da democracia

«As eleições mostraram que a esmagadora maioria dos soviéticos identificam o futuro do país com a *perestroika*, o saneamento e a renovação do socialismo. É este o principal resultado político das eleições e, aliás, dos últimos 4 anos de trabalho intenso». Esta a avaliação avançada por Gorbachov no plenário do CC do PCUS de 25 de Abril.

Resultado político que agora se materializa nos trabalhos do novo órgão de poder que é o Congresso — um passo importante no caminho da democracia socialista.

Ao intervir nos trabalhos do Congresso, na apresentação da sua candidatura, o dirigente soviético considerou como prova convincente do avanço da *perestroika*, a própria discussão realizada pelos deputados.

«Vivemos um momento histórico», dizia o «Pravda» em vésperas da abertura dos trabalhos, equiparando o Congresso aos primeiros soviets.

Diferenças históricas naturalmente a respeitar. Mas, sem dúvida, também hoje, e independentemente das dificuldades e sobressaltos, é do poder popular que se trata.

Internacional

# «Os comunistas devem estar no centro da vida» — diz Gorbatchov em plenário do CC do PCUS

«Na política é muito importante compreender a essência dos problemas e encontrar as soluções mais adequadas à realidade. É este o sentido da actividade política do PCUS e é a razão porque o Partido deve intensificar o seu trabalho teórico, político, ideológico e organizativo — disse no plenário do CC do PCUS que precedeu o início dos trabalhos do Congresso do Povo, o camarada Gorbatchov —. **Solidarizo-me com aqueles que não desanimam, tentam penetrar no fundo da dialéctica complexa dos processos que se verificam na actual etapa crucial do desenvolvimento da nossa sociedade, enriquecer a experiência política da perestroika, a estratégia do Partido e definir uma táctica adequada, que procuram contribuir para a renovação do socialismo.**»

Na sua intervenção na reunião plenária do CC do PCUS, de 25 de Abril, o secretário-geral do PCUS analisou alguns aspectos desta «etapa crucial», e a importância política do processo eleitoral que levou à constituição do novo órgão de poder que é o Congresso.

Aqui reproduzimos alguns passos dessa intervenção, que também dão o ponto da situação, com 4 anos de construção da perestroika.

## Desenvolvimento da democracia

«Demos um passo de importância capital no desenvolvimento da democracia. As eleições demonstraram que a perestroika deixou de ser causa de entusiastas e pioneiros isolados. É justo dizer que se transformou num movimento verdadeiramente popular.

«Uma conclusão política particularmente importante. Sem compreendê-la é difícil organizar de modo correcto o

funcionamento dos órgãos centrais e locais do Partido, da economia e quaisquer outras estruturas.

«Isto não é tudo porém. Uma análise profunda dos resultados da campanha eleitoral e das próprias eleições mostra que os soviéticos se pronunciaram não só pela perestroika mas também pelo seu aprofundamento, pela sua condução mais decidida, pela intensificação dos esforços para melhorar todos os aspectos da nossa vida.»

## Poder popular

«Estamos a avançar para o poder popular e vamos envolvendo o trabalhador em todos os processos económicos e sociais. Fazemo-lo através da transformação do trabalhador em dono da produção, através de reformas democráticas e da introdução de novos métodos de gestão económica, através da campanha eleitoral e da devolução das funções originais aos Sovietes. É isso o que deve-

mos fazer para que os cidadãos se sintam à vontade e a situação seja normal num Estado socialista. Para que as pessoas se sintam pessoas.

«Camaradas, acho que a situação é séria se há quem discorde com tal andamento da perestroika. É certo que houve falhas e erros. Voltarei a falar disso mais adiante. É também certo, todavia, que seguimos uma política de princípios, a política qualificada por Lénine como edificação do socialismo através da criatividade das massas populares. Estamos a criar novos mecanismos e a fazer reformas económicas e políticas para enaltecer o Homem como o principal factor em todas as esferas da perestroika e da vida.»

## Alguns êxitos

«Apesar de todas as dificuldades com que deparamos no último período, conseguimos orientar mais a economia para os objectivos sociais. Compreendemos, porém, que se trata só das primeiras mudanças e que temos ainda muito que fazer.

«Foi interrompida a queda dos ritmos de crescimento dos indicadores económicos fundamentais. Têm sido registadas mudanças no desenvolvimento da economia nacional numa base intensiva, o factor intensivo faz-se sentir cada vez mais. Fazem-se reformas estruturais, embora nem sempre de acordo com os nossos planos, mas iniciaram-se e desenvolvem-se, favorecendo a renovação técnico-científica da produção.

«A reforma económica avança, apesar de todas as dificuldades. Melhora a situação económica das empresas, uniões de empresas, kolkhozes e sovkhozes. Realizam-se profundas mudanças no sistema de direcção da economia. Foram elaborados novos princípios para relações económicas externas.

«E, o que é particularmente importante no processo de mudanças em curso, muda a atitude das pessoas para com o trabalho, muda a mentalidade e como que se forma um novo tipo de trabalhador. (...)

«Não podemos, todavia, deixar de estar preocupados, camaradas, com o facto de que o povo sente poucas mudanças, de que a situação, em particular no mercado interno, não só não melhorou, mas se agravou em muitos casos e de que, como já disse, a escassez de artigos continua a aumentar.»

## O principal

«O principal é promover firme e consequentemente mudanças na economia, elevar a eficácia da produção, respeitar rigorosamente os princípios de autogestão e não pagar um único rublo sem levar em conta a quantidade e qualidade dos artigos fabricados.

«Precisamos de um diálogo aberto com os trabalhadores. É necessário elaborar um projecto de carta do Comité Central para que as pessoas conheçam a situação existente.»



## Governo de Israel isolado

O movimento popular palestino pela independência, está a ter sérias repercussões no plano internacional, contribuindo decisivamente para o isolamento crescente do governo de Israel, que em simultâneo regista dificuldades externas.

O chamado «plano Shamir» — de eleições em Gaza e na Cisjordânia, eleições que seriam realizadas nas condições de ocupação militar, e que não prevê a criação de um Estado palestino — não mereceu sequer o aval da administração norte-americana. O secretário de Estado norte-americano James Baker, em discurso pronunciado perante os 1200 delegados ao congresso do lobby judaico norte-americano, afirmou mesmo: «Renunciem à anexação, suspendam a colonização».

Entretanto teve início em Casablanca uma importante cimeira árabe, uma das mais concorridas de sempre, que reuniu 20 chefes de Estado. A solidariedade com a Palestina é tema dominante.

Em mensagem enviada ao rei Hassan de Marrocos, por ocasião da cimeira, o dirigente soviético Mikhail Gorbatchov pediu a intensificação dos esforços para a convocação de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

Na ONU, os EUA voltaram a impedir que o Conselho de Segurança fizesse uma declaração sobre o Médio Oriente que, conforme a resolução da Assembleia Geral, seria voltada para garantir a protecção internacional da população palestina nos territórios ocupados.

## China, indefinição

Dia 20 de Junho, data em que deve começar uma reunião plenária da Assembleia Nacional Popular, pode vir a ser uma fase importante na definição do actual momento político na China.

Entretanto, diminuiu de forma muito acentuada o número de estudantes concentrados desde 13 de Maio na Praça Tian An Men. No domingo, com estudantes vindos de 31 províncias, a manifestação convocada reuniu cerca de 80 mil pessoas. Têm-se realizado também manifestações noutras cidades, mas os seus participantes são em número bem mais reduzido.

As tropas continuam acantonadas nos arredores de Pequim, mas não há a registar nenhum problema, e muito menos qualquer confronto, tendo as autoridades chinesas garantido não exercer represálias.

A verdade é que reivindicações essenciais avançadas pelos estudantes, contra a corrupção e por mais democracia, são também exigências no seio do Partido e da sua direcção.

## MPLA reúne Comité Central

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, reunido de 23 a 29 de Maio em Luanda, decidiu ratificar o plano de paz do governo angolano e exortou «os angolanos que ainda militam na Unita a seguirem a via da razão, deixando de atacar o seu próprio povo».

O comunicado final destaca a «necessidade de cessação da ingerência dos Estados Unidos e da África do Sul nos assuntos internos de Angola».

Sobre a situação no Sudoeste africano, o Comité Central considerou que ultrapassados os obstáculos surgidos em Abril último, todas as partes «deverão contribuir para uma descolonização genuína e real do território da Namíbia» no âmbito da Resolução 435/78 e dos acordos de Nova Iorque.

«(...) A paz verdadeira só atingirá toda a parte austral de África com a eliminação do hediondo regime do apartheid», salienta o comunicado final.

O documento exorta, a concluir, que «por ocasião do vigésimo sexto aniversário da Organização de Unidade Africana (...), o processo de independência da Namíbia e o da liquidação do apartheid na África do Sul se mantenham no centro das atenções dos países membros da OUA».

## Salvador, a luta continua

O alto comando da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional anunciou, através da Rádio «Venceremos», uma grande acção de bloqueamento das estradas em El Salvador, para 31 de Maio, véspera da entrega do poder à União Republicana Nacionalista de ultra-direita, vencedora das eleições presidenciais de Março último.

A organização de libertação tenciona intensificar ao máximo as operações militares de resposta às acções praticadas pelos círculos extremistas de direita. Segundo a Rádio «Venceremos» também as organizações sindicais e estudantis organizam a 1 de Junho manifestações e comícios de protesto contra o clima de violência que se vive no país desde o acto eleitoral.

# Dirigente do movimento democrático preso na Coreia do Sul

Contra a presença norte-americana no país, foi palavra de ordem central nas manifestações há dias realizadas na cidade sul-coreana de Kwangju. Da intervenção policial contra os jovens estudantes, resultaram 200 feridos.

Este um episódio recente, que se insere num processo de luta popular, que abarca várias exigências — de democracia, contra a presença norte-americana, pela reunificação da Coreia dividida.

Exigências que no fundo estão estreitamente interligadas, ganhando peso crescente a vontade de massas de ter o seu país finalmente reunificado.

É no quadro deste processo que o pastor Mun Ik Hwan, de 71 anos de idade, um dos dirigentes do movimento pela Democracia na Coreia do Sul, se desloca oficialmente à capital da República Democrática Popular da Coreia (RDPC), no passado dia 25 de Março.

O dirigente da Coligação Nacional dos Movimentos Democráticos da Coreia do Sul, correspondia às propos-

tas avançadas no início do ano pelo dirigente da RDPC, Kim Il Sung, no início do ano, de realização de uma conferência consultiva política de responsáveis do Norte e do Sul. Proposta que se insere numa política de multiplicação de contactos, quer entre governos, quer entre forças sociais e seus representantes.

Mun Ik Hwan foi um dos convidados, e o primeiro diri-

gente a utilizar a oportunidade para participar num diálogo essencial num processo de reunificação.

É outro, entretanto, o entendimento do ditador sul-coreano Roh Tae Woo. Dia 13 de Abril, no seu regresso ao país, o pastor Mun Ik Hwan, foi preso no Aeroporto de Kimbo, em Seul.

Note-se que há alguns meses, o próprio presidente sul-coreano tinha afirmado: «É preciso desenvolver o intercâmbio mútuo entre os compatriotas do Norte e do Sul, incluindo os políticos, homens de negócios, personalidades religiosas, cientistas e estudantes.»

O recuo nesta posição é um sintoma mais das oscilações de posição do governo de Seul, de facto subordinado aos Estados Unidos (que consideram o país como mera posição estratégica), mas que não pode manter-se

alheio ao forte movimento popular pela democracia e a reunificação.

Nos encontros realizados entre o pastor sul-coreano e dirigentes da RDPC, nomeadamente Kim Il Sung e Ho Dam, presidente do Comité para a Unificação Pacífica da Pátria, discutiu-se a unificação do país através de uma confederação, do estabelecimento de laços económicos, culturais e humanitários entre o Norte e o Sul, incluindo visitas mútuas de membros de famílias separadas, o acoplamento de vários caminhos-de-ferro da RDPC e Coreia do Sul, a exploração conjunta da zona balnearia na região dos montes Kumgangsán, no Norte. Em síntese — passos concretos para a paz.

Actualmente desenvolve-se a nível internacional uma campanha pela libertação do pastor Mun Ik Hwan.

Internacional

## Cimeira da NATO

## Os mísseis de curto alcance vão ser negociados

A controvérsia em torno da modernização dos mísseis nucleares na Europa — defendida pelos governos dos EUA e da Grã-Bretanha, com o incondicional apoio do governo de Cavaco Silva — dominou a Cimeira da NATO.

As propostas de desarmamento no campo convencional, avançadas à partida pelo presidente norte-americano, e apresentadas como moeda de troca para um perigoso avanço na nuclearização da Europa, não evitaram uma reunião-maratona que haveria de resultar numa conclusão de compromisso, que aponta para conversações entre a NATO e o Tratado de Varsóvia, sobre mísseis de curto alcance, após cortes efectivos no armamento convencional.

Em todo este debate, como nas sérias divergências surgidas no seio da NATO, o que nos parece particularmente importante realçar é a presença irrecusável das propostas de desarmamento da União Soviética e dos países do Tratado de Varsóvia, que claramente criam problemas aos militaristas da NATO, condicionando as suas decisões (independentemente de manobras que lhe possam estar subjacentes) e a sua linguagem. E simultaneamente o impacto do movimento de paz, também ao nível do poder político, com reflexos nas posições assumidas pelo governo de Bonae outros governos de países da NATO que o apoiaram.

A propaganda em torno das propostas de desarmamento convencional de Bush (cujo alcance caberá aos peritos analisar), visando apresentar Washington como detentora da iniciativa no campo da paz, diz muito sobre uma realidade internacional fortemente avessa à linguagem e à prática do militarismo.

As propostas de George Bush em Bruxelas, relativamente a armas convencionais, inclui quatro pontos.

O primeiro prevê que tanto a Aliança Atlântica como o Tratado de Varsóvia limitem a 20 mil o número de tanques pesados, a 28 mil os veículos blindados de transporte de tropas e a 16 500 as peças de artilharia pesada.

No segundo ponto a NATO admite incluir, mais cedo que o previsto, os aviões de combate e os helicópteros ofensivos nas negociações sobre as forças armadas convencionais (15 %

abaixo do nível actual).

O terceiro ponto define níveis de 275 mil homens para os EUA e a URSS na Europa.

O quarto ponto aponta para uma aceleração das negociações de Viena, de forma a estarem concluídas entre seis a doze meses e em aplicação até 1992/93.

As posições agora adoptadas pela NATO, que objectivamente representam um significativo recuo em relação aos projectos de imediata modernização dos mísseis, não apontam entretanto para a liquidação dos mísseis de curto alcance, para a desnuclearização da Europa, profunda exigência das forças da paz no continente.

Mas em si própria, a incapacidade de impor, no seio da NATO, novo passo na corrida armamentista, dá-nos a medida da importância de outras propostas entretanto avançadas pela URSS e Tratado de Varsóvia, que impor-

ta relembrar.

De par do Apelo do Tratado de Varsóvia, que aqui reproduzimos, Mikhail Gorbachov tinha declarado, já em Maio, que a URSS está pronta a retirar «completamente» todas as munições nucleares estacionadas no território de outros países do Tratado, entre 1989/91, na condição de os EUA fazerem o mesmo. Simultaneamente a União Soviética decidia a liquidação unilateral de 500 cabeças nucleares de curto alcance.

O Tratado de Varsóvia propõe negociações paralelas às de Viena sobre mísseis nucleares táticos (a proposta dos EUA tende de facto a atrasar este processo, mas a aceitação pela NATO de negociações é em si um dado positivo).

As perspectivas não são de um caminho fácil. Mas a aposta no desarmamento vai-se afirmando como uma batalha que dá desde já os seus frutos.

## Tratado de Varsóvia — Apelo à NATO

Em vésperas da Cimeira da NATO, os países do Tratado de Varsóvia dirigiram aos países da NATO um Apelo «para que avaliem as novas realidades do mundo contemporâneo e aproveitem a oportunidade que se vem criando no sentido de superar todas as consequências da guerra-fria na Europa e no resto do mundo».

Aqui reproduzimos alguns parágrafos, de particular importância, do Apelo.

O Tratado soviético-americano sobre o desmantelamento dos mísseis de médio e curto alcance e o progresso obtido no reforço da paz e na regularização dos conflitos regionais criam condições propícias para o alargamento da cooperação entre os países e os povos. Entretanto, a conjuntura internacional continua complexa e contraditória. Não se conseguiu ainda uma mudança radical para melhor.

Os países da OTV, no intuito de ultrapassar a actual divisão da Europa em alianças opostas, sugerem dissolver simultaneamente am-

bos os blocos político-militares, a começar pelas suas organizações militares. Para tanto, os países do Tratado de Varsóvia e da NATO poderiam conjugar esforços para renunciar à contraposição militar, desenvolver a cooperação entre os Estados, independentemente da sua filiação em qualquer aliança, e criar uma Europa de paz e cooperação em que haja respeito total pelas presentes realidades político-territoriais do continente.

Os países signatários do Tratado de Varsóvia consideram que as realidades do mundo contemporâneo exigem a criação de um novo

conceito de segurança, a qual deve ser recíproca, indivisível e assente na redução constante da contraposição militar e dos armamentos até à eliminação completa da ameaça de eclosão da guerra através da destruição das armas e dos potenciais bélicos. O processo de desarmamento, que assegura o reforço da confiança, deve alastrar a todos os ramos das forças armadas na Europa, incluindo o exército, a força aérea e a marinha de guerra, assim como a todos os armamentos, quer nucleares, quer químicos e convencionais. Isto permitirá avançar para uma verdadeira estabilidade político-militar.

O papel decisivo neste processo deverá ser desempenhado pelas conversações sobre as armas convencionais e as medidas de reforço da confiança e segurança na Europa, iniciadas em Viena. No quadro destas conversações, serão desenvolvidos

problemas fundamentais: reduzir as forças armadas até aos níveis suficientes para a defesa, debater as doutrinas militares e a sua viabilidade tecnológica e material, eliminar os estereótipos existentes e as deturpações na imagem da outra parte e ajustar o mecanismo de uma interacção eficiente (...).

Este bloco considera necessário incluir no diálogo sobre o desarmamento todos os meios de guerra que ainda não são abrangidos por ele. Neste contexto, os países aliados reafirmam a sua sugestão de que se realizem negociações à parte sobre os armamentos táticos nucleares e sobre o início imediato de consultas especiais sobre a sua preparação. A OTV apoia a decisão da URSS de retirar unilateralmente em 1989 dos territórios dos países aliados 500 ogivas táticas nucleares e a sua prontidão de retirar completamente, em 1989 e

1991, as suas munições nucleares dos territórios destes países, com a condição de os EUA darem um passo análogo.

É premente a necessidade de que as conversações abranjam as forças navais e os respectivos armamentos, estendendo a esta esfera as medidas de confiança.

Importa também não dar passos que dificultem as negociações e impulsio-nem a corrida armamentista, inclusive sob o pretexto da modernização (...).

Os países da OTV estão prontos a estudar atentamente as propostas da outra parte, a fim de estimular as tendências positivas patenteadas nas relações internacionais. A OTV exorta a NATO a cooperar para garantir um desenvolvimento dinâmico e a prosperidade geral, em condições de independência, estabilidade e paz na Europa e em todo o mundo.

## Telegrama de Álvaro Cunhal a Mikhail Gorbachov

«Querido camarada:

Em nome dos comunistas portugueses envio-lhe as mais calorosas e fraternais felicitações por motivo da sua eleição para Presidente do Soviete Supremo da URSS.

Desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho das mais altas funções do Partido e do Estado soviéticos reitero-lhe, querido camarada, a inteira solidariedade do Partido Comunista Português para com o PCUS e o povo soviético e sinceros votos pelo êxito da *perestroika*.»

## Declaração conjunta de partidos comunistas e operários dos países da NATO

Em declaração conjunta, os Partidos Comunistas Alemão, do Canadá, da Dinamarca, dos EUA, Francês, da Grécia, Luxemburguês, da Noruega, Português e Partido Comunista Unificado da Turquia tomaram posição comum sobre os planos de «modernização» dos mísseis de curto alcance.

Na véspera da próxima cimeira da OTAN, os partidos comunistas e operários dos Estados membros apelam à opinião pública dos seus paí-

ses para fazer fracassar os planos de «modernização» dos mísseis de curto alcance.

O que é verdadeiramente moderno é mandar para a sucata todas as armas nucleares no mundo inteiro até ao ano 2000. Os nossos povos têm razão para combater os projectos visando compensar com mísseis de curto alcance a liquidação dos mísseis de médio alcance quando esta se iniciou. É necessário pelo contrário contribuir para o sucesso das nego-

ciações abertas sobre o desarmamento convencional e químico. É preciso abrir negociações para a redução e eliminação das armas nucleares táticas no leste e no ocidente. Pretendemos agir em conjunto ou em convergência com todas as forças políticas, pacifistas, ecologistas e sociais dos nossos países que partilham este objectivo, para que o processo de desarmamento empreendido não seja entravado mas ao contrário consolidado e alargado.

«Para acentuar com particular relevo os direitos da infância à vida, à saúde, à instrução, à paz, o dia 1 de Junho foi consagrado internacionalmente à infância, constituindo ponto de convergência de estudos, encontros, reuniões e resoluções que à criança dizem respeito. A humanidade progressista conjuga esforços para defender os direitos da infância, tanto mais espezinhados e desprezados quanto mais reacçãoário for o regime político do país.

É assim que o nosso país acusa as mais altas taxas de mortalidade infantil na Europa, excedendo os 60 por mil. Há regiões, como os concelhos de Murça, de Freixo de Espada à Cinta, e outras do interior, onde a mortalidade infantil continua a exceder os 100 por mil. Em zonas rurais, cerca de 80 em cada 100 partos decorre sem qualquer assistência médica. (...) O direito à vida e à saúde é uma simples expressão no papel (...).

«1 de Junho, Dia Internacional da Infância» — «Avante!», VI série, n.º 403, Junho de 1969)

**AVANTE!**

«De «desprotecção» à criança eis como, com propriedade, se pode falar quando se enfrenta a angustiada situação dos milhares de crianças portadoras de doenças graves e sem possibilidades de hospitalização. Porque é esta a realidade nacional que corresponde, no quadro da saúde pública, à existência para Portugal inteiro de dois únicos hospitais infantis, um dos quais particular, e apenas três enfermarias para crianças nos hospitais escolares de Lisboa e Porto e no hospital de Bragança (...).

Escolaridade obrigatória? Existe. Mas quantos abandonam a escola sem o exame da 3.ª classe? Quantos entram na produção sem qualquer espécie de preparação profissional e com idade inferior aos 12 anos estabelecidos por lei? (...)

«Dia Internacional da Infância» — «Avante!», VI Série, n.º 367, Junho de 1966)

**Avante!**

«No ano que decorre, Ferreira de Castro (...) completa 50 anos de actividade literária.

O autor dos «Emigrantes», de «A Lã e a Neve», «A Selva», «A Curva da Estrada» tem um legítimo lugar no coraço da classe operária, da juventude, da intelectualidade progressista de Portugal.

Projectando longe a voz do povo, os seus sofrimentos, os seus anseios, Ferreira de Castro fez chegar além fronteiras, a outros países e a outros povos a certeza dignificante de que no Portugal fascista os intelectuais se não dobram às arrogâncias do poder e tomam parte no combate pela democracia, pela liberdade, pela justiça social, pela cultura ao serviço do povo.

Ferreira de Castro conta 50 anos de actividade literária, 40 dos quais vividos sob o domínio fascista. Durante esse tenebroso período de opressão o escritor não transigiu, não traficou, não colocou a sua pena ao serviço dos opressores do povo. Um profundo traço de coerência marca a sua obra literária e a sua vida.

Desta tribuna livre que é o jornal «Avante!», desta frente de combate que é a clandestinidade, nós saudamos Ferreira de Castro.»

«Ferreira de Castro/50 anos de actividade literária» — «Avante!», VI série, n.º 367, Junho de 1966)

## Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu *A CDU está na rua!*

A CDU está na rua, e desde esta semana apresenta novas imagens e novas mensagens que explicam aos portugueses as ideias fundamentais que estão na base da candidatura da Coligação Democrática Unitária ao Parlamento Europeu.

Razões para votar CDU há muitas, oito delas são explicadas por um folheto de distribuição nacional, precisamente com o título «8 razões para votar CDU», que inclui ainda doze ideias

concretas que nortearão os princípios de actuação dos deputados da CDU no Parlamento Europeu. No final deste documento, o cabeça de lista da CDU a estas eleições, Carlos

Carvalhas, responde em «discurso directo» a questões que se colocam ao comum dos eleitores. Esta semana iniciou-se, por outro lado, a colagem nacional de novos painéis, bem como cartazes e pendões, já com apelo directo ao voto, enquanto será também iniciada a distribuição do «guia do eleitor», onde se explicam temas ligados à CEE e às eleições para o Parlamento Europeu, dando resposta a

dúvidas como «O que é o Parlamento Europeu?», «O que é o Acto Único?», «O que são Fundos Estruturais?», dimensionando, com a resposta a estas e outras perguntas, a importância para o País destas eleições e a necessidade do voto CDU.

A partir de hoje, quinta-feira, vão começar a ser distribuídos folhetos destinados a sectores particulares da população portuguesa, como os trabalhadores, reformados, deficientes, mulheres, pequenos e médios empresários, agricultores e jovens.

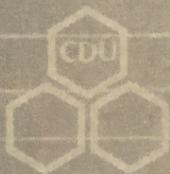
«Com a CDU a música é

outra!» é o título genérico para um conjunto de iniciativas político-culturais que irão percorrer, a partir de amanhã, 13 distritos do Norte a Sul do País, de forte implantação CDU. Com um suporte constituído por um espectáculo musical e um comício, dando um destaque importante à decoração do espaço utilizado, estas iniciativas vão usufruir do apoio de um camião e um furgão decorados, uma banca expositora com materiais da campanha e uma exposição política itinerante. Finalmente diga-se que uma das novidades desta campanha será a distribuição pelo País de

Brigadas de Animação Vídeo, de apoio às organizações distritais que não possuem meios próprios de propaganda nesta área. Cada uma destas Brigadas será constituída por um equipamento de vídeo gigante, bancas expositoras, equipamento sonoro fixo e móvel, com capacidade para projecções de cassetes vídeo com filmes sobre a CDU e animação musical de apoio à propaganda fixa. Paralelamente, o percurso efectuado por estas Brigadas será motivo para a realização de diversas iniciativas de animação cultural.

parlamento europeu

vamos votar



CDU



PORTUGAL de progresso e justiça numa EUROPA de paz e cooperação

*é melhor para Portugal!*

Razões para votar CDU há muitas e muita gente terá razões para votar CDU – como explica este cartaz, CDU é melhor para Portugal!

CDU é melhor para Portugal: um painel que vai ser visto por todo o País

## Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres

# Condenação da violência

No último fim-de-semana, a Aula Magna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa foi cenário de uma iniciativa inédita. Estamos a referir-nos ao Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres. Organizado conjuntamente pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), o primeiro Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres reuniu 119 «deputadas», representantes de organizações de mulheres e personalidades ligadas à luta feminina em Portugal, representantes da FDIM e da Comissão dos Direitos da Mulher da ONU, e ainda de Espanha, França, Irlanda, Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha, Holanda e Grécia — todos países membros da Comunidade Económica Europeia.

Mulheres como Helena Bastos, candidata da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, Odete Santos, candidata à presidência da Câmara de Setúbal pela CDU e deputada na Assembleia da República, Alcina Bastos, Luísa Amorim, Maria do Céu Guerra, Maria Alda Nogueira e tantas outras que pela sua acção nos planos político, sindical, cultural e social se têm distinguido estiveram presentes neste Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres.

Reuniu-se o PEAM porque a violência é ainda uma realidade no dia-a-dia das mulheres, e porque as situações de desigualdades na sociedade, na família e no trabalho, são barreiras que se levantam à liberdade e à dignidade da mulher. Barreiras que há que denunciar, que há que ultrapassar assegurando a igualdade de direitos e oportunidades, de realização pessoal e profissional, condições de vida dignas, assegurando o direito à saúde, à educação, à habitação e ao emprego. Dando início aos trabalhos do Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres, a deputada do PCP na AR, Luísa Amorim, afirmaria ser este Parlamento um desafio de mulheres, por reclamar para as mulheres espaço e voz nos Parlamentos nacionais, por questionar «os problemas ditos marginais, os direitos da mulher, a igualdade, o direito à diferença» e, reclamando-os, pôr em causa modelos e estereótipos culturais e a própria estrutura da sociedade, recusando a opressão do ser humano, homem ou mulher. Os dois dias de debate culminaram com a aprovação, por unanimidade de todas as deputadas, de duas resoluções a enviar aos Parlamentos dos diferentes países da Comunidade Europeia e às instâncias comunitárias, em particular ao Parlamento Europeu. Uma delegação do Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres concretizará ainda este ano a apresentação das propostas de medidas apontadas ao Parlamento Europeu em Estrasburgo.

### «A violência na família e na sociedade»

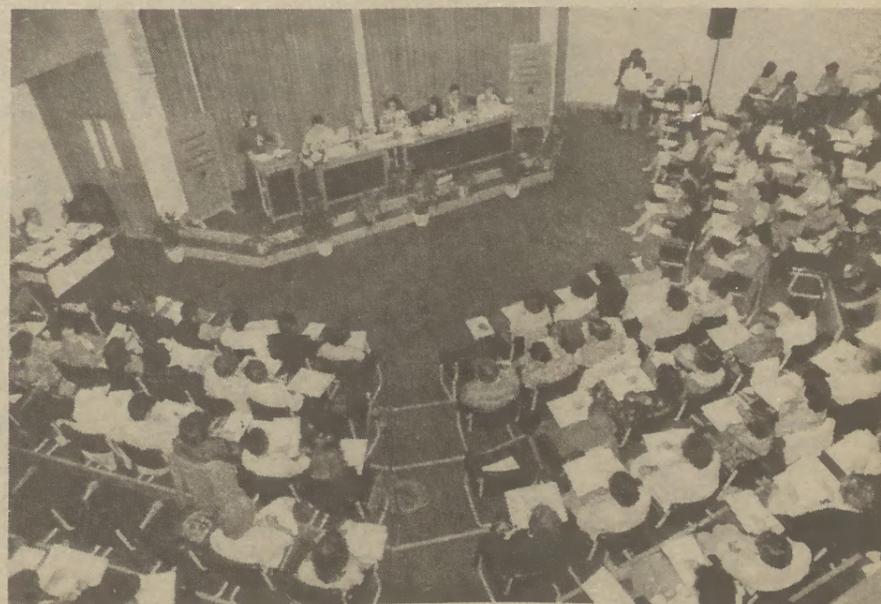
A violência na família, espaço onde se reproduzem os

modelos e valores da sociedade, é uma realidade que preocupa as mulheres, em particular dos países da CEE, sobre elas recaindo abusos de poder, prepotências e autoritarismo. Denunciando estas violências, a violação dos seus direitos, como factores que afectam a mulher na sua dignidade como ser humano e social; denunciando as desigualdades nos planos económico e social, o desemprego, a precariedade do emprego, as «deputadas» aprovaram um documento apelando para programas de sensibilização e para a implementação das disposições legislativas internas dos diferentes países, e da própria Comunidade, que proíbem as discriminações e abusos sobre as mulheres.

Nessa resolução exige-se dos governos e Estados-membros da CEE a elaboração de «programas de sensibilização para uma alteração da divisão de papéis e funções entre o homem e a mulher na sociedade e na família, proporcionando a ambos as condições para o desenvolvimento harmonioso das suas capacidades e competências». Exige-se ainda o «reconhecimento das Associações de Mulheres como parte em processos nos casos da violência contra as mulheres», a garantia de «direitos económicos, sociais, culturais e profissionais e plena igualdade de oportunidades entre os sexos», um maior investimento público por parte dos governos «através dos OE's para equipamentos e estruturas de apoio à família». Dos governos e Estados-membros da CEE as deputadas exigem ainda uma «intervenção em pé de igualdade nos centros de decisão, de modo a garantir uma efectiva igualdade de oportunidades de direitos na vida social e política».

### «A violência no trabalho»

Considerando que as mulheres no trabalho se encontram em geral numa



posição fragilizada e subalternizada, com baixas remunerações, e concentradas sobretudo nos sectores de actividade considerados «menores» em termos sociais, fruto de qualificações inferiores e de falta de formação profissional adequada, que as conduz a situações de precariedade, insegurança e desigualdade, as mulheres presentes no Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres aprovaram uma outra resolução na qual apontam um conjunto de medidas como a «realização de uma

18  
JUNHO  
ELEIÇÕES  
PARA  
O PARLAMENTO  
EUROPEU

ampla campanha de informação, com vista à tomada de consciência por parte da mulher trabalhadora, dos seus direitos individuais e dos meios a que pode recorrer para os fazer cumprir». Preconizam ainda a eleição, nas empresas, de conselheiras ou «comissões de igualdade», cujo objectivo será promover e fiscalizar o cumprimento das normas relativas à igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, campanhas de sensibilização e denúncia

sobre a chantagem e assédio sexual no emprego, e a constituição de movimentos de opinião reclamando a aprovação de directivas comunitárias sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento. Saliente-se por último a exigência de adopção de programas que fomentem o emprego de trabalhadores com dificuldades de adaptação, em particular mulheres, e a exigência de quotas mínimas de frequência para as mulheres nos cursos de formação profissional. ■

## Verdes da Europa no Porto: A CEE dos poluidores e a CEE dos poluídos!

«O ano de 1992 é o símbolo de uma sociedade mercantilista, unicamente ansiosa de bons rendimentos e produção acelerada, fascinada pelo brilho das estrelas europeias, tapando os ouvidos aos gemidos da terra e às vozes

de tantos seres humanos, destruídos pela engrenagem da louca competição.» As palavras são de Maria Santos, deputada de «Os Verdes» à Assembleia da República e candidata CDU ao Parlamento Europeu, quando encerrava os

trabalhos do Seminário Internacional sobre «O impacto ambiental decorrente da integração de Portugal na CEE e do Mercado Único Europeu», que decorreu no Porto, no passado sábado, durante todo o dia.

Na sua intervenção, Maria Santos rejeitou «os falsos conceitos de modernidade, de crescimento ou as doutrinas oficiais de desenvolvimento, que evidenciam um claro desajustamento em relação à realidade ecológica, cultural e social do País», afirmando que «o Governo PSD vai de Lisboa a Bruxelas sem passar nos caminhos e nas estradas onde todos andamos. O Governo do PSD governa no Terreiro do Paço, ordena a partir de Lisboa. Ignora as populações, as autarquias, a regionalização... Ignora mesmo a Assembleia da República e muitas vezes o País».

O Seminário, que foi de reflexão e busca, em comum com outros partidos ecologistas europeus, de respostas e alternativas para os problemas do meio ambiente, contou com a participação de Jürgen Meier, da Direcção dos Verdes da RFA, Juan Behrend, do Secretariado do GRAEL, Jorge de Vivero, segundo candidato ao Parlamento Europeu da lista dos «Los Verdes» de Espanha, Paul

Staefa, deputado belga ao PE e Per Garthon, dos Verdes da Suécia. E foi pela voz dos participantes estrangeiros que veio também a denúncia do que se passa nos respectivos países, há mais anos integrados na CEE, e o alerta, feito por exemplo pelo dirigente dos Verdes da RFA de «os países mais pobres deverem impor normas o mais restritivas possíveis» na salvaguarda do seu ambiente, «para se defenderem, porque senão a sua economia fica destruída». Um aviso ficou feito por Jürgen Meier: «com o Mercado Único o capital alemão vai ter fronteiras abertas e vai aproveitar ainda mais as baixas condições dos outros países. Portugal poderá assim ter mais lixo, mais poluição». Estiveram ainda presentes neste importante Seminário, Joaquim Miranda e Viriato Pina Moura, candidatos CDU ao PE e Manuela Cunha e João Lázaro, candidatos de «Os Verdes» ao Parlamento Europeu nas listas CDU, bem como Herculano Pombo, deputado de «Os Verdes» à AR. ■



**Juventude CDU no Porto:** Um café-concerto foi a forma assumida, quinta-feira passada, pelo Convívio da Juventude CDU no Porto, onde à alegria dos jovens que estiveram no pátio da sede da JCP se juntou a discussão sobre as formas de participação dos jovens na animação da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Neste âmbito estão já previstas diversas acções, pautadas pelo sentido de festa e alegria, que ocorrerão por todo o distrito ■

# Segurança Social e CEE: Pelo verdadeiro Estado Social

18  
JUNHO  
ELEIÇÕES  
PARA  
O PARLAMENTO  
EUROPEU

«Segurança Social e CEE» foi motivo para um animado debate promovido sábado passado pela CDU num hotel de Lisboa, onde esteve presente o candidato CDU ao Parlamento Europeu, Barros Moura, para além de sindicalistas, profissionais do sector, reformados, pensionistas e outros interessados, unânimes em considerar que a aproximação aos níveis de Segurança Social e de salários europeus tem de ser um aspecto essencial da integração de Portugal na CEE.

Também número triste é o que regista a verdade social dos pensionistas e reformados do nosso país: 80 por cento recebe pensões consideradas abaixo do limiar da pobreza. Segundo aquela deputada do PCP, o seu partido defende que o Espaço Social Europeu

particularmente aos «Fundos Privados de Pensões e aos Complementos de Pensões», sublinhando a ilusão que constituem, pois o Governo ao «introduzir benefícios fiscais importantes às empresas que organizaram fundos deste tipo», está a retirar dinheiro que chegava

receber o dinheiro que investiu no Fundo de Pensão durante anos e anos! Rosa Maria Teixeira, candidata CDU ao Parlamento Europeu, alertou para o facto de grande parte do orçamento pertencente à Segurança Social estar na prática a ser desviado para

chamados OTJs, ocupação de tempos livres para jovens, estar a própria Caixa a empregar temporariamente jovens sem descontar para a Segurança Social. Outro dos assuntos muito debatido por vários participantes, referia-se à situação dos emigrantes em

No final deste colóquio, Barros Moura afirmou-se «muito satisfeito e surpreendido» com a qualidade e quantidade de intervenções feitas na sala, bem como com o elevado número de problemas levantados, o que levou o eurodeputado a «confessar» que muito aprendera durante aquelas horas. Afirmando que ao nível da Segurança Social «a CEE reproduz os malefícios da ordem económica do capitalismo», Barros Moura lembrou que, por outro lado, em muitos outros países da CEE «os trabalhadores lutam contra o desmantelamento do Estado Social, enquanto em Portugal ainda se luta para que haja um verdadeiro Estado Social».

Acusando o Governo de contrariar esta aspiração dos portugueses ao pretender «acompanhar a moda neoliberal», Barros Moura afirmou que a CDU é pela «Europa da Segurança Social» e não aceita a «Europa do Seguro Social Privado, fonte de lucro das seguradoras e que só segura os fortes e os ricos quando são os fracos e os de menores recursos» que mais necessitam de garantias de meios de vida.



Participado e animado, o debate sobre Segurança Social promovido pela CDU focou um vasto leque de problemas



Da esquerda para a direita: Vítor Duarte, Apolónia Teixeira, Manuel Ramos, Barros Moura e Rosa Maria Teixeira

Interno Bruto atribuída à Segurança Social é também a mais baixa da Europa, sendo o Estado português aquele que menos dispense com a Segurança Social. «Por outro lado regista-se uma fuga à contribuição por parte do patronato enquanto o Governo perdoa os juros das dívidas à Segurança Social!» que atingem já os 200 milhões de contos.

seja construído com um nivelamento «por cima» das assimetrias regionais, o combate à pobreza tradicional e à nova pobreza, com utilização dos Fundos Comunitários «não como paliativo», mas sim em projectos de desenvolvimento integrado. Vítor Duarte, da Federação dos Sindicatos da Função Pública, referiu-se mais

ao Estado através dos impostos (e que poderia ser aplicado na Segurança Social) enquanto «permite ao patronato fazer a gestão de dinheiro dos trabalhadores». «Os Fundos de Pensões são uma forma de as empresas obterem lucros», concluiu Vítor Duarte, não havendo qualquer tipo de garantias de, no caso de falência da empresa, o trabalhador vir a

outras áreas, como é o caso da participação nacional nos cursos promovidos pelas empresas ao abrigo do Fundo Social Europeu, o que significará neste momento qualquer coisa como 600 milhões de contos. A este propósito uma trabalhadora da Caixa Nacional de Pensões, presente no debate, referiu o facto de, ao abrigo dos

países da CEE e ao pagamento das suas pensões aquando do seu regresso a Portugal, sendo dito que muitos deles esbarram quer com acordos desvantajosos estabelecidos pelo Governo português e o país onde o emigrante trabalhou, quer com a burocracia portuguesa e a falta de informação sobre os direitos que lhes assistem. ■

## Aprofundar o debate

«Contribuir para um aprofundamento do conhecimento por parte da CDU da problemática da Segurança Social no contexto da Comunidade»; este um dos objectivos enunciados pelo moderador do debate, o sindicalista Manuel Ramos, que a propósito lembrou a falta de informação que existe sobre a matéria, referindo que a que existe resume-se à reprodução e slogans, à afirmação publicitária: «Mais Segurança Social». «O que significam tantas siglas? O que sucederia se o povo português andasse bem informado sobre este tema?» — estas duas questões a servirem de pano de fundo ao início do debate. «O natural envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida, vão obrigar a um aumento do número de pensões e reformas, enquanto ao mesmo tempo vão diminuir as contribuições para a Segurança Social». Esta uma chamada de atenção efectuada por Apolónia Teixeira, que referiu ser Portugal, neste momento o país da CEE onde, por um lado, as Pensões e Reformas são as mais baixas da Comunidade e, por outro, a taxa percentual do Produto

A Coordenadora Regional da CDU no Algarve aprovou e divulgou publicamente o programa a apresentar ao Parlamento Europeu pela coligação, começando por realçar a importância destas eleições para o País «e particularmente para o Algarve».

Denunciando o facto de os fundos estruturais de que Portugal tem vindo a beneficiar não servirem, «como deveriam, para relançar a economia e combater os nossos atrasos face a países mais desenvolvidos», a CDU do Algarve realça o facto de «no plano social se degradarem as condições de vida da maioria dos trabalhadores, crescer a instabilidade e o carácter precário do emprego, aumentar a prepotência e a exploração do patronato» e a «pobreza disfarçada» estar presente no dia a dia de muitos portugueses. Depois de uma integração mal negociada, a CDU do Algarve lembra que se seguiu a política do Governo de Cavaco Silva cujo «objectivo central é o da reconstrução do poder económico nas mãos dos grandes capitalistas, de destruição de conquistas sociais importantes dos trabalhadores, de total

subserviência face ao capital internacional. Caracterizando a economia do Algarve, a CDU local constata que ela é «afunilada no turismo» desprezando o aproveitamento de «outros recursos, na agricultura, nas pescas, na indústria. Mantém-se e aprofunda-se os desequilíbrios e assimetrias no plano económico e social». «Para enfrentarmos a proximidade da plena integração e o embate do Mercado Único é indispensável não perder mais tempo». Nesta base, a CDU do Algarve propõe um conjunto de medidas com o objectivo de assegurar a concretização de um projecto de desenvolvimento para a região «baseado na especificidade e nas características da agricultura, das pescas, da indústria, do turismo, complementado com a defesa e a valorização do seu património natural, histórico, cultural e social.

## Algumas das medidas propostas para o Algarve

Na Agricultura, a CDU do Algarve propõe a promoção, defesa e valorização dos solos de aptidão agrícola, concretizar o sistema de pequenas e grandes barragens, combater o declínio da produção de frutos secos, implementar uma rede de infra-estruturas de apoio à conservação e comercialização da produção agrícola, reivindicando um apoio e um financiamento aos produtores agrícolas, por forma a tornar a agricultura algarvia mais competitiva. No domínio das pescas, a CDU do Algarve defende que os deputados portugueses ao Parlamento Europeu deverão procurar promover uma política assente na expansão e valorização da frota pesqueira nacional, com uma preferencial ocupação portuguesa da Zona Económica Exclusiva (ZEE), incentivar o desenvolvimento da pesca artesanal, apoiar o crescimento do sector marisqueiro e da aquacultura, bem como o exercício de uma

política de investigação aplicada dos nossos recursos pesqueiros, a fiscalização eficiente das nossas águas e a implementação de medidas que diminuam a sinistralidade no mar. Quanto à indústria, a CDU do Algarve recomenda o apoio à reconversão e modernização da indústria conserveira, a associação do desenvolvimento industrial à actividade agrícola, criando zonas de parques industriais devidamente infra-estruturados. No domínio de outras infra-estruturas preconizam-se medidas de aproveitamento dos recursos hídricos, saneamento básico, sector hospitalar, portos de abrigo, transportes rodoviários e ferroviários, nomeadamente no que se refere ao traçado da Via Longitudinal, de modo a não serem agravadas as assimetrias intra-regionais.

## Região Administrativa

Zonas Fronteiriças, Ecologia, Património, Fundos Comunitários, Problemas Sociais e Direito de

Estabelecimento de Estrangeiros na região, são outras preocupações manifestadas pela CDU em relação ao Algarve, dando-se respostas concretas para um sem número de problemas equacionados no documento aprovado pela Coordenadora Regional da CDU. Aí também é reivindicada a concretização, no mais curto espaço de tempo possível, da Região Administrativa do Algarve e o combate a todas as acções centralizadoras do actual Governo, nomeadamente na elaboração do PDR, no ordenamento do território e nas medidas «tendentes a reduzir a acção e o papel do Poder Local. Indissociando o objectivo de, no quadro da CEE ser necessário lutar por um projecto de desenvolvimento próprio com o combate à política do actual Governo, a CDU do Algarve denuncia também os compromissos do PS com a actual política, concluindo que «é a CDU que oferece uma real garantia de defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo, de defesa dos ideais democráticos, de defesa da independência nacional». ■

# ALGARVE Propostas da CDU

## Debate na Marinha Grande

# Todos de acordo: o País não está preparado para 92

A conclusão foi reconhecida por todos os intervenientes na sessão, incluindo o representante do PSD, o candidato a Estrasburgo **Alberto Santos**. Na Mesa o cabeça de lista da CDU **Carlos Carvalho** já havia alertado para essa situação. **António Gonzalez**, da candidatura do MDP, e os moderadores do debate, os jornalistas **Eduardo Dâmaso** e **Rui Avelar**, de forma directa ou não, também referiram o problema. Entre a assistência, eleitos nas autarquias, industriais, gente interessada em falar do presente e do futuro da economia local e nacional, também sublinharam tal preocupação. Todos estavam de acordo: o País não está preparado para 1992, a Europa «sem barreiras», dos mais de 300 milhões de consumidores.

### Formação profissional e postos de trabalho

No confortável auditório da Feira das Actividades Económicas da Marinha Grande teve lugar na noite da passada sexta-feira um oportuno debate sobre as questões da CEE na perspectiva da economia local. Entre os ausentes, figurou o candidato socialista **Luís Marinho**. A iniciativa coube ao Município marinhense no âmbito da 3.ª FAE, tendo o debate sido introduzido pelo vereador **Armando Constâncio**. Enquanto Gonzalez se afirmava como «ecologista radical» e o candidato do PSD revelava sérias dificuldades em defender as posições do Governo quanto à preparação do País face ao «desafio europeu», **Carlos Carvalho** tocava em questões como a substituição da produção nacional pela produção estrangeira, a fuga gradual do poder de decisão nacional para o exterior, a penetração do capital estrangeiro na economia do País e as pressões daí resultantes, os escândalos da formação profissional e da insegurança no trabalho, a desigualdade social que se acentua por obra dum Governo que ao mesmo tempo fala da Europa dos cidadãos.

Ainda a propósito da formação profissional e dos destinos dados ao Fundo Social Europeu (FSE), um conhecido industrial acusou o Governo de falta de critério e de competência, ao mesmo tempo que interrogava: é honesto pensar em formação sem criação de emprego? Tem alguma lógica proporcionar formação



*Autarcas, industriais e elementos do público encontravam-se entre os participantes no debate promovido pelo Município da Marinha Grande no âmbito da 3.ª FAE, certame que abordaremos em pormenor na próxima edição do «Avante!»*

técnico-profissional a jovens e depois de formados deixá-los «fugir» para a concorrência?

### «Não fui ouvido!»

Com temas de âmbito nacional pelo meio (caso das privatizações), o debate acabaria por dedicar também uma atenção especial aos problemas que ao fim e ao cabo estavam na base da própria iniciativa: a realidade da economia local face à integração europeia. E aqui um alerta vigoroso: os estrangeiros estão a penetrar em cheio no mundo empresarial da Marinha Grande, a capital do vidro. Se a isso acrescentarmos as faltas de incentivo e apoio, a deficiente formação profissional, a forma insensata com que o Governo cozinhou o chamado Plano de Desenvolvimento Regional («como autarca não fui ouvido», desabafou **Armando Constâncio**), a situação assume realmente profunda gravidade, que o representante do PSD no debate chegou logo de início a caracterizar como visão cinzenta e sombria... A discussão realizada no auditório da FAE lembraria, entretanto, que é possível mandar para a Europa vidro de qualidade, que é possível assegurar a defesa dos interesses nacionais regionais e locais na base de uma intervenção dinâmica e patriótica, que em vez de entregar o tecido empresarial aos grupos estrangeiros, fortaleça um Sector Empresarial do Estado capaz de enfrentar os tais desafios dos anos 90. ■



*Carlos Carvalho visitou a 3.ª Feira das Actividades Económicas da Marinha Grande, acompanhado do vereador Armando Constâncio*



*Mestres vidreiros: uma presença muito apreciada pelos milhares de visitantes da 3.ª FAE da Marinha*



*Carlos Carvalho durante o debate promovido no auditório da 3.ª FAE*

## Leiria

A CDU lutará por um Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Leiria, com os ajustamentos que o processo de regionalização impuser — sublinha o Manifesto apresentado recentemente em conferência de Imprensa pela Comissão Regional da CDU, na capital do Lis. No encontro com os jornalistas estiveram presentes **António Orcinha**, da Comissão Política do PCP, **João Lázaro**, da Direcção Nacional do partido Os Verdes e candidato ao Parlamento Europeu, **Teresa**

**Neves**, da Comissão Executiva Nacional daquele partido, e ainda **Guarda Ribeiro**, independente, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Leiria. A regionalização, a modernização e defesa da economia regional são pontos desenvolvidos no Manifesto da CDU. Do resumo apresentado por António Orcinha respigámos breves passagens: - O Governo do PSD/Cavaco Silva tem realizado uma política de costas viradas para os problemas regionais.

O PDR que apresentou em Bruxelas para os anos de 1989-93 não corresponde às expectativas, anseios e necessidades de desenvolvimento e justiça social no distrito de Leiria. Lutaremos e exigiremos que as propostas e as reivindicações mais sentidas das populações sejam tidas em conta.

A CDU exige a urgente implementação das regiões administrativas (...)

É com preocupação que vemos seguir uma política de divisão do próprio distrito: de

forma artificial e arbitrária foram constituídos órgãos de planeamento no distrito que não se articulam, nem cooperam, pondo em risco o desenvolvimento harmonioso do distrito, podendo conduzir mesmo à sua desagregação como região. A regionalização será fundamental para travar este processo, para promover um desenvolvimento harmonioso e melhor definir uma política regional capaz. Com a regionalização serão melhor asseguradas as opções, a coerência e a transparência.

18 JUNHO  
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Avante! / Em Foco

MANIFESTO ELEITORAL DA CDU



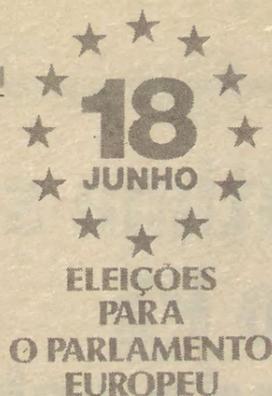
## Encontro distrital de agricultura em Torres Vedras

Promovido pela CDU e integrado na preparação das eleições para o PE, realizou-se no domingo em Torres Vedras um encontro distrital de agricultura em que participaram cerca de 70 agricultores. A mesa (na foto), foi presidida pelo candidato da CDU **Joaquim Miranda** e nela participaram também **Hipólito dos Santos**, membro do CC do PCP, **António Bogalho**, presidente do município de Sobral de Monte Agraço, **Francisco Fernandes**, vereador CDU de Torres Vedras, **António José Saraiva**, da coordenadora de Torres da CDU e os agricultores **Fernando Guerra**, **Gabriel Mata** e **João Paulino**. Após intervenções de António Saraiva e de Joaquim Miranda, seguiu-se animado debate sobre a situação da agricultura tendo no final sido aprovada uma moção em que se exigem do Governo medidas de apoio aos agricultores do distrito de Lisboa que se encontram em grave situação devido às chuvadas que se fizeram sentir. ■



Com Álvaro Cunhal  
na campanha do PE

# Grande «arrancada» da CDU em Loures, Couço e Alpiarça!



**C**ouço, concelho de Coruche, 18.40 de sexta-feira passada.

Muitos chegaram directamente dos campos, embrulhados em plásticos porque estava a chover, ainda terrosos da labuta porque dela tinham saído há minutos; os outros eram o resto da população que, literalmente, acorreu ao largo da Freguesia para ouvir Álvaro Cunhal num breve discurso de improviso, proferido no âmbito de uma jornada de pré-campanha eleitoral que começara no dia anterior, quinta-feira, em **Cabeço de Montachique**, no concelho de Loures, e se concluiria nessa noite em **Alpiarça**, num outro comício igualmente vibrante e concorrido. A generalidade da Comunicação Social passou ao lado destes acontecimentos, desinteressada, quiçá, pelo «factor casa» (já agora, que o futebol está tão na moda...) destas deslocações do secretário-geral do PCP.

Foi o que perderam. É sempre gratificante apreciar as grandes iniciativas de massas dos comunistas porque, nelas, as multidões não iludem as expectativas, certamente porque nunca são convocadas na expectativa de iludir seja quem for. «Em casa» ou fora dela. Por isso não correm o risco de enfrentar Campos Pequenos demasiado grandes. Nem alguns jornalistas têm, ali, o problema bicudo de esconder clareiras com o tamanho dum desprestígio nacional, como aconteceu no já célebre comício aniversariante do PSD...

Quanto à campanha da CDU, as iniciativas do PCP da semana passada ilustram abundantemente a sua vigorosa «arrancada».

Acompanhámos, em reportagem, a deslocação do secretário-geral do PCP ao **Couço** e a **Alpiarça**, num dia de temporais que entupiram muita coisa mas não desmobilizaram as respectivas populações à participação nos dois comícios.

No **Couço** a iniciativa estava programada para as 18.30 e a primeira surpresa surgiu com a maneira peculiar como a multidão afluíu: cinco minutos antes a praça estava meio deserta, cinco minutos depois transbordava por todos os lados uma massa compacta que, sem exagero, rondava as 2000 pessoas. O número tem particular significado se tomarmos em conta que o total de eleitores desta Freguesia anda pelos 2500, mais centena menos centena. Muitos deles tinham vindo directamente dos campos, embrulhados em plástico como por lá se usa quando há chuva a mais. O comício, aliás, fora marcado com horário «à justa» para permitir essa deslocação, e um facto evidente é que ninguém faltou, estivesse ou não a trabalhar fora.

Álvaro Cunhal sublinhou devidamente o facto, lembrando no início da sua intervenção que o **Couço** não é uma terra qualquer — ali, antes do 25 de Abril, muitos homens e mulheres se opuseram corajosamente à exploração, lutando pela liberdade e pela democracia e dando muitos exemplos para a luta que o nosso povo travou até derrubar a ditadura fascista e alcançar, finalmente, a liberdade; ali, durante o fascismo, quando uns eram presos pela PIDE logo outros tomavam o seu posto de luta; ali, o PCP e os democratas em geral tiveram sempre o povo consigo, como também fez questão de sublinhar o secretário-geral do Partido, calorosamente ovacionado pela multidão.

**«Há possibilidades, de facto...»**

Estas tradições de luta, do **Couço**, continuadas depois do 25 de Abril com a concretização da Reforma Agrária na região, foram ponto de partida para a breve análise da situação política feita pelo orador, caracterizada pela ofensiva generaliza-

da do Governo de Cavaco Silva contra o Portugal de Abril, atacando em todas as frentes: contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e sectores fundamentais da nossa economia, contra os direitos dos trabalhadores, o Poder Local democrático, o sistema eleitoral que garante a proporcionalidade das representações, etc., etc.

«Daí a importância da oposição a este Governo», sublinhou, acrescentando: «pela nossa parte, os comunistas e os outros democratas que fazem parte da CDU, lutamos firmemente contra este Governo, para que haja uma mudança na política nacional e surja uma alternativa que



No **Couço** cinco minutos antes da hora marcada a praça estava meio deserta...



...e cinco minutos depois transbordava por todos os lados uma massa compacta de gente

retome os grandes objectivos da Revolução de Abril e assegure o futuro democrático do nosso país e o bem-estar do nosso Povo».

Mais adiante Álvaro Cunhal realçaria, aliás, a crescente fragilidade do executivo de Cavaco Silva, alvo de uma contestação generalizada, que inclui muitos que votaram no PSD em Julho de 1987, iludidos pela sua demagogia desenfreada. E afirmou: «Há possibilidades, de fac-

to, de colocarmos o Governo em sérias dificuldades», não sendo o facto deste possuir uma maioria na Assembleia da República que irá garantir-lhe, em absoluto, a sobrevivência até ao fim do mandato dos deputados. «Já temos tido vários exemplos de governos que caem, apesar de possuírem apoio parlamentar maioritário», recordou, no meio de forte ovação da assistência, que esteve igualmente atenta ao apelo final do orador, incitando à presença maciça nos próximas eleições para o Parlamento Europeu, onde os candidatos da CDU são, comprovadamente, quem dá melhores garantias de defender os interesses do povo e do País e onde, finalmente, se pode também «expressar a oposição à política do Governo do PSD».

As responsabilidades do PS no apoio objectivo a este Governo, quando ele se encontra em queda acelerada, quer através do seu conluio com o PSD para a revisão constitucional, quer de alianças que entretanto vão aflorando para as próximas eleições autárquicas, foi outra das questões abordadas pelo orador, e desenvolvida também em **Alpiarça**. Dela daremos conta a seguir, num igualmente breve apontamento do comício ali realizado poucas horas depois — às 21.30, mais precisamente.

## Uma razão forte para votar CDU

O pavilhão onde decorreu o comício de **Alpiarça** já estava cheio, quando chegou o secretário-geral do PCP. Redemoinhando momentaneamente com a entrada do visitante, a multidão depressa se organizou, compacta, em frente ao palco montado para a sessão e para onde foi chamada de imediato a mesa que presidiu, integrando membros das Organizações local e distrital do Partido.

A camarada **Concelção** deu a pa-

lavra ao primeiro orador, **Armindo Pinhão**, presidente da Câmara de **Alpiarça**, que fez uma breve apreciação da realidade local e do papel decisivo da autarquia no melhoramento da vida da comunidade, mau grado os conhecidos boicotes e estrangulamentos praticados pelo Governo contra o Poder Local democrático. Depois falou Álvaro Cunhal.

Após abordar algumas questões já referidas atrás, o secretário-geral do PCP aludiu a atitude de conluio da direcção do Partido Socialista com a política do Governo Cavaco Silva. «O PS não está a falar verdade quando se afirma alternativa ao Governo de direita», considerou, e não está porque, ao mesmo tempo, colabora com essa direita numa aspecto fundamental da política de Cavaco e do Governo, «que procura,



Álvaro Cunhal, durante o comício no **Couço**

através da revisão da Constituição, ganhar força e novo ânimo para prosseguir as suas ofensivas contra o nosso povo». Isto precisamente no momento em que o executivo de Cavaco Silva está em queda acelerada e em que se esboroa a sua base social de apoio. «Consideramos que o Partido Socialista é um partido democrático, mas a sua direcção está a dar armas ao Governo para prosseguir a sua ofensiva e a permitir-lhe sobreviver», precisou o orador, recordando de seguida que o PCP, ainda não há muito, propôs ao PS a análise conjunta de duas questões maiores — a revisão da Constituição e as eleições autárquicas do fim do ano, na perspectiva de evitar que a direita ganhasse novas forças e recordando, no plano autárquico, que há mais de 20 Câmaras Municipais, actualmente dominadas pela direita, onde o PS e o PCP são maioritários. A resposta do PS foi juntar-se ao PSD para fazer ambas as coisas: rever a Constituição, descaracterizando-a em questões fundamentais, e preparar coligações autárquicas de cariz exclusivamente anticomunista...

Neste quadro, o reforço da CDU é de importância acrescida para continuar a luta em defesa do Portugal de Abril, sendo os candidatos da Coligação Democrática Unitária, já no próximo acto eleitoral para o Parlamento Europeu, quem dá reais garantias de defesa dos interesses do povo e do País. «Não constituímos uma força para servir interesses deste ou daquele», realçou. «Os três deputados comunistas actualmente em funções no Parlamento Europeu têm-no demonstrado — e esta é uma razão forte para votar na CDU», concluiu, perante o aplauso vibrante da multidão. ■

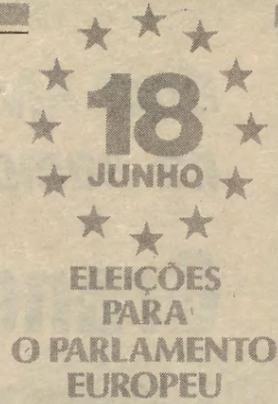


Em **Alpiarça** um belo «painel» de juventude enquadrado da melhor forma o visitante, no final do comício



Aspecto do encontro em **Cabeço de Montachique**, em **Loures**. E havia muito mais gente espalhada pelo parque, refugiando-se do sol nas sombras agradáveis do arvoredo!

# Última sessão do PE com agenda sobrecarregada



O Parlamento Europeu reuniu na semana passada pela última vez antes das próximas eleições para aquele fórum comunitário, com uma agenda sobrecarregada e bastante diversificada. Como era previsível, o debate do relatório Barzanti sobre a Televisão sem Fronteiras foi um dos temas em destaque, sendo a sua aprovação um facto positivo que em grande parte se fica a dever à luta dos artistas, intelectuais e organizações sociais, em defesa do seu espaço cultural e de emprego.

Particularmente activos nesta sessão estiveram os deputados do PCP, que entre outras questões fizeram aprovar resoluções sobre a necessidade de adopção de medidas para pôr fim à desertificação do Alentejo, sobre um plano integrado no domínio ecológico e ambiental para o distrito de Aveiro, sobre a recuperação da Zona Histórica do Porto, e sobre a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais. Os deputados comunistas intervieram ainda sobre outros temas em debate, como o relatório sobre a situação em Angola, e o apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Esta iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu contrastou significativamente com a dos outros deputados portugueses, que se fizeram notar pela ausência em votações tão importantes como a do relatório Barzanti.

## Televisão sem Fronteiras

O relatório Barzanti foi aprovado no Parlamento Europeu por maiorias qualificadas, alcançado as principais votações de propostas de alteração mais do que os 260 votos necessários (dos cerca de 300 deputados presentes).

A oposição registada veio no fundamental dos deputados conservadores ingleses, o que é por si significativo. Com efeito, estando em causa (como o «Avante!» noticiou desenvolvimente a semana passada) a definição de regras para a Televisão sem Fronteiras, e pretendendo um forte movimento de opinião salvaguardar a produção nacional dos Estados-membros da Comunidade, não apenas contra as produções norte-americanas mas também dos países europeus com maior produção televisiva, não surpreende a posição inglesa.

O aspecto mais polémico entre as posições anteriormente assumidas pelo Parlamento Europeu e o Conselho era o do estabelecimento de quotas de 60% de emissão para programas de produção europeia, defendidas pelo Parlamento e rejeitadas pelo Conselho.

Na sua intervenção sobre o relatório Barzanti, o deputado do PCP Aboim Inglez considerou que esta não-aceitação da quota de 60% desfigura a directiva sobre Televisão sem Fronteiras, e «vem permitir o falseamento da concorrência dando portas largas ao dumping do made in USA televisivo». Um «dumping» tanto mais grave quando «serve sobretudo para impingir sub-produtos pseudo-culturais, atentatórios da riqueza e dignidade dos valores humanistas» — acrescentou Aboim Inglez. Na sua intervenção o eurodeputado do PCP defendeu que o PE retomasse a sua posição de defesa da quota, embora fosse claro que, esta só por si não resolve o problema de fundo, «a necessidade de um apoio directo e significativo à promoção da criação audio-visual europeia, e especialmente à dos pequenos países». No final a Comissão comprometeu-se a fiscalizar a aplicação da directiva de forma a garantir que a percentagem de obras europeias seja maioritária, e a tomar iniciativas no sentido da resolução das questões relacionadas com a produção. Este tema seria também abordado por Aboim Inglez que afirmou ser «urgente corresponder aos anseios e

necessidades dos criadores artísticos adoptando mais verbas e novos programas de apoio à produção cultural, nomeadamente audio-visual».

## Alentejo — pôr fim à desertificação

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de resolução apresentada pelos eurodeputados do PCP, Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglez, sobre a necessidade de adopção de medidas tendentes a pôr fim à desertificação do Alentejo, região de baixa densidade populacional, de menor percentagem de jovens e maior peso de idosos, com um sector agrícola largamente dominante.

Na sua resolução o Parlamento Europeu recorda que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentado pelo Governo à Comissão das Comunidades continua a prever para o Alentejo uma quebra de população e uma ausência efectiva de criação de emprego: considera o PE que com um aproveitamento completo e adequado dos recursos poderá ser invertida a actual situação, apontando nomeadamente para a concretização da Barragem do Alqueva e do Plano de Rega. Recomendando uma particular atenção para os problemas do Alentejo e a adopção de medidas e apoios especiais, em articulação com o Governo e as autarquias locais, o Parlamento Europeu alertou

ainda para os perigos que advirão da implementação de políticas que visam restringir a produção e levam ao abandono das terras.

## Plano Integrado para Aveiro

Por proposta dos três deputados do PCP, o Parlamento Europeu aprovou na sessão da passada semana uma resolução sobre o distrito de Aveiro. Os deputados do PCP propuseram que a comunidade apoie — com mecanismos e meios adequados — medidas de tratamento de detritos e efluentes, considerando que a Ria de Aveiro e o Baixo Vouga constituem um dos maiores e mais ricos ecossistemas dos países membros da Comunidade, e tendo em conta a sua progressiva degradação. A este propósito salienta a Comissão Coordenadora da CDU do distrito de Aveiro que foi assim cumprido o compromisso assumido durante a recente visita do eurodeputado Joaquim Miranda ao distrito. Os problemas da região foram levados ao Parlamento Europeu, que sobre eles decidiu em conformidade, apontando para a elaboração de um Plano Integrado no domínio ecológico e ambiental, e tendo em vista a protecção, utilização e valorização económica e turística da região que inclui a Ria de Aveiro, o Baixo Vouga e a Orla Marítima. Recorda ainda a Comissão Coordenadora da CDU de

Aveiro que cabe agora ao Governo português fazer com que a resolução do Parlamento Europeu se concretize, porque a situação no distrito exige de facto medidas urgentes, adequadas e integradas.

## Zona Histórica da Cidade do Porto

O Parlamento Europeu aprovou também uma proposta de resolução apresentada pelos deputados do PCP, sobre a recuperação da zona histórica da cidade do Porto. Nessa resolução sublinha-se o alto valor patrimonial, histórico e cultural daquela zona, e a sua importância económica, social e turística para a cidade e o País. Sublinha ainda o PE a urgência que deve ser posta no combate à degradação crescente do núcleo central do Porto, e o rigor que deve presidir às obras de recuperação a efectuar. Tal exige verbas cujos montantes são incompatíveis para o orçamento municipal. Por isso o Parlamento Europeu, aliás na linha de decisões tomadas em situações semelhantes, vem agora pronunciar-se pela necessidade urgente de a Comunidade, com os mecanismos e meios adequados — nomeadamente financeiros — apoiar as medidas de recuperação e reabilitação da Zona Histórica da Cidade do Porto, na base de projectos a apresentar pelo município e em articulação com as autarquias e o Governo português.

## Resolução sobre Angola

Na sua última sessão antes das eleições de 18 de Junho o PE aprovou uma proposta de resolução sobre a situação em Angola, em que expressa o seu apoio aos acordos de Nova Iorque e ao cumprimento integral da resolução 435 da ONU, e onde se apela ainda à Comunidade e aos Estados-membros para que participem no desenvolvimento e pacificação de Angola, para isso estreitando os laços políticos, económicos e comerciais com aquele país.

Participando no debate desta proposta de resolução, o deputado do PCP Barros Moura salientou que «parecem estar criadas condições para que o futuro político de Angola seja decidido pelos próprios angolanos», já que parece ter-se desenhado recentemente uma solução apropriada para a integração de elementos que têm combatido militarmente as autoridades legítimas da República Popular de Angola. Na sua intervenção Barros Moura sublinhou que o avanço do processo de paz resultante do acordo tripartido de Nova Iorque — limitando as possibilidades de ingerência militar da África do Sul — veio demonstrar que a UNITA é um instrumento da interferência externa em Angola.

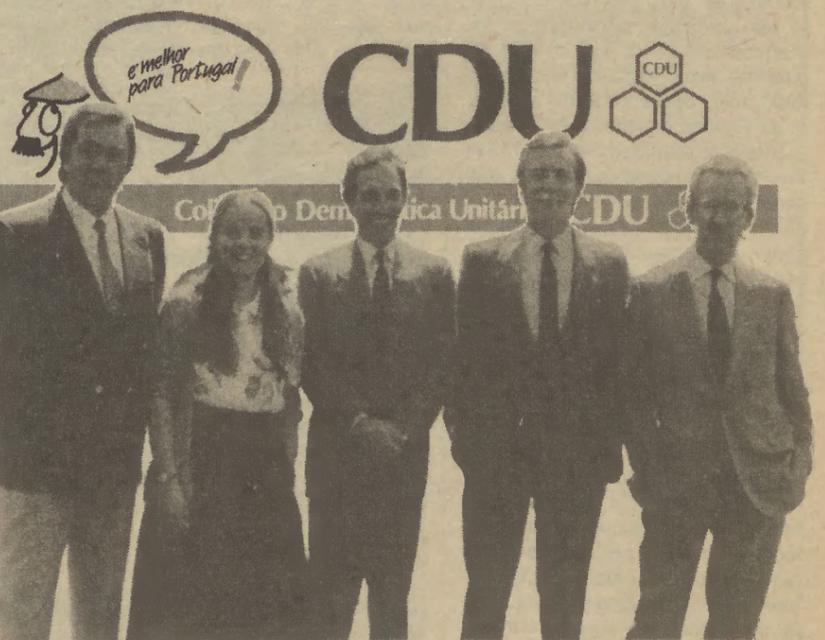
Barros Moura manifestou o apoio na generalidade a esta resolução, sublinhando a recusa na especialidade de algumas ingerências na situação interna da RPA, bem como a rejeição de passagens referentes à UNITA, e acrescentando que quanto a esta organização alguns deputados da direita tomaram manifestamente os seus desejos por realidades.

## Apoio às PME's

Barros Moura interveio ainda no debate de uma proposta da Comissão das Comunidades sobre o apoio às pequenas e médias empresas, apresentando dados concretos sobre os problemas com que se defrontam as pequenas e médias empresas no nosso país, na perspectiva da criação do Mercado Único até 1992, quer no acesso à informação quer também, e fundamentalmente, sobre os apoios disponíveis.

O deputado do PCP considerou insuficiente a verba prevista de 23 milhões de ECU's anuais para a continuação e alargamento das actividades de informação às empresas por parte da Comissão, dado o enorme número dessas empresas no conjunto dos países membros.

Salientou Barros Moura que «as pequenas e médias empresas em Portugal têm carências maiores e dificuldades de sobrevivência em condições de concorrência acrescida», por serem de uma dimensão bem menor que nos países mais desenvolvidos. «Pelo seu número e valor de produção constituem uma parte essencial do tecido social e produtivo, merecendo por isso uma ajuda especial mais substancial» — acrescentou o deputado do PCP — para concluir que «a falência em massa não pode ser o futuro político para as pequenas e médias empresas». ■



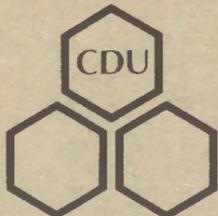
## Carta dos direitos sociais: iniciativa do PCP aprovada

Na sequência de uma reunião com a CES (Confederação Europeia dos Sindicatos), o deputado do PCP no Parlamento Europeu Barros Moura propôs aos deputados do Grupo de Coordenação Sindical, de que é membro, a aprovação de uma resolução sobre a

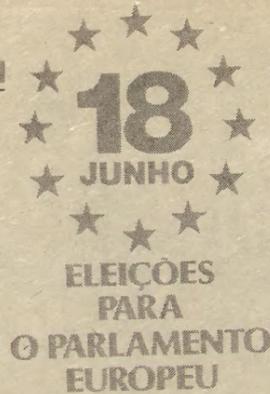
Carta dos Direitos Sociais Fundamentais. Nos considerandos desta proposta, que foi aprovada e entregue ao presidente do PE, os deputados «exprimem a sua inquietação sobre a regressão em matéria de direitos sociais e quanto à ausência de instrumentos

jurídicos vinculativos e também quanto ao adiamento para o mês de Junho de 1990 do estabelecimento de um programa de acção e de um conjunto de instrumentos com ele relacionados». Nessa resolução os deputados solicitam ao presidente do PE que

reafirme junto das instâncias comunitárias competentes «a vontade do Parlamento Europeu de que a Carta dos Direitos Sociais seja acompanhada por propostas de directivas ou de regulamentação que garantam efectivamente os direitos que ela contém». ■



# Campanha



**Carlos Carvalho em Viseu** — O cabeça de lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, Carlos Carvalho estará amanhã, sexta-feira, no distrito de Viseu, em contacto com as populações.

A anteceder esta visita ao distrito de onde é natural, Carlos Carvalho endereçou aos eleitores uma carta, em nome dos candidatos da CDU, na qual salienta o compromisso de defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses no quadro da integração na CEE.

O compromisso da CDU — sublinha Carlos Carvalho — «é também o de levar os problemas regionais de inegável interesse regional e comunitário ao Parlamento Europeu», pois a região de Viseu pode e deve beneficiar de projectos a serem financiados pelos fundos comunitários.



No âmbito da campanha eleitoral para o PE, a Comissão Distrital de Viseu do PCP promoveu na passada semana um convívio/debate com profissionais da comunicação social. Abordando a actual situação da imprensa no nosso país estiveram o presidente da Associação de Jornalistas do distrito, jornalistas e correspondentes de órgãos de imprensa nacional e local, além do camarada José Garibaldi, e de João Torrado, candidato da CDU ao Parlamento Europeu.



Ainda em Viseu, no Largo do Rossio, a CDU criou um espaço permanente de contacto com as populações. Na foto pode ver-se o quiosque CDU, inaugurado no passado dia 20 pela deputada de «Os Verdes» e candidata da CDU ao Parlamento Europeu, Maria Santos.

**Barros Moura no distrito do Porto** — Barros Moura, deputado do PCP no Parlamento Europeu e candidato da CDU nas eleições de 18 de Junho, esteve segunda e terça-feira no distrito do Porto a cumprir um vasto programa de contactos com as populações e os trabalhadores da região, nomeadamente dos concelhos de Felgueiras, Santo Tirso, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Matosinhos e Porto.

Barros Moura referiu-se em Felgueiras às graves carências de formação profissional naquele concelho onde predomina a indústria do calçado, lembrando a propósito que «há mais de dez anos que os sucessivos governos (PS-PSD-CDS) prometem o Centro de Formação Profissional», que não começou ainda sequer a ser construído, apesar de as ajudas de pré-adesão à CEE incluírem um programa de construção de Centros. O deputado do PCP responsabilizou aqueles partidos por se desperdiçarem os apoios da CEE.

Afirmou ainda Barros Moura que a prova de que as empresas de calçado são rentáveis está no facto de que as mais modernas são adquiridas pelos capitais estrangeiros.

Na Trofa, apesar de impedido de entrar nas instalações da Feruni, empresa metalúrgica de capital alemão onde subsiste o problema dos salários em atraso, o deputado do PCP dirigiu-se aos trabalhadores, afirmando não ser isto o que os portugueses esperam da integração na CEE. Salientando que os estrangeiros têm de respeitar as leis portuguesas, Barros Moura responsabilizou o Governo do PSD «por não promover a aproximação real das condições de vida e de trabalho». Também «o PS não pode dizer que é progressista na CEE e aliar-se à direita em Portugal», afirmou Barros Moura que apelou a que os trabalhadores votem em massa para o PE na única força que pode e quer defendê-los — a CDU!



**Joaquim Miranda no Seixal** — Joaquim Miranda esteve na segunda-feira em contactos diversos com a população do Seixal, iniciando o seu dia com a viagem de ligação Seixal-Lisboa num barco da Transtejo superlotado, como é hábito à hora de ponta matinal, onde o candidato CDU ao Parlamento Europeu distribuiu e apresentou aos passageiros do cacilheiro documentos com algumas das propostas da CDU.

Depois Joaquim Miranda deslocou-se a uma escola secundária, onde os professores aproveitaram a sua presença para explicarem os seus problemas actuais, ao que se seguiu um almoço com os trabalhadores das autarquias do Seixal. Depois de visitar uma colectividade, Joaquim Miranda manteve um encontro com reformados após o que se deslocou a duas empresas da região.

## Apoios à CDU: no teatro e na música

— **adesão maciça** O general Vasco Gonçalves manifestou publicamente o seu apoio à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu, durante um jantar efectuado num restaurante lisboeta na passada sexta-feira e que a foto documenta.



Ao longo da semana têm sido aliás muitos os nomes de personalidades de diversos sectores de actividade que têm manifestado o seu apoio à CDU. Aqui se dão conta de alguns, começando pelos músicos, musicólogos, cantores e coralistas. Entre outros profissionais desta área que manifestam o seu apoio à CDU para o Parlamento Europeu, contam-se: Fernando Lopes-Graça, João de Freitas Branco, Paulo de Carvalho, Álvaro Salazar, Carlos do Carmo, Carlos Paredes, Carlos Mendes, Fernando Tordo, Mário Vieira de Carvalho, Maria Guinot, Alexandre Branco, Alfredo Flores, Celeste Amorim, Carlos Passos, Fernando Flores, Francisco Ceia, Io Apolloni, José Robert, Luís Sampayo, Maria José Viana, Rosa Ventura, Sah Marques, Teresa Camilo, Viriato Camilo, Ana Paula Sampaio, Nabela Graça, António Jubilot, Augusto G. Fernandes, Carlos Viegas, Fernando Gomes, Fernando Potier, João Claro Urbano, José Carlos Florentino, José Ludovico Pinto, Leal Calqueiro, Lisette Carvalho, Lourdes Calhau, Lurdes Miranda, Maria Luísa Albuquerque, Maria de Jesus Valverde, Maria José Neves, Maria Josefina Pedroso, Maria de Lurdes Braz, Maria Teresa Faleiro da Silva, Raquel Botelho, Sónia Carvalho.

Também homens e mulheres do Teatro anunciaram já o seu apoio à CDU, entre outros contam-se: Adelaide João, António Montez, António Assunção, Costa Ferreira, Fernanda Alves, Fernanda Lapa, Guida Maria, Luís Francisco Rebelo, Mário Barradas, Mário Jacques, Morais e Castro, Melim Teixeira, Rogério Paulo, Rui Mendes, Fernando Gusmão, Norberto Barroca, Álvaro Faria, António Anjos, Ermelinda Duarte, Aristides Teixeira, Canto e Castro, Carlos Porto, Fernanda Montemor, Lia Gama, José Martins, Linda Silva, José Peixoto, Manuel Mendonça, Mário Alberto, Maria Dulce, Raquel Maria, Teresa Sobral, Vítor Ribeiro, Daniel Garcia, Eduardo Jacques, Gilberto Gonçalves, Isabel de Castro, Maria Helena Ramos, Mário Neves, Mário Pereira, Vicente Soares. Finalmente diga-se ainda que, depois da extensa lista de nomes de democratas do distrito de Coimbra que manifestaram o seu apoio à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu, lista essa publicada a semana passada, é justo acrescentar, de outros nomes entretanto chegados, os de Jorge Santos Veiga — vice-reitor da Universidade de Coimbra, Alfredo Videira — empresário de Montemor-o-Velho, António Caniceiro Costa — industrial de Condeixa-a-Nova, António Inácio — presidente do Conselho Directivo da Escola

Secundária D. Duarte, de Coimbra, António Melanda — advogado de Montemor-o-Novo, Emanuel Câmara — director do Centro de Saúde de Penacova, Fernando Cápina Lopes — escrivão de Direito em Montemor-o-Velho, Fernando Serra — operário papelheiro e dirigente sindical na Lousã, Fernando Tenente — membro da CGTP, Graciano Neves de Oliveira — professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra, Isabel Pereira — conservadora do Museu na Figueira da Foz, João Sousa Andrade — professor da Faculdade de Economia em Coimbra, Linhares de Castro — presidente do Sindicato dos Professores da Região Centro, Manuel Mendes Figueiredo — industrial em Oliveira do Hospital, Rui Carrington da Costa — professor catedrático da Faculdade de Medicina em Coimbra.

As adesões ao apoio à candidatura da CDU vão aumentando todos os dias.

## Reformados de Sacavém votam CDU

Promovido pelo MURPI realizou-se na segunda-feira em Sacavém uma sessão onde estiveram cerca de cem reformados da região e foi aprovado um apelo da Coordenadora Nacional do MURPI, que protesta contra o acordo de revisão constitucional PS/PSD. O membro da Comissão de Controlo e Quadros do PCP, Jaime Serra, fez uma intervenção sobre as eleições para o Parlamento Europeu e apelou ao voto na CDU.

**Convívio CDU na Covilhã** — Para apresentação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal da Covilhã, decorreu no passado sábado, naquela cidade um convívio concelhio com a presença do candidato ao Parlamento Europeu, Francisco Moreira.

**Sessão no Sobralinho** — Dezenas de pessoas participaram numa sessão de esclarecimento da CDU na Freguesia do Sobralinho, em Vila Franca de Xira, onde se realizou um animado debate sobre a importância das eleições europeias e a acção da CDU face à CEE.

## Carlos Carvalho em Almada e na Moita

Carlos Carvalho esteve no início da semana passada em Almada e na Moita, em visitas onde problemas como a regionalização e o desenvolvimento foram preocupações dominantes dos diversos debates e iniciativas onde participou o cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu.

Em Almada, Carlos Carvalho fez uma análise da Operação Integrada de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (OIDPS), acusando o Governo de governamentalizar a operação, atrasando projectos e financiamentos em prejuízo do desenvolvimento do Distrito.

Por outro lado, Carvalho acusou o PS de prosseguir numa acção de mistificação sobre a importância da Regionalização, pois o acordo de Revisão Constitucional assinado com o PSD impede a criação imediata da Região Administrativa do Algarve, ao contrário do antes prometido pelo Partido Socialista aos algarvios.

Na Moita, Carlos Carvalho participou numa sessão-debate onde também esteve o presidente da Câmara, José Luís Pereira, numa ocasião onde foram debatidas diversas questões relacionadas com a actuação dos deputados CDU no Parlamento Europeu e a sua intervenção, nomeadamente em questões relacionadas com a defesa dos direitos dos trabalhadores, matéria em que os anteriores eurodeputados comunistas portugueses foram os primeiros a intervir em Bruxelas.

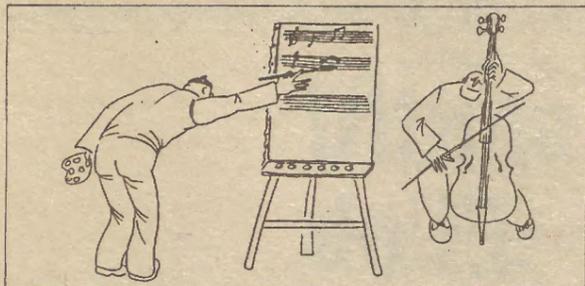
No decorrer desta visita à Moita, Carvalho visitou ainda a Feira da Moita, onde o candidato teve oportunidade de contactar com diversos agricultores da região, visitando em seguida um lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia.

## Cooperação CDU — Esquerda Unida da Galiza

A CDU (Vila Real — Trás-os-Montes) e a IU (Esquerda Unida — Galiza) promovem acções comuns no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu nos dias 1, 2 e 3 de Junho.

Hoje realiza-se um encontro com a imprensa e um acto público em Orense e amanhã realizar-se-á um encontro com os trabalhadores ferroviários e um acto público em Verin. No sábado, terá lugar um encontro com a comunicação social em Vila Real, um almoço-piquenique de confraternização, a visita a uma exploração agrícola em Vila Pouca de Aguiar, jantar e sessão pública em Chaves.

A delegação portuguesa que se desloca à Galiza, composta por Vasco Paiva, membro do Comité Central do PCP e responsável pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP, Fernando Teixeira, do CC e do Secretariado da DORT do PCP, Virgílio Alves, candidato da CDU ao Parlamento Europeu e professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Manuela Cunha, do Partido «Os Verdes», também candidata da CDU ao Parlamento Europeu, e por Armando Branquinho, dirigente sindical ferroviário. A delegação da Esquerda Unida (IU) da Galiza que se desloca a Trás-os-Montes é composta por Santiago Alvarez, presidente do Partido Comunista da Galiza, Anxel Guerrero, secretário-geral do Partido Comunista da Galiza, Manuel Villar, sindicalista, membro do PASOC e candidato da Esquerda Unida, e pelo intelectual galego Jesus Allonso Montero.



# Pontos Cardeais

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Inexcedível (1)

Segundo António Pinto Leite, presidente da Distrital de Lisboa do PSD, em declarações ao «DL», o vice-presidente da Distrital de Lisboa do PSD, Jorge Ferraz, teve um trabalho inexcedível na mobilização de militantes para o comício do Campo Pequeno, e é falso que tenham surgido quaisquer acusações contra ele. Se o desastre do PSD no Campo Pequeno foi fruto de um «trabalho inexcedível», imagine-se o que teria sido aquilo sem excesso de trabalho...

## Inexcedível (2)

Nas mesmas declarações sobre o desastre do Campo Pequeno, o presidente da Distrital de Lisboa do PSD argumentou também que «apesar da fraca afluência, não houve recriminações entre as diferentes estruturas partidárias», citando a título de exemplo que «a reunião, realizada no dia seguinte ao comício, entre Dias Loureiro e a Distrital durou apenas 10 minutos». Inexcedível, de facto.

## Propriedades

Portugal apareceu há dias incluído numa lista de países acusados pelo governo dos EUA de «práticas desleais em matéria de propriedade intelectual». A decisão de colocar o nosso País «sob observação», à semelhança da Espanha, Itália e Grécia, numa espécie de «lista cinzenta», foi anunciada por um alto responsável da nova administração Bush que informou igualmente a existência de uma outra lista (mas essa retintamente «negra») incluindo o Brasil, Índia e Japão, acusados da mesma «deslealdade». Aguarda-se, com expectativa, a réplica do Governo de Cavaco Silva, recordando aos EUA as suas conhecidas «práticas desleais em matéria de propriedade nacional» no nosso País. A coisa deve ser rápida, porque o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros até é perito a falar inglês.

## Níveis

Miguel Cadilhe gosta muito de falar por números, o que só lhe fica bem, como ministro das Finanças. Há dias, numa almoçarada no Porto com alunos da Faculdade de Economia daquela cidade, explicou às tantas que a «estabilidade» do estatuto dos benefícios fiscais é uma coisa em três níveis: o primeiro referente aos códigos de imposto, o segundo ligado aos benefícios fiscais e o terceiro dependente do Orçamento de Estado. Esqueceu-se do quarto nível, o tal que produz legislação a isentar pagamentos de sisa. Mas esse se calhar não conta, por irrelevante: só beneficia membros de Governo e afins.



## Comícios

Beneficiando, certamente, da extremosa cumplicidade em qua anda com o PSD, o Partido Socialista não quis repetir a asneira do seu parceiro de conluio anti-Abril em marcar um comício no Campo Pequeno, pelo que localizou na Praça da Figueira, em Lisboa, o comício que inaugurará no próximo sábado, a sua campanha para as eleições ao Parlamento Europeu. Bem escolhido. A «baixa» lisboeta é um sítio sempre cheio de gente, que pode muito bem passar por apoiante do Partido

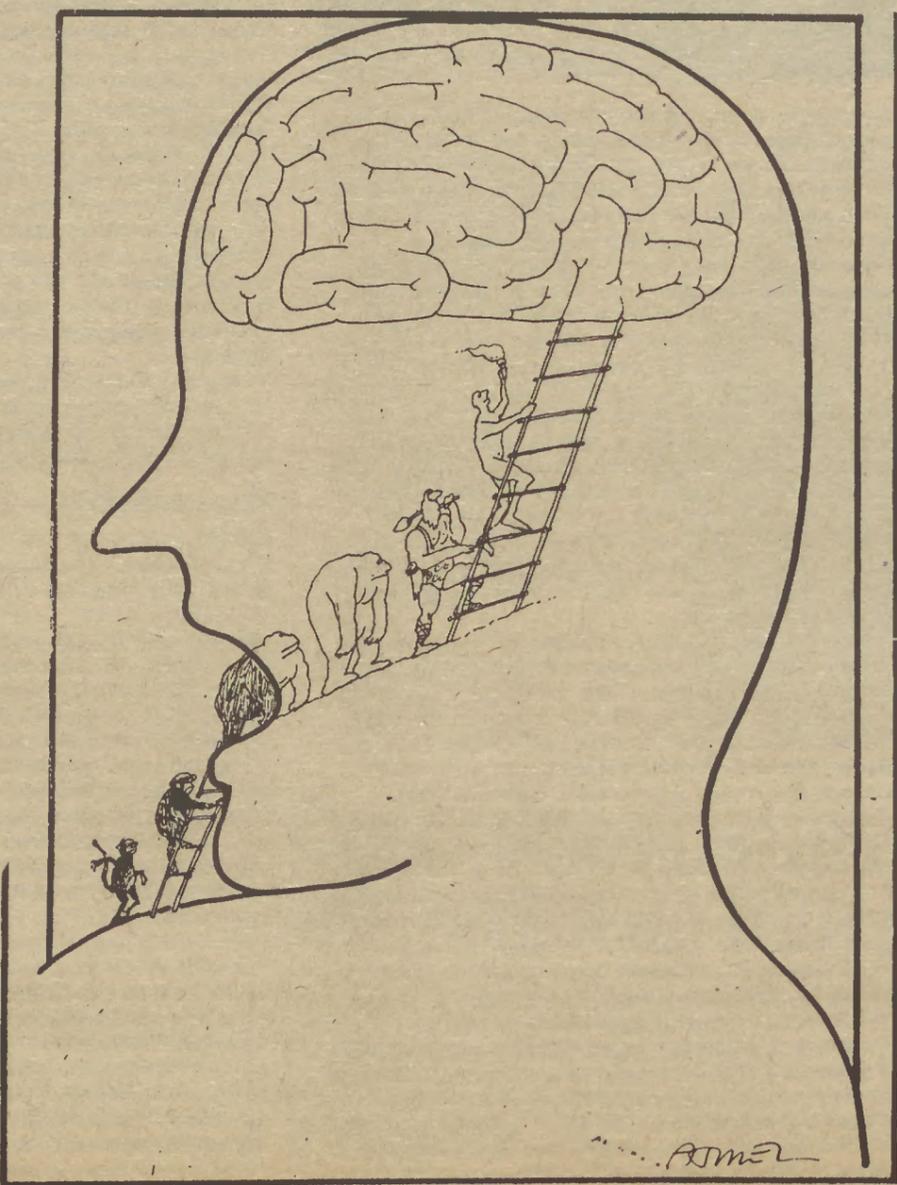
Socialista. Além disso a Praça da Figueira foi sempre ótima para quem considera que um esclarecimento eleitoral não passa dum «vender peixe».

## Desconhecimentos

Segundo apurou a agência Lusa junto do gabinete do ministro do Emprego, entrou esta semana em vigor o decreto governamental que altera as regras processuais do regime de suspensão e redução de prestação de trabalho («lay-off»). Este decreto-lei traz a novidade da redução das hipóteses de intervenção dos sindicatos e

a suspensão da arbitragem do Ministério do Emprego, especificando que a intervenção dos sindicatos numa empresa que accione o «lay-off» não será permitida sempre que nela exista Comissão de Trabalhadores ou quando a entidade patronal desconheça a sua existência. Uma lógica assim só podia sair das cabeças deste Governo: aquilo que se «desconhece» (oficialmente, claro...) é como se não existisse.

É por isso que não há corrupção no Governo, desemprego a alastrar, miséria no País, etc., etc.



## Epigrama

Ansioso, o PS queria  
um instrumento aprender  
mas, coitado, não sabia  
não sabia que fazer.

Farto de tanto escolher  
encontrou o seu caminho:  
— Eureka, vou aprender  
a tocar o cavaquinho...

## Revisão a galope

Voa, voa, revisão,  
vamos lá andar depressa,  
porque o governo tem pressa  
de haver constituição  
à moda do seu desejo,  
que não haja discussão  
que haja só ou sim ou não  
pra mais rápido despejo  
de Abril, o maior travão  
ao Cavaco no poder  
quanto mais ele quiser,  
voa, voa, revisão,  
corre, corre, sem parar,  
corre até sem respirar,  
pois o que importa é levar  
água ao moinho danado  
que está todo preparado  
pra nos moer o juízo  
com o freio da servidão...

...pra ser mais depressa, então,  
o PS põe o guizo  
ao gato da revisão...

## Coincidência

Capucho é candidato a deputado.  
Pois ninguém leva a mal que ele concorra.  
Como é, porém, ministro, em todo o lado  
aparece a falar à tripa forra.

Por ser um deputado? Não, que ideia!  
É ministro graúdo e, como tal,  
pode andar volta e meia  
por esse Portugal...

Ministro? Deputado? Tanto faz.  
Não é o deputado então  
que leva atrás  
sempre a televisão?  
Acha a RTP que não. E a esmo  
o governo até  
acha o mesmo...

Coincidência, não é?...

## Com um uisquinho...

PSD fez comício eleitoral  
com tempo ameno.  
Veio gente de todo o território nacional.  
Foi no Campo Pequeno.

No Reyno de Cavaco há pouca fé.  
Dedicação, por lá, nunca se expande.  
E assim um Campo, que Pequeno é,  
veio a mostrar-se demasiado grande...

No campo vasto, decepção mais vasta.  
Por este andar, e como bem se alcança,  
o gabinete de Capucho basta  
com um uisquinho, para animar a dança...



# TV O Programa

Quinta

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique (133.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.40 - Um Anjo na Terra (8.º epis.)
- 14.15 - SAJ Serviço de Auxílio aos Jovens
- 14.40 - Os Anos que Contam - Aveiro
- 15.05 - Concerto pela Orquestra Portuguesa da Juventude
- 16.15 - América Selvagem (4.º epis.)
- 16.30 - Ponto por ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (48.º epis.)



21.15 - Monte Carlo (série, 1.º epis.)  
22.05 - Tourada  
23.10 - 24 Horas  
23.40 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (228.º epis.)
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 8.º epis.)
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça (73.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (4.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Maude  
21.55 - Hora da Verdade  
22.55 - Hitchcock Apresenta...  
23.20 - Primeiro Andamento

Sexta

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateavallon (25.º epis.)
- 14.25 - Imagem e imagens
- 15.05 - Show Time Coast to Coast
- 16.05 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Binca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo



21.50 - Festas da Cidade de Lisboa - Festival de Abertura  
23.30 - 24 Horas  
24.00 - Remate



00.15 - Pela Noite Dentro - «Moa», real. Anders Wahlgren (Suécia/1986)

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Guerra de Troia (5.º epis.)
- 19.00 - Haja Música
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Os Retratos de Lizzie (2.º epis.)
- 22.10 - Rumo aos Céus (2.º epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.50 - Rotações

Sábado

## RTP1

- 09.00 - Juventude e Família. (Desporto e ciência. Era uma Vez a Vida, o Safari do João Valentão, turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
- 12.05 - A Grande Aventura
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde - «Oh Heavanelly dog», real. Joe Camp (120 min.)
- 15.45 - Vivamúsica
- 16.40 - Crime, Disse Ela
- 17.30 - As Estrelas (3.º epis.)
- 17.55 - Ai Life
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Telejornal
- 21.30 - Espectáculo - «O Nosso futuro Comum»

## RTP2

- 09.00 - Music Box
- 09.55 - A Malta de Bronx (repetição, 5.º epis.)
- 10.45 - Vestígios (série, 1.º epis.)
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Quem Sai aos Seus
- 19.55 - Music Box Especial
- 20.55 - Elogio da leitura
- 21.15 - Simonon
- 22.10 - Segredos e Mistérios
- 23.45 - Basquetebol Internacional

Domingo

## RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Fórmula 1 (série, 13.º e últ. epis.)



13.55 - Alió, Alió  
14.25 - Terra X (série, 5.º epis.)



- 15.00 - Primeira Matinée - «O Irresistível Forasteiro», real. George Marshall (EUA/1958, 84 min.)
- 17.00 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justicelro
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - O Barco e o Sonho (3.º epis.)
- 21.35 - Filmezinho
- 21.40 - Domingo Desportivo (Grande Prémio dos EUA de Fórmula 1).

## RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Veterinário da Província
- 14.45 - Transplante de coração
- 16.00 - Troféu
- 19.00 - O Mundo em Extinção
- 19.55 - 17 Obras de Grandes Autores
- 20.50 - Lusitânia Expresso
- 21.50 - Artes e Letras



22.45 - Cineclube: «Tempo para Amar e Tempo para Morrer», real. Douglas Sirk, (EUA/1958, 127 min.)

Segunda

## RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson
- 14.15 - A Brigada Falcão (10.º epis.)
- 14.40 - Pescadores
- 15.05 - Show Time Coast to Coast
- 16.00 - América Selvagem (série)
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Campanha Eleitoral
- 20.50 - Sassaricando



- 21.45 - Anzacs: Heróis da Guerra (3.º epis.)
- 23.45 - Portugal - Passado e Presente (série, 9.º epis.)
- 00.15 - 24 Horas
- 00.45 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha



16.55 - Sinhá Moça  
17.30 - Trinta Minutos Com...



Filmes

- «Moa» - 6.º, 00.15, RTP-1
- «Oh Heavenly Dog» - sáb., 14.05, RTP-1
- «O Irresistível Forasteiro» - dom., 15.15, RTP-1
- «O Confronto» - 4.º, 21.55, RTP-1
- «Tempo para Amar e Tempo para Morrer» - dom., 22.20, RTP-2
- «A Morte de Mario Ricci» - 3.º, 22.00, RTP-2

Música

- Quinta  
23.20, RTP-2: Primeiro Andamento
- Sexta  
15.05, RTP-1: Show Time Coast to Coast
- Sábado  
09.00, RTP-2: Music Box  
15.45, RTP-1: Vivamúsica  
19.55, RTP-2: Music Box Especial
- Segunda  
15.05, RTP-1: Show Time Coast to Coast
- Terça  
15.05, RTP-1: John Marty  
16.25, RTP-2: Primeiro Andamento  
18.00, RTP-2: Music Box
- Quarta  
23.15, RTP-2: Música n'América

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.º (23.40), 6.º (24.00), 2.º (00.45), 3.º (00.45) e 4.º (01.15).
- Rotações - RTP-2, 6.º, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00
- Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.40
- Basquetebol - RTP-2, sáb., 23.45.

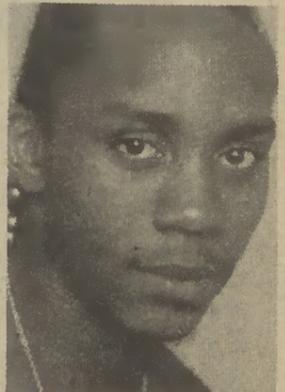
- 18.00 - Follow the North Star (telefilme)
- 19.00 - Music Box Especial
- 19.55 - Campos de Fogo (série)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)
- 22.00 - Ballado

Goretta, interpr. Gian-Maria Volonté (França-RFA/1983, 98 min.)

Quarta

## RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde



- 13.30 - Fama (41.º epis.)
- 14.15 - Os Campbells (2.º epis.)
- 14.45 - O Homem e a Cidade
- 15.05 - Musical
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Campanha Eleitoral
- 20.50 - Sassaricando
- 21.40 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 - Loação Esgotada: «O Confronto», real. Paul Newman (EUA/1984, 112 min.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

## RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - O Rio Amarelo
- 19.00 - Especial Desporto
- 21.15 - Jornal das Nove
- 21.30 - Grande Sertão: Veredas (13.º epis.)
- 23.15 - Música n'América

# Teatro O Cartaz

• LISBOA

**Casa da Comédia**, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.º a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

**Casa dos Tabuenses**, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.º a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum.

1.º Acto, Rua Eduard de Pedroso, Algés. 6.º e sáb. às 21 e 30. **Tão Bom! A Nossa Filha Vai Casar Com Um Conde!**, de Labiche, e **Não Andes Nua Pela Casa**, de Feydeau, enc. de Armando Caldas, pelo grupo Intervalo.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 3.º a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

**Teatro da Comuna**, Praça de Espanha. Sala 2 - 6.º a 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando. **Café Teatro** - De 3.º a 6.º às 22.00. **Mais Tarde Haverá Sexo**, enc. Durval Lucena.

**Teatro da Cornucópia**, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.º a 6.º às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro Ibérico**, R.

de Xabregas, 54. De 3.º a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.º a 6.º às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

**Teatro Variedades** (Parque Mayer). De 3.º a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.º a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso

Paso, encen. Francisco Nicholson.

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.º a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisistrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

• PORTO

**Os Comediantes**, R. Gonçalo Cristóvão. De 5.º a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

**Sala do Povo Português**, R. de Cambões. De 3.º a dom. às 21.45, dom. também às 16. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

# Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	A Comissária	★★★★	★★★	★★★★★	★★★
<b>B</b>	Eles Vivem!	—	★★★★★	—	—
<b>C</b>	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
<b>D</b>	Gente Estranha	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>E</b>	Um Grito de Coragem	—	★★	—	—
<b>F</b>	Histórias de Nova Iorque	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>G</b>	Irmãos Inseparáveis	—	★★★★★	—	—
<b>H</b>	O Turista Acidental	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Aleksandr Askoldov — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. John Carpenter — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Berna (15.15, 18.00, 21.30), S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
- C — Real. Barry Levinson — Amoreiras 6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Estúdio (14.00, 16.45, 19.00, 21.30), S. Jorge 1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Andrei Konchalovsky — King/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. Fred Schepisi — King/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Ávila (14.15, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45), Las Vegas/2 e Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) e S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- G — Real. David Cronenberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- H — Real. Lawrence Kasdan — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.



Retrospectiva de desenho de Bernardo Marques na Gulbenkian

# Exposições

- LISBOA
  - Anabela Faria — Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores do Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 17/6).
  - António Carmo — Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.
  - António Sem — Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Piccos, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19.
  - Bernardo Marques — Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
  - «Brazilienses» — Colectiva de pintores residentes em Brasília. Embaixada do Brasil, Rua das Laranjeiras, 144. De 2.ª a 6.ª das 9 às 18 (até 5/6).
  - Carlos Afonso Dias — Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
  - Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
  - «Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.
  - Constança Lucas — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (2/6).
  - Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.
  - Escultura Contemporânea Americana — (Colectiva Integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Fundação Calouste Gulbenkian, piso 0. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).
  - Fátima Ramalho — Pintura. Gal. Ângulo, Praça Luís de Camões, 8. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 12/6).
  - Gilberto Zorio (Itália) — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/7).
  - Graça Costa Cabral — Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 18/6).
  - Isabel Sabino — Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111. De 2.ª a sáb. das 14 às 19 (até 2/6).
  - Ivo — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Alvalade). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 15/6).
  - Jean Miotte — Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/6).
  - João Mourão — Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/6).
  - João Paulo Ferro — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 6/6).
  - Jorge Martins — Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho. Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 (até 9/6).
  - José Aragão — Pintura (guaches). Espaço Alliance, Rua Bramcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.
  - José Escada — Pintura. Galeria S. Bento, Rua do Machado, 1. De 3.ª a sáb., das 11 às 13 e das 15 às 20; 2.ª das 15 às 20 (até 12/6).
  - Livros Portugueses de Cozinha — Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho).
  - Louro Artur — Desenho e pintura. Gal. Diário de Notícias, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 10 às 12.30.
  - Margarida Lagarto — Pintura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/6).
  - Maria Bela Garnel — Pintura. Galeria de Santa Justa, 93-2.ª. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20 (até 5/6).
  - Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
  - Martins Gomes — Pintura. Palácio Anjos, Algés. Das 14 às 21 (até 11/6).
  - Pedro Calapez — Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
  - Peter Caulfield (G.Br.) — Serigrafia. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
  - Projectos para o Centro Cultural de Belém — Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Maio).
  - Rui Sanches — Desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30.
  - Ruth Matchabe — «Janelas», fotografia. Foto Galeria, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 2/6).
  - Sérgio Taborda — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 14/7).
  - Silva Palmeira — Pintura. Galeria Restauroação, Av. Guerra Junqueiro, 18. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 7/6).
  - Três Escultores Portugueses (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches — exposição integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).
  - Tomás Santos Maia — «Não há tempo ou lugar onde habitar». Pintura. Gal. João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20.
- OUTRAS LOCALIDADES
  - José Alves — Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.
  - Vitor Pomar — Pintura. Galeria Municipal da Amadora, Av. Forças Armadas AMADORA.
  - Colectiva (Colectivo Fernando Nunes Ribeiro), Museu Regional de BEJA.
  - Artur Bual — Pintura e desenho. Gal. Vértice, Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 21/6) CASCAIS.
  - António Breteño Pestana — Pintura. Centro Cultural da Damia, De 2.ª a 6.ª das 17 às 20.30, sáb. das 15 às 20 (até 9/6) DAMIA.
  - Mário Tropa — Pintura. Gal. de Arte Arcada, Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 2.ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 12/6) ESTORIL.
  - Carlos Amaral — Pintura. Sala de Exp. Temporárias do Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17.30 (até 4/6) LOURES.
  - Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.
  - Carlos Calado — Gravura. Galeria Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a 5.ª das 10 às 14 e das 15 às 19; 6.ª e sáb. das 20.30 às 23.30 (até 6/6) OEIRAS.
  - «Artistas Africanos» — Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.
  - Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
  - Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Excursão ao Minho

A Comissão de Freguesia da Penha de França do PCP lembra que continuam abertas as inscrições para a excursão à Quinta de Santoinho, em Viana do Castelo, a realizar nos dias 29 e 30 de Julho próximo para permitir a participação no famoso arraial que ali decorre na noite de 29, sábado. A viagem (com partida de Lisboa) é feita em confortável autocarro, passando por Coimbra, Porto, Braga, Viana e, no regresso, por Barcelos, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz... Jantar e dormida em hotel de Viana do Castelo. Para mais informações e inscrições deve ser contactado o Centro de Trabalho de Arroios, tel. 56 16 72.

### FITEI

No Porto começa hoje e decorre durante doze dias o FITEI, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica — a 12.ª edição do maior festival de teatro que se realiza em Portugal. E, mais uma vez, pelos palcos da maior parte das salas de teatro portuenses vão passar prestigiados grupos de Espanha e de alguns países da América Latina: Uruguai, Cuba, Venezuela, Brasil e de Moçambique.

De Portugal levam espectáculos ao FITEI companhias de nome e obra feitos (Seiva Trupe, Campolide, Maizum, Tear) e grupos novos que se distinguiram recentemente em espectáculos levados à cena em Lisboa: Cândido Ferreira, Projecto África, Pró Tea.

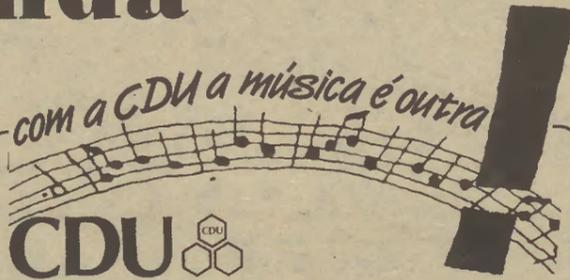
Eis o programa dos próximos dias:  
— **Paixão**, de Fernando Urdiales, pelo Teatro Corsário (Esp.) — no Teatro Carlos Alberto, dia 1 às 22.00 e dia 2 às 21.30;  
— **As Criadas**, de Jean Genet, pelo Seiva Trupe (port.) — na Cooperativa do Povo Portuense, dia 2 às 22.00 e dia 3 às 16.00;

— **Sub-Guay**, criação colectiva, pelo Falaguera Teatre (Esp.) — no TEP, dia 2 às 21.45 e dia 3 às 18.30;  
— **Orquestra de Señoritas**, de Anouilh, pelo grupo Dúptico Atroz — no Teatro Carlos Alberto, dia 3 às 21.30 e dia 4 às 21.45;  
— **Velhacarias de Scapin**, de Molière, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide (Port.) — no TEP, dia 4 às 16.00 e 22.00;  
— **Los Pátios de la Memoria**, de Ever Martin Blanchet, pelo grupo El Galpon (Uruguai) — na Cooperativa do Povo Portuense, dia 4 às 18.00 e dia 5 às 21.30;  
— **Ubu Rei**, de Jarry, pelo Teatro de Ninuras (Esp.) — no TEP, dia 5 às 21.45 e dia 6 às 18.30;  
— **o Enforcado**, de Luís Olmos, pelo Teatro de la Danza (Esp.) — no Carlos Alberto, dia 5 às 22.00, dia 6 às 21.45;

— **Mil Gargantas para uma Voz**, de Lorca, e **Suenhos para el Camión**, de António Machado, pelo grupo de Elza Gay (Cuba) — Ateneu Comercial do Porto, dia 6 às 22.00 e dia 7 às 21.30.

### Cinema em português

O ABC Cine-Clube de Lisboa promove esta semana, na sessão habitual de sexta-feira às 18.45 no Quarteto, a ante-estreia de **Onde Bate o Sol**. É um filme português realizado por Joaquim Pinto e terminado já este ano — não só a obra mas também o autor desconhecidos do comum dos cinéfilos. Pelo que, é não apenas de sublinhar a «coragem cultural» do ABC programando-o para encerrar o ciclo que dedicou ao grande cinema europeu da última década através de oito realizadores (e Joaquim Pinto é portanto um deles), mas ainda de reter o alerta implícito: andamos quase todos demasiado distraídos do cinema que se faz em Portugal...



Iniciativas político-culturais constituídas por

- Espectáculo com um artista convidado
- Intervenções
- Exposição política
- Banca

### • PENICHE

Sexta-feira às 21.30  
no Largo do Jardim  
**Espectáculo com Fernando Tordo**

### • AVEIRO

Sábado às 21.30  
no Largo da Câmara  
**Espectáculo com Carlos Alberto Moniz**

### • PORTO

Domingo às 15.00  
no Jardim do Passeio Alegre  
**Espectáculo com Carlos do Carmo**

### • VIANA DO CASTELO

Terça-Feira às 21.30  
Na Urb. da Coop. Capitães de Abril  
**Espectáculo com o grupo rock Café Lusitano**

### • BRAGA

Quarta-feira às 21.30  
**Espectáculo com Brigada Victor Jara**

# a TV

## Sondagem do meia-leca

O fiasco do comício do PSD no Campo Pequeno foi tão, tão evidente que o próprio **Telejornal** o reconheceu, embora mansamente. A câmara focou as suas atenções no recinto onde a presidência de Cavaco Silva se encontrava. Apenas? É difícil acreditar em câmara tão falhada como a Câmara de Lisboa. Ela certamente viu tudo: as bancadas vazias, os camarotes sem ninguém, a praça deserta — à espera, sabe-se lá, de algum touro que acabaria por não vir.

Não quero alongar-me sobre o assunto. Quero apenas lembrar as sondagens que por aí fazem e através das quais se pretende mostrar que Cavaco desceu, mas não de forma assustadora.

A meia-leca do Campo Pequeno fala uma linguagem mais rigorosa do que a de qualquer sondagem.

De facto, se Cavaco Silva desceu tanto no seio da própria família, como não será fora dela?!...

## Bulgária, país amigo

Na RTP, desta feita, não passou despercebida a passagem de mais um aniversário da libertação da Bulgária da ocupação otomana que durou cinco séculos.

À festa da grande nação búlgara associou-se a RTP transmitindo um programa de música ligeira, aproveitando a passagem por Lisboa de artistas búlgaros.

Como nota mais curiosa deste programa saliente-se a interpretação, em português, de um fado e de um poema de António Gedeão, *Lágrima de preta*, em melodia original.

A evolução social, económica e cultural de um país, como a Bulgária, à nossa dimensão, justificava um maior interesse da RTP.

A Bulgária, aliás, não é uma desconhecida do povo português, particularmente no domínio desportivo. Os grandes feitos dos seus atletas chegam até nós por intermédio da televisão. A Bulgária pode considerar-se uma potência desportiva.

Bulgária, um país à nossa dimensão. Um país amigo.

## Portugal — lá fora e cá dentro

A **Primeira Página** parece ter regressado à sua condição de rubrica política. Depois da ronda pelos dirigentes dos partidos, segue-se a dos candidatos ao Parlamento Europeu.

Na primeira sessão participaram, pelo PCP, Carlos Carvalhas; pelo PS, João Cravinho; pelo PSD, António Capucho; pelo CDS, Lucas Pires. Foi moderador António Amaral Pais.

Tudo se preparava para não passar de mais uma sessão «com o chilrear de passarinhos e o coaxar das rãs». Todos diriam coisas lindas, a defesa de Portugal, o grande desafio que é preciso vencer, a glória de pertencer à família europeia, as maravilhas, as vantagens, etc, etc. Capucho diria, uma vez mais, que temos muito para dar à Europa — como se já não bastasse o que ela nos leva. Lucas Pires diria uma vez mais que é melhor comprar automóveis lá onde forem mais baratos — e quem diz automóveis diz casas, propriedades, terras, mas isso é mais barato cá e por isso os estrangeiros vêm comprar isso e não automóveis. João Cravinho diria uma vez mais que foi o PS quem descobriu o caminho marítimo, perdão!, o caminho comunitário para a Europa. E todos estariam muito felizes.

Só que Carlos Carvalhas apareceu lá para lhes estragar a festa. Obrigou-os a abandonar o abstracto e pousar os pés na terra. O PCP apresentara propostas concretas para a defesa dos nossos interesses na CEE. E eles? Todos falam em desafios para aqui e para acolá — mas onde estão as medidas para vencer esses desafios? O PCP explicita-as. E eles? Falam na defesa dos interesses dos portugueses na Europa — mas como pode defendê-los na Europa quem os agride em Portugal? Cita a política de permanente contencioso do Governo; cita o trabalho em conjunto do PSD e do PS para abrir caminho aos grandes grupos económicos, aos grandes agrários, aos capitais estrangeiros de cuja invasão recebemos notícia diariamente.

Foi visível o mal-estar causado pelas intervenções de Carlos Carvalhas, só confrontadas com respostas frouxas como aquela de João Cravinho segundo o qual se o PS aceitara colaborar com o PSD foi apenas para resguardar o interesse nacional...

Não, meus senhores. Ir à televisão contar anedotas, não vale. E assim o desafio de Carlos Carvalhas permanece de pé: vamos deixar as manigâncias do trapézio voador, vamos falar do concreto, vamos responder à pergunta essencial: como pode defender Portugal lá fora, quem o não defende cá dentro?

O resto... o resto é chilrear de passarinhos. Ou antes — de passarões.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A Reforma Agrária

Para todos aqueles porém, que a expressão Reforma Agrária fizeram bandeira de um combate davidoso e sem tréguas, como foi o meu caso, não só em Portugal mas também no Brasil (quando ali, afastado pela ditadura da minha universidade, trabalhei ao serviço da FAO), para todos nós, homens de esquerda, lutadores pela elevação da condição humana, constitui motivo de pesar e apreensão vê-los retirados da Constituição, dessa Constituição que tanto desejávamos continuar a poder chamar «a Constituição de Abril».

E a razão será de júbilo — espero bem que infundado — para os homens de direita, hoje arrogantemente no poder, que pensam ter conseguido, com tal eliminação, exorcizar de uma vez para sempre um dos fantasmas que mais atormentam as suas consciências de defensores inconfessos dos privilégios e dos privilegiados.

Por tudo isto, e como já disse, dou a Manuel Alegre ainda mais razão do que dei a Almeida Santos, e adiro à intuição de que, como é próprio dos grandes poetas deu provas ao discursar na Assembleia da República.

É óbvio, também já o disse, que a Constituição revista não vai impedir, como nos fez ver o dr. Almeida Santos, governo algum que se queira socialista e vai ao encontro dos anseios populares de tomar medidas correctoras da nossa tão defeituosa estrutura agrária suficientemente amplas e profundas para merecerem ser incluídas numa genuína reforma agrária. Espero, se a minha vida que já vem de longe ainda me der tempo, poder aplaudir tais medidas.

Henrique de Barros — «DN»  
28/Maio/89

## Esquerdista

«Tenho sido acusado de esquerdista, por isso esta visita é uma forma de mostrar que também estou com os empresários». A afirmação é de Jorge Sampaio, durante a sua deslocação a Évora, no último fim-de-semana, no âmbito das deslocações de pré-campanha para o Parlamento Europeu, que o dirigente socialista está a efectuar a várias regiões do país.

«A seu tempo isto irá animar», diz-nos o secretário-geral do PS, confrontado com o tom morno que tem caracterizado a pré-campanha socialista para o Parlamento Europeu.

Mesmo assim, e das poucas vezes que passeia na rua, Jorge Sampaio cumprimenta alguns dos populares, com uma saudação breve e distante. Como diria a «O Jornal», isto não significa que evite as pessoas. É apenas uma opção para «construir um estilo». Por outro lado, justifica a sua diferença. «Não tenho de fazer dema-

gogia». A imagem que o caracteriza é estudada, de forma a saber exactamente a quem se dirigir.

«O Jornal» — 26/Maio/89

## De facto, para que é que serve?

O Campo Pequeno às moscas para a cerimónia de um comício do PSD com música e tudo. O mesmo campo Pequeno, que se encheira de professores em revolta contra a nova grelha salarial e as novas «perspectivas» de carreira profissional.

(...) estamos perante sinais que confirmam muito do que tenho escrito aqui e muito do que os observadores normais detectam: a polflica motiva menos, a base eleitoral sólida do PSD está desencantada (há três anos Cavaco Silva encheu o Campo Pequeno nesta mesma época), os portugueses lutam pelos seus interesses como é normal num regime democrático.

E, no entanto, esta era uma altura em que a estratégia cavaquista — se é que existe — previa uma recuperação de apoios, uma diminuição das hostilidades e uma

mobilização das hostes. Uma recuperação de apoios, designadamente com o anúncio dos aumentos salariais para a função pública, que se começaram a concretizar nas vésperas das eleições autárquicas. Uma diminuição das hostilidades, com a aproximação de eleições que afastam da ribalta os temas socioprofissionais em favor dos debates e das controvérsias políticas. Uma mobilização das hostes, desde logo pelo tradicional arreganho «laranjinha» e pela exploração do discurso da ordem contra o caos que os polícias — secos e molhados — vieram permitir.

E, no entanto... mas o facto é que afinal tudo saiu ao contrário. Em vez da recuperação de apoios, os próprios funcionários públicos apanharam o vírus contestatário existente e acontece o que se julgava impossível, que é uma greve quase geral e que é feita com militância por pessoas que só de pensar nisso ficariam com urticária há uns anos. Em vez da diminuição das hostilidades, o crescendo da ameaça, o aumento da instabilidade, o Governo a sentir-se obrigado a recuar, prometer, aplacar. Em vez da mobilização das hostes, algum desânimo, algumas dúvidas, o dogma da infabilidade a ser posto em cheque pelos fiéis entre os fiéis.

(...)

Pois é. Mas depois da pergunta que fiz há algum tempo (que fizeram desta maioria?), uma outra começa a aflorar dentro de mim: para que serve ter esta maioria?

José Miguel Júdice

«O Semanário» — 27/Maio/89

## Xadrez

CCV — 1 de Junho de 1989

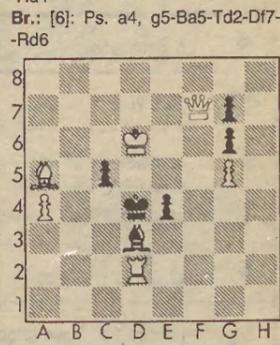
Proposição N.º 205/A

Por: William A. Shinkam

«V. Chess Record» Mai 1874

Pr.: [6]: Ps. c5, e4, g6, g7-Bd3-Rd4

Br.: [6]: Ps. a4, g5-Ba5-Td2-Df7-Rd6



Mate em 2 lances

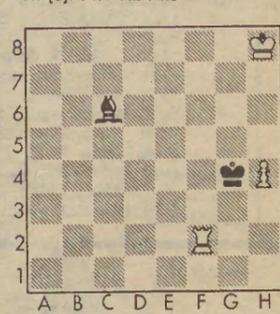
Proposição N.º 205/B

Por: K.A.L. Kubbel

Menção «Schweizerische Schachzeitung», 1935

Pr.: [2]: Bc6-Rg4

Br.: [3]: Ph4-Tf2-Rh8



Jogam as brancas e ganham

N.º 205/A (W.A.S.): 1. R66, Rc4;

2. R65++

N.º 205/B (K.A.L.K.): 1. Tf6, B68;

2. Th6, Bh5; 3. Rg7, R; h4; 4. Rf6, Rg4; 5. Th8, Rh4; 6. Rf5++

A. de M.M.

## Damas

CCV — 1 de Junho de 1989

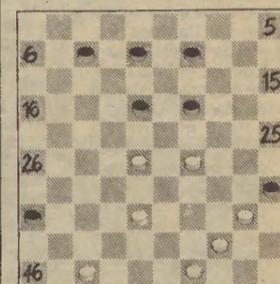
PROPOSIÇÃO N.º 205

Por: Alain Tavernier (F.)

«Dame à la Une» N.º 30, 1989 (Bruxelas)

Pr.: [7]: 7-8-9-18-19-35-36

Br.: [7]: 28-29-38-40-44-47-49



Jogam as Brancas e ganham

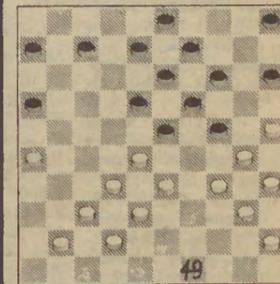
GOLPE N.º 205

Por: Fiori

Em jogo no Club Damier Toulousain (Fr.), 1980

Pr.: [14]: 3-5-6-7-8-9-13-14-15-16-18-19-23-24

Br.: [14]: 25-26-28-30-32-33-34-35-37-38-40-41-42-45



Jogam as Brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCV

Minlutura N.º 205 (A.T.): 29-23 (18x23); 47-41 (36x47=D); 28-23 (47x50) [quantidade]; 23x1=3 (35x44) 1x45+

Golpe N.º 205 (F.): 34-29 (23x34); 40x20 (15x24); 28-23 (19x39); 30x10 (5x14); 38-33 (39x28); 32x1=D+

A. de M.M.

edições *Avante!*

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

# a festa!

LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

**Avante!**

Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 1

1 de Junho de 1989

Não pode ser vendido  
separadamente

a festa!

é em

Setembro!

a festa!

8,9 e 10 de Setembro

Quinta do Infantado

Loures

---

# Uma grande surpresa quando chegarem ao Infantado...

**S**e o leitor esteve em Setembro de 88 na Quinta do Infantado, fique com esta ideia: agora, em 89, vai encontrar uma Festa completamente remodelada, um espaço diferente, um novo figurino na «arrumação» e na apresentação do maior convívio do Portugal de Abril.

Só o velho solar rosa, o polidesportivo e o «hospital» sobreviverão às profundas alterações em perspectiva.

Licínio e Vítor Santos salientam alguns aspectos: o Palco 25 de Abril deixa a várzea e passa para o meio da Festa, criando-se, assim, uma maior ligação entre o multifacetado convívio e a zona dos grandes espectáculos.

A entrada central do recinto vai aparecer com outra disposição. Também com concepção diferentes, embora recriando o seu ambiente de vida própria, de «miolo» de animação e interesse no coração da Festa, como sucedeu o ano passado, o visitante encontrará um vigoroso pavilhão central, enriquecido com a 6.ª Bienal de Artes Plásticas (ver neste suplemento, a exposição sobre o Partido e outra sobre a realidade autárquica (Dezembro é mês de eleições para os órgãos

do Poder Local), o Café da Amizade e o Fórum, espaços que vão conhecer programas diversificados.

Apostando abertamente na idealização e na construção de uma Festa profundamente renovada, uma equipa de seis arquitectos dá acompanhamento permanente ao projecto central, contando-se entre as suas preocupações uma maior unidade para o conjunto do recinto (a área de «ocupação» vai manter-se sensivelmente igual) e reforçando-se, desde já, a ligação entre o gabinete do projecto central (CT da António Serpa) e os gabinetes das organizações e sectores.

## Apostar na qualidade

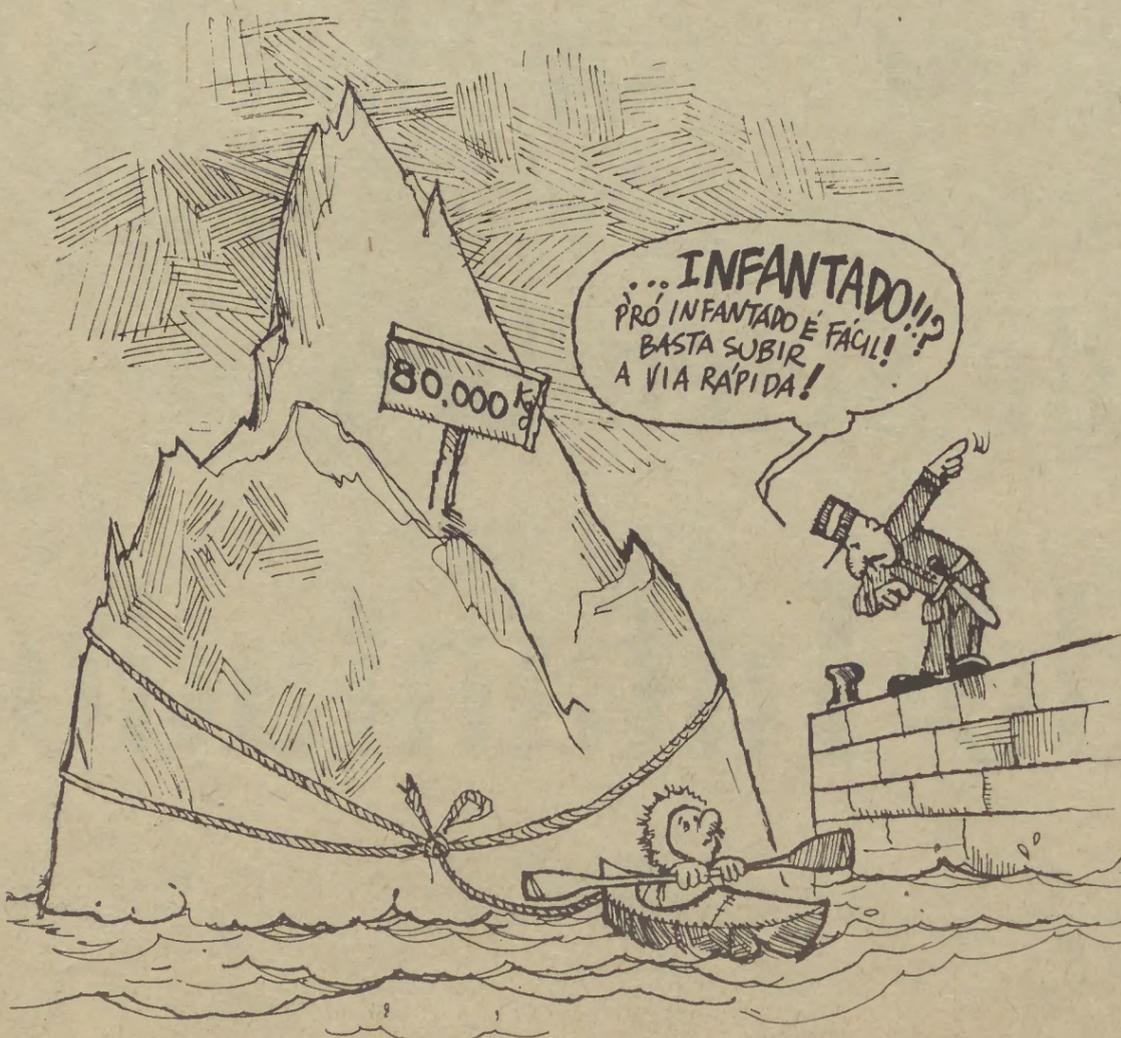
A renovação da Festa/89 — tema que merece, sem dúvida, uma abordagem mais desenvolvida — está a ser acompanhada por outro objectivo de primeiro plano: o reforço da qualidade dos serviços e das condições de conforto e de bem-estar proporcionadas aos milhares de visitantes nos três dias de Festa. Nes-



Planta da Festa do Avante!/88: uma recordação, apenas. É que este ano a Festa vai surgir completamente reformulada... No mesmo espaço, a imaginação vai pôr de pé um novo visual para três dias de convívio inesquecível. Setembro aproxima-se...

te objectivo insere-se a profunda remodelação dos restaurantes centrais (prioridade às ementas regionais), a valorização dos espaços de repouso e encontro, a melhoria das instalações sanitárias, etc.

No último apontamento para revelar que a edição deste ano vai conhecer a animação festiva de um parque de diversões mecânico na várzea, com seis aparelhos, não esquecendo a roda gigante. ☆



# 80 toneladas de gelo para uma Festa cheia de calor humano

Não é novidade mas é justo lembrar: em termos de Festa do «Avante!» tudo tem de ser pensado a tempo e horas. Incluindo, naturalmente, a questão dos abastecimentos, tarefa «agarrada» pelo camarada Sousa que recorda para os leitores do «Avante!» alguns números assustadores em matéria de consumo da Festa: as 230 mil «carcaças», as 80 toneladas de gelo e já agora os 80 mil litros de cerveja.

O trabalho de planificação, nomeadamente os contactos com os fornecedores, já começou. Setembro aproxima-se...

Em 8, 9 e 10 de Setembro

# Vai ser mais fácil chegar à Festa do Avante!



O transporte público — e concretamente o serviço especial de autocarros da Rodoviária Nacional a partir de Entrecampos (uma zona da cidade considerada estratégica nas ligações urbanas e suburbanas) — vai ser, sem dúvida, a melhor forma (a mais rápida, a mais cómoda) de chegar à Festa do «Avante!», no fim-de-semana de 8, 9 e 10 de Setembro próximo.

Esta é a ideia que sobressaiu numa animada conversa no solar rosa da antiga Quinta do Infantado, em Loures, com dois elementos do Executivo da Festa — os camaradas Licínio e Vítor Santos, e ainda com os camaradas Sousa e Gutierrez, responsáveis pelos sectores de compras /abastecimentos e electricidade, respectivamente.

As questões relacionadas com os transportes e o estacionamento junto da Festa estão a ser agarradas por uma comissão que tem desbravado caminho na busca de soluções que permitam chegar, sair e estacionar as viaturas sem problemas de maior.

Em primeiro lugar, duas palavras sobre os transportes. Segundo nos revelaram aqueles camaradas, prosseguem os contactos com os responsáveis da Rodoviária Nacional. Está em perspectiva uma via exclusiva para transportes públicos, sem cruzamentos, criando-se assim as melhores condições para um eficiente «carru-cel» entre a zona de Entrecampos e um terminal a 800 metros da entrada da Festa, distância que rapidamente poderá ser vencida por outro serviço — o permanente «vai vem» de autocarros que circularão pela artéria central do Infantado até à entrada da Festa. Aqui, há uma questão essencial a resolver: aquela artéria deverá manter-se livre, pelo que terá que haver colaboração dos vendedores ambulantes, assunto que também já está a ser estudado.

Ainda sobre a RN, prevê-se igualmente um melhor serviço de bilheteiras. Para os autocarros de excursão que venham de Vialonga (oriundos dos concelhos do norte do distrito de Lisboa, do Alentejo, etc.) haverá zona de acesso e parque próprios, evitando-se o entopimento.

O itinerário Caneças-Montemor-Loures continua a ser o indicado para quem vier dos concelhos da zona ocidental: Amadora, Sintra, Oeiras, Cascais.

## Estacionamento sinalizado

«Gerir melhor o estacionamento que temos» é uma das grandes preocupações da equipa de trabalho que está a acompanhar os problemas dos acessos à Festa. Para além de mais dois grandes parques alternativos, vão ser devidamente sinalizados e iluminados os parques já existentes, evi-

tando-se para muitos visitantes o «quebra-cabeças» que foi a procura do carro à saída da Festa.

Durante os três dias do grande convívio de Loures funcionará em regime permanente uma brigada exterior para acompanhamento do trânsito, estacionamento e vendedores ambulantes.

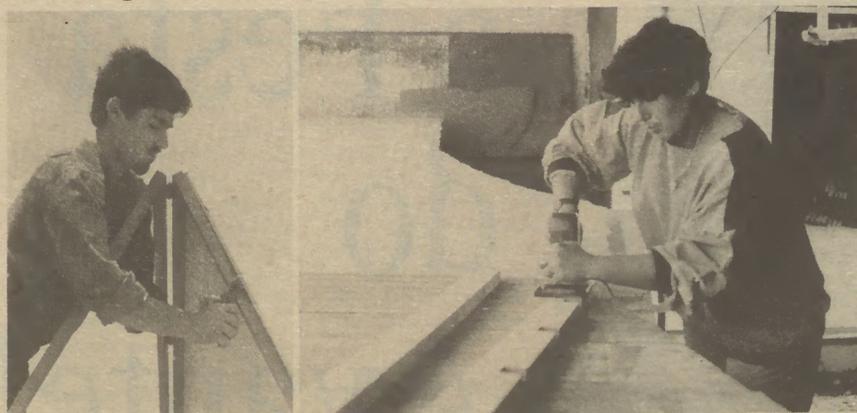
Com a devida antecedência será desenvolvida uma acção de sensibilização e informação dos habituais utentes dos acessos a esta zona do concelho de Loures e dos residentes da Urbanização do Infantado. ☆



Possibilitar o melhor escoamento possível do tráfego, dando prioridade aos transportes colectivos, é preocupação dos organizadores da Festa do Avante!/edição 1989, especialmente de uma comissão específica que «agarra» também as questões relacionadas com o estacionamento no Infantado

# INFANTADO À VISTA

Aí estão  
as jornadas de trabalho!



**P**ossivelmente, alguns camaradas e amigos vão ser apanhados «desprevenidos» com esta: na antiga Quinta do Infantado, em Loures, já começaram as jornadas de trabalho voluntário para erguer a bela cidade de Setembro.

No passado dia 18 de Maio um grupo de electricistas deu avanços significativos num trabalho especializado, enquanto que no dia 21 estiveram em Loures militantes comunistas e amigos do Partido e da Festa, oriundos do concelho alentejano de Montemor-o-Novo para um primeiro contacto com as tarefas.

Entretanto, na passada quinta-feira (feriado) as «coisas» também mexeram na Quinta do Infantado. Agora, todos os fins-de-semana passam a figurar na agenda da construção colectiva da Festa.

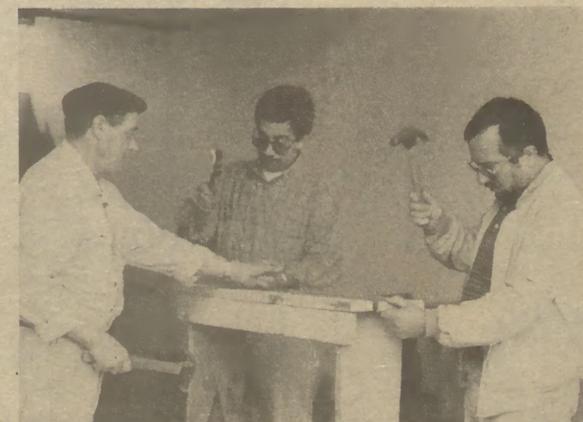
Toda a mão-de-obra será bem recebida e contribuirá certamente para fazer avançar o grande convívio de Setembro, este ano no meio de dois actos eleitorais (Junho e Dezembro), o que, como dizia o camarada Licínio, obriga a «gerir muito bem os meios humanos».

## Apelo

E já que falamos de mão-de-obra aqui fica um apelo do Executivo da Festa: nesta fase de arranque é fundamental a participação de carpinteiros, electricistas (atenção à jornada do próximo dia 11) e montadores.

A Festa do «Avante!» está à nossa espera. Bons momentos de convívio vão regressar a Loures, de pá às costas, e também (a época está aí) de bela sardinha a pingar no pão — possivelmente naquele pão que o amigo alentejano trouxe da terra... ☆

Infantado, em Loures: nos próximos fins-de-semana o reencontro da amizade, da solidariedade, do convívio, do trabalho voluntário para erguer a Festa do Avante! Carpinteiros, electricistas e montadores serão especialmente bem vindos, mas a Festa necessita da colaboração e da participação solidária de todos. Um mundo de tarefas aguarda a nossa chegada

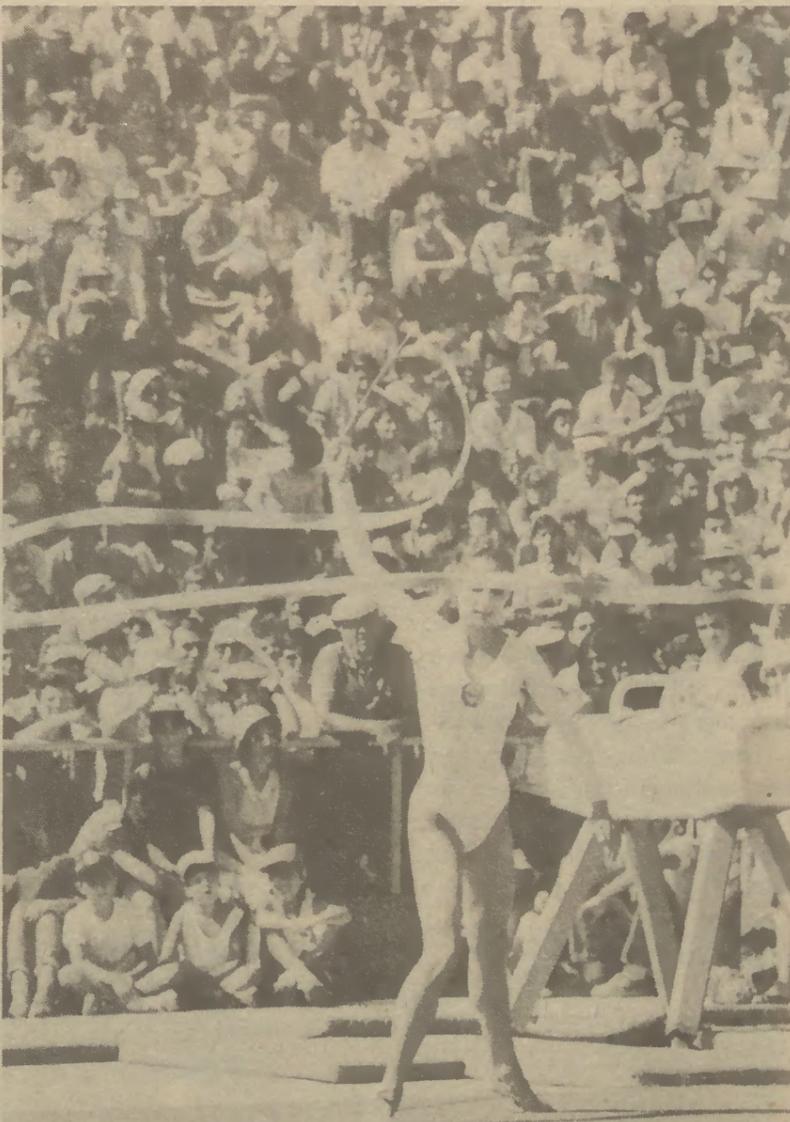


# A presença do DESPORTO

O desporto é uma das muitas facetas da «Festa do Avante!», e tem estado em todas as suas edições, unindo características populares ao rigor da competição de alto nível. Para além da tradicional «Corrida da Festa» (este ano com partida da Quinta do Infantado no dia 10 de Setembro e chegada nessa manhã a Loures), outras modalidades estão já previstas para este ano, com particular destaque para algumas novidades na área dos jogos colectivos.

Neste domínio, o basquetebol será este ano uma das modalidades que terá particular destaque na «Festa do Avante!», com a vinda a Portugal de uma equipa de alto nível da URSS, que efectuará jogos de exibição na Quinta do Infantado e participará num torneio quadrangular com algumas das melhores equipas nacionais.

Também as melhores equipas nacionais de futebol de salão vão estar num torneio quadrangular da Festa, uma oportunidade



**Ginástica: uma presença sempre em relevo no vasto programa desportivo do maior convívio democrático do nosso país**

para ver o nível já alcançado pelas equipas nacionais numa modalidade que nos últimos anos conseguiu alguns bons resultados internacionalmente.

## Ténis de mesa

Ainda antes da Festa, vão realizar-se os «Torneios Abertos Internacionais de

## ● Atenção ao basquetebol

Ténis de Mesa», em fins de Junho, com a participação de atletas de países socialistas que juntamente com alguns dos melhores atletas nacionais disputarão um torneio na categoria de juniores e cadetes. Estes atletas irão ainda participar em torneios de exibição que vão ser realizados no norte do País, e nos distritos de Lisboa, Setúbal e Évora.

## Natação

Também em localidades várias e em fins de Julho a «Festa do Avante!» vai realizar os «Festivais Internacionais de Natação» — programadas estão já provas de natação em Lisboa, Setúbal e Beja.

Os desportos para deficientes vão ter o seu lugar próprio na próxima edição da «Festa do Avante!», enquanto os desportos populares como o chinquilha irão, mais uma vez, ocupar espaço importante nos terrenos da festa.

## Damas

Pela primeira vez será organizado um Torneio de Damas Internacionais, enquanto paralelamente decorrerá o habitual Torneio de Damas Nacionais. Não faltará também o Xadrez, com a «Simultânea da Festa» já em fase de preparação.

Finalmente referência à ginástica, disciplina que na «Festa do Avante!» beneficia de uma tradição de alta qualidade e que este ano será especialmente dedicada a duas variantes: a ginástica rítmica e a ginástica acrobática, com a vinda já assegurada de atletas da RDA. ☆

## Lembram-se deste jovem?

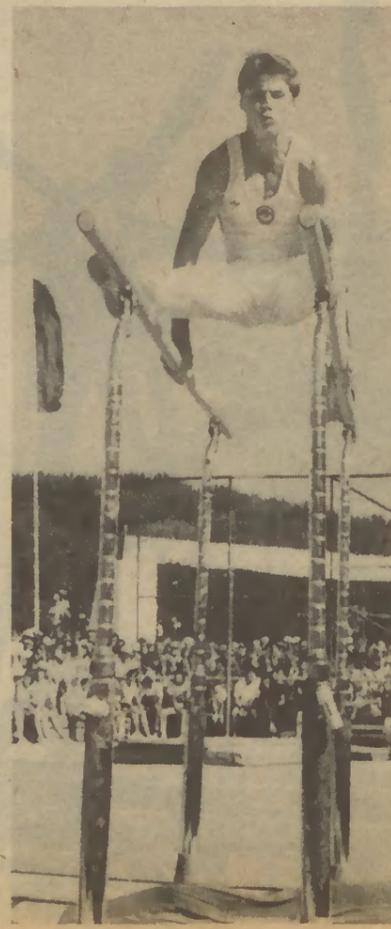
É o Zé Dias, o vencedor da Corrida da Festa do «Avante!» do ano passado, o atleta mais rápido no percurso Loures-Odivelas-Infantado.

Já depois da Festa, mostrou o seu valor em várias competições: foi 2.º nas Açoteias, 3.º na Corrida de «o diário», 1.º nos Campeonatos de Portugal — série B, 3.º numa prova em Espanha, etc.

O Zé Dias, agora com 21 anos, regressou na passada segunda-feira da RDA, viagem correspondente ao prémio que alcançou com o seu 1.º lugar na Corrida da Festa do «Avante!»/88.

A nossa reportagem esteve no aeroporto da Portela e ouviu o Zé Dias: uma viagem em cheio, as melhores impressões da RDA («voltarei se puder»), uma experiência que vai recordar no futuro. Durante a sua estadia na RDA, — essencialmente turística —, o jovem atleta visitou quatro cidades, destacando o belo complexo desportivo de Carl Zeiss Jena.

E já que se fala da Corrida da Festa — a próxima é já em Setembro, no dia 10, entre o Infantado e Loures, passando por Odivelas — convém que os interessados tomem nota do prazo de inscrições: entre 10 de Julho e 6 de Setembro. Brevemente divulgaremos mais pormenores. ☆



# 6. Bienal de Artes Plásticas

# A festa do olhar!

«Prato forte» da próxima edição da Festa do Avante será a já tradicional Bienal de Artes Plásticas, desta feita em sexta edição, num espaço próprio da Quinta do Infantado, em Loures, que reunirá as características que marcam esta importante iniciativa periódica: a abertura à participação de artistas de diferentes modalidades técnicas e diversas expressões estéticas, a fruição por um público vasto e heterogéneo, a homenagem ao trabalho criador dos artistas e, finalmente, a oportunidade para a divulgação da arte de outras regiões e de outras culturas.

Como sucedeu em outras edições da Festa, a 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante terá um artista convidado, ao qual será dado particular destaque através de uma Exposição Individual. Este ano será a vez de **Álvaro Perdigão**, um pintor que ao longo dos mais de cinquenta anos de actividade nunca se fixou num género de pintura nem se dedicou a um tema em especial.

Álvaro Perdigão vai apresentar na 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante técnicas e processos tão distintos como o desenho, a aguarela, o óleo, monotipia, até mesmo o vitral e a cerâmica, onde a paisagem, o retrato, a figura, os interiores, a chamada natureza morta, aparecem tratados com o mesmo interesse e com aquela luminosidade característica da região de onde é natural: Palmela.

De edição em edição, a Bienal foi crescendo, com um maior número de modalidades de Artes Plásticas, uma ampla representação nacional de Artistas, uma importante participação internacional, como a exposição de gravura de 45 artistas contemporâneos de 30 países dos cinco continentes que preencheu parte do espaço da Bienal de 1985.

Ao longo destes doze anos fizeram-se exposições individuais de nomes como os de Abel Manta, António Domingues, Bartolomeu Cid, Carlos Botelho, Cipriano Dourado, Gil Teixeira Lopes, João Hogan, Jorge Vieira, Rogério Ribeiro ou Vasco Conceição. Diga-se também que desde a 1.ª Bienal, cerca de duzentos dos melhores artistas nacionais enviam regularmente obras suas à Festa do Avante!

Acompanhando as evoluções que ao longo do tempo têm marcado o mundo das Artes Plásticas, é objectivo desta 6.ª Bienal manter os traços que marcaram a singularidade da iniciativa, dando um novo salto de qualidade e interesse na promoção e divulgação das Artes Plásticas no nosso País. Neste sentido foram já endereçados convites aos artistas que se têm vindo a destacar pela qualidade da sua obra, independentemente das escolas, tendências, estilos ou correntes estéticas.

Por outro lado estão já à disposição de todos os artistas que desejem participar nesta 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante, o Regulamento (que aqui publicamos na íntegra) e as fichas de inscrição.

Desde 1977 que a Festa do Avante organiza esta que poderemos dizer, é das mais importantes iniciativas periódicas realizadas em Portugal no domínio das Artes Plásticas, reunindo no mesmo espaço artistas jovens ao lado de dezenas de artistas já consagrados.

«Que a Bienal seja um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do Avante», este o desejo dos que organizam esta iniciativa, uma das facetas mais originais e importantes da Festa desta jornal. ☆



## REGULAMENTO

1. A Festa do «Avante!» organiza a sua 6.ª Bienal de Artes Plásticas em pavilhão próprio, na Quinta do Infantado em Loures, nos dias 8, 9 e 10 de Setembro.

A Bienal pretende:

— Proporcionar um lugar de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público muito vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e etária.

— Constituir uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, uma oportunidade para a irradiação da sensibilidade plástica entre os portugueses, um estímulo à criatividade individual e colectiva, à promoção da criação e fruição cultural.

— Ser uma mostra de diferentes modalidades técnicas e diversas expressões estéticas das Artes Plásticas. A Bienal de Artes Plásticas procura ser um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do «Avante!».

2. No âmbito da 6.ª Bienal realizar-se-ão Exposições Especiais de Artistas Nacionais e Internacionais, a anunciar oportunamente. A estrutura da Exposição é da responsabilidade da Comissão Executiva da 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!».

3. Para além dos artistas convidados pela Comissão Executiva da 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», ela será aberta, nos termos deste regulamento, a todos os que nela queiram participar.

4. Os participantes poderão enviar um máximo de 3 obras, em qualquer das modalidades das Artes Plásticas.

5. A selecção das obras é da responsabilidade de um júri de admissão, que determinará a sua participação ou exclusão.

Esse júri será constituído por:

— 5 membros da Comissão Executiva (eleitos entre si).

— 2 representantes dos artistas participantes (escolhidos entre os mais indicados e que aceitem assumir essa função).

6. Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais:

— Av. António Serpa, 26-3.º Dt.º Frente

Tel.: 76 91 41 — 1000 Lisboa

— Av. da Liberdade, 170

Tel.: 53 21 61 — 1200 Lisboa

— Soc. Nacional de Belas Artes

Rua Barata Salgueiro, 1200 Lisboa

— Av. da Boavista, 31 a 37

Tel.: 69 79 48 — 4100 Porto

— Rua da Sofia, 73-1.º

Tel.: 266 77 — 3000 Coimbra

— Rua de Aviz

Tel.: 263 67 — 7000 Évora

— Av. 5 de Outubro, 47-6.º Esq.º

Tel.: 269 23 — 2900 Setúbal

e ainda em todas as sedes distritais do PCP.

7. As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues até 30 de Julho nas moradas acima indicadas no Porto, Coimbra, Évora e Setúbal. Em Lisboa deverá ser feita a entrega na Av. António Serpa, 26-3.º Dt.º Frente. Eventuais dificuldades de transporte deverão ser apresentadas à Comissão Executiva no acto de inscrição.

8. Na altura da Exposição será publicado um catálogo que os participantes receberão gratuitamente. Os artistas devem enviar, juntamente com o boletim de inscrição, notas biográficas e uma reprodução fotográfica de uma das obras, para eventual apresentação nesse catálogo, até à data limite de 30 de Julho. A Comissão organizadora compromete-se à sua devolução.

9. No acto de inscrição os artistas devem decla-

rar o valor das obras para efeito de seguro e/ou venda. A organização promoverá a venda das obras expostas, conforme a vontade dos artistas, reservando para si uma Comissão de 20% do seu valor. Para efeitos de seguro, a nenhuma das obras poderá ser atribuído um valor superior a 700 contos.

10. Nenhuma obra poderá ser retirada da Exposição antes do encerramento da Bienal.

11. A fim de proporcionar a um público ainda mais vasto a fruição da 6.ª Bienal de Artes Plásticas, a Festa do «Avante!» considera a sua deslocação à cidade do Porto, onde ficará patente de 29 de Setembro a 8 de Outubro no Palácio de Cristal.

12. A Exposição da 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» na cidade do Porto, terá a participação de todos os artistas convidados e participantes, a menos que estes expressamente declarem em contrário no acto de inscrição.

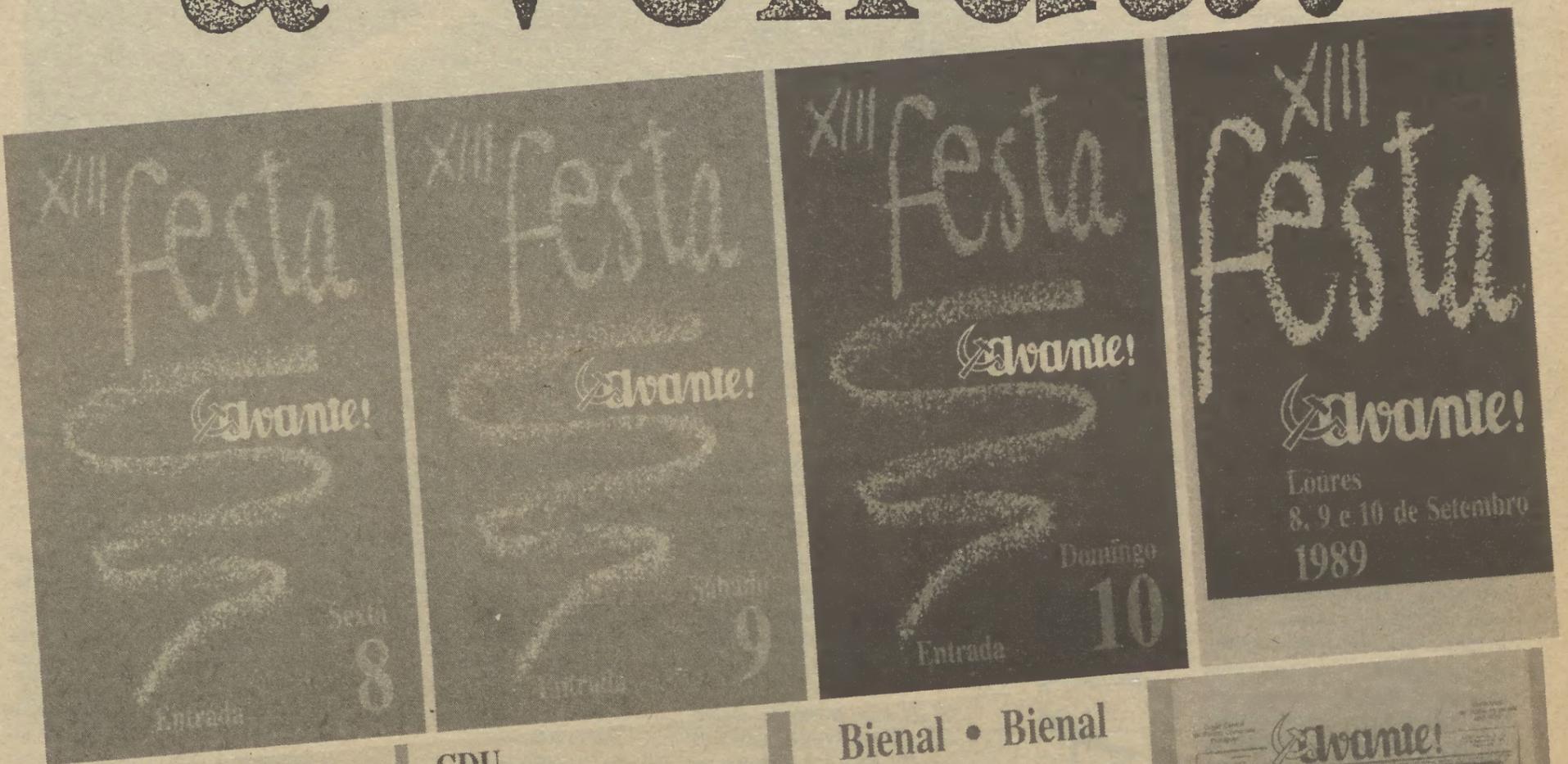
13. O levantamento das obras admitidas deverá ser feito pelo próprio ou por pessoa credenciada entre os dias 17 e 31 de Outubro de 1989, nos locais referidos no ponto 6 deste regulamento, data a partir da qual a organização da Bienal não se responsabilizará por quaisquer danos que eventualmente se venham a verificar. As obras excluídas devem ser levantadas a partir do dia 21 de Agosto de 1989.

14. Qualquer correspondência poderá ser enviada para: 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26-3.º Dt.º Frente, 1000 Lisboa.

A Comissão Executiva:

Costa Martins; Hilário Teixeira Lopes; Isabel Sabino; José Aurélio; José Mouga; Manuel Gusmão; Manuel San Payo; Maria Gabriel; Paulo Hernâni; Pedro Saraiva; Rodrigo Pina Cabral; Rogério Ribeiro e Rui Mário Gonçalves.

# A EP já está à venda!



## EP entrada permanente

correspondente ao valor de

### 850\$00

O valor desta EP é uma contribuição para a realização da Festa do «Avante!»

1. À entrada da Festa será destacado desta EP (que deve ser apresentada) o talão do dia respectivo.
2. Para sair e voltar a entrar nesse mesmo dia peça quando sair uma **senha de saída** apresentando a EP. À entrada, a senha de saída só é válida mediante a apresentação da EP.
3. As senhas de saída são distribuídas individualmente em todos os dias da Festa.
4. Só a EP é que dá direito à senha de saída.

Conserve este talão que dá direito a participar na distribuição de brindes no dia 6 de Agosto de 1989.

CDU  
Uma obra realizada  
um projecto  
de futuro



A EP dá direito à entrada na Festa e a assistir aos espetáculos. Este talão será separado à entrada da Festa no domingo, 9 de Setembro de 1989.

Bienal • Bienal



A EP dá direito à entrada na Festa e a assistir aos espetáculos. Este talão será separado à entrada da Festa no sábado, 8 de Setembro de 1989.



A EP dá direito à entrada na Festa e a assistir aos espetáculos. Este talão será separado à entrada da Festa na sexta-feira, 8 de Setembro de 1989.